TEXTO PARA DISCUSSÃO Nº 533

# Trinta e Cinco Anos de Crescimento Econômico na Amazônia (1960/1995)

Gustavo Maia Gomes
José Raimundo Vergolino

Brasília, dezembro de 1997

TEXTO PARA DISCUSSÃO Nº 533

# Trinta e Cinco Anos de Crescimento Econômico na Amazônia (1960/1995)

Gustavo Maia Gomes*
José Raimundo Vergolino**

Brasília, dezembro de 1997

---

* Diretor de Política Regional e Urbana do IPEA.

** Da Universidade Federal de Pernambuco.

MINISTÉRIO DO PLANEJAMENTO E ORÇAMENTO
Ministro: *Antônio Kandir*
Secretário Executivo: *Martus Tavares*

**Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada**

**Presidente**
*Fernando Rezende*

**DIRETORIA**

*Claudio Monteiro Considera*
*Gustavo Maia Gomes*
*Luís Fernando Tironi*
*Luiz Antonio de Souza Cordeiro*
*Mariano de Matos Macedo*
*Murilo Lôbo*

O IPEA é uma fundação pública, vinculada ao Ministério do Planejamento e Orçamento, cujas finalidades são: auxiliar o ministro na elaboração e no acompanhamento da política econômica e promover atividades de pesquisa econômica aplicada nas áreas fiscal, financeira, externa e de desenvolvimento setorial.

**TEXTO PARA DISCUSSÃO** tem o objetivo de divulgar resultados de estudos desenvolvidos direta ou indiretamente pelo IPEA, bem como trabalhos considerados de relevância para disseminação pelo Instituto, para informar profissionais especializados e colher sugestões.

Tiragem: 180 exemplares

**COORDENAÇÃO DO EDITORIAL**

**Brasília — DF:**
SBS Q. 1, Bl. J, Ed. BNDES, 10º andar
CEP 70076-900
Fone (061) 315.5336 — Fax (061) 315.5314
E-Mail: editbsb@ipea.gov.br

**SERVIÇO EDITORIAL**

**Rio de Janeiro — RJ:**
Av. Presidente Antonio Carlos, 51, 14º andar
Fone (021) 212.1140 — Fax (021) 220.5533
CEP 20020-010
E-Mail: editrj@ipea.gov.br

É PERMITIDA A REPRODUÇÃO DESTE TEXTO, DESDE QUE OBRIGATORIAMENTE CITADA A FONTE.
REPRODUÇÕES PARA FINS COMERCIAIS SÃO RIGOROSAMENTE PROIBIDAS.

# SUMÁRIO

SINOPSE

1 INTRODUÇÃO **5**

2 PERSPECTIVA HISTÓRICA **11**

3 PRODUTO INTERNO BRUTO (1960/1995) **21**

4 DINÂMICA SUB-REGIONAL **28**

5 REFERENCIAL TEÓRICO **49**

6 COMÉRCIO INTER-REGIONAL E INTERNACIONAL **56**

7 O INVESTIMENTO PRIVADO **69**

8 O GOVERNO **73**

9 EXPANSÃO DA CAPACIDADE PRODUTIVA **88**

10 AS EVIDÊNCIAS PASSADAS E AS PERSPECTIVAS FUTURAS **92**

LISTA DE TABELAS, GRÁFICOS, MAPAS, FIGURAS E QUADROS **97**

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS **102**

# SINOPSE

Este trabalho quantifica e interpreta o crescimento econômico da região Norte. Nos últimos 35 ou, mais precisamente, de 1960 a 1995, a economia dessa região aumentou em quase doze vezes o seu tamanho. No mesmo período, o produto interno bruto brasileiro foi multiplicado por um fator um pouco menor do que seis. Materialmente, a economia amazônica foi impulsionada, sobretudo, por grandes adições ao seu estoque de capital físico — novas rodovias, ferrovias, fábricas, recursos minerais postos em exploração, áreas abertas para a agricultura e a pecuária —, e por um crescimento demográfico muito rápido, em grande medida decorrente da imigração. As pessoas vieram para o Norte induzidas por fatores diversos. A construção de estradas, a abertura de novas fronteiras agrícolas, os surtos de mineração, e o crescimento da indústria e dos serviços nas cidades foram alguns desses fatores. Em cada um destes, facilmente pode ser identificada a mão visível do governo, que construiu estradas, atraiu os que vinham trabalhar nas obras e os que, em seguida, a partir dos novos caminhos e com o benefício de incentivos também governamentais, tornaram-se colonos, proprietários ou assalariados rurais.

O CONTEÚDO DESTE TRABALHO É DA INTEIRA E EXCLUSIVA RESPONSABILIDADE DE SEUS AUTORES, CUJAS OPINIÕES AQUI EMITIDAS NÃO EXPRIMEM, NECESSARIAMENTE, O PONTO DE VISTA DO
MINISTÉRIO DO PLANEJAMENTO E ORÇAMENTO.

# 1 INTRODUÇÃO[1]

Nos últimos 35 anos ou, mais precisamente, de 1960 a 1995, a economia da região Norte aumentou em quase doze vezes o seu tamanho. Não se trata de um desempenho rotineiro. Bem ao contrário. Para fazer uma comparação óbvia, no mesmo período, o produto interno bruto brasileiro foi multiplicado por um fator um pouco menor do que seis. Note-se que esses anos abrangem o período do chamado *milagre econômico* (1968/1973), quando o Brasil experimentou taxas de crescimento entre as maiores já registradas em qualquer época, por qualquer país.

Materialmente, a economia amazônica foi impulsionada, sobretudo, por grandes adições ao seu estoque de capital físico — novas rodovias, ferrovias, fábricas, recursos minerais postos em exploração, áreas abertas para a agricultura e a pecuária — e por um crescimento demográfico muito rápido, em grande medida decorrente da imigração. As pessoas vieram para o Norte induzidas por fatores diversos: a construção de estradas, a abertura de novas fronteiras agrícolas, os surtos de mineração, o crescimento da indústria e dos serviços, nas cidades, foram alguns desses fatores. Em cada um destes, facilmente pode ser identificada a mão visível do governo, que construiu estradas, atraiu os que vinham trabalhar nas obras e os que, em seguida, a partir dos novos caminhos e com o benefício de incentivos também governamentais, tornaram-se colonos, proprietários ou assalariados rurais.

---

[1] Este relatório resultou de um esforço informal de cooperação entre pessoas ligadas à Superintendência de Desenvolvimento da Amazônia (SUDAM), Universidade Federal de Pernambuco e IPEA.

Os que cruzavam os campos nas estradas construídas pelo Estado chegavam às cidades em busca de empregos, cuja existência, em grande medida, também se devia ao próprio governo, seja por se tratarem de empregos públicos, ou por serem vagas abertas na construção civil (estimulada pelo crédito oficial) ou nas indústrias que iam surgindo, sobretudo em Belém e Manaus, sob o amparo dos incentivos fiscais. Dessa forma, se o crescimento econômico da Amazônia, nos últimos 35 anos, tem um enigma, há uma solução chamada governo, setor público, empresas estatais, bancos oficiais de fomento e superintendências de desenvolvimento. Atrás da obra pública, vinha o crédito barato, o incentivo fiscal, a nova fábrica — e as pessoas. O Estado foi o grande responsável, também, pelo desbravamento mineral da região, embora os aspectos bizarros do processo (*i.e.* Serra Pelada ou os garimpos clandestinos) sejam obras da iniciativa privada.

Neste trabalho, os principais aspectos do crescimento econômico da região Norte, com destaque para o período 1960/1995, são descritos e interpretados, a partir de procedimentos de análise amparados na teoria macroeconômica. Nesse sentido, e na medida em que o permitiram as informações disponíveis, procuramos replicar, metodologicamente, o estudo que fizemos para o Nordeste, no âmbito do Projeto Áridas [Maia Gomes e Vergolino (1995)]. As diferenças maio-res entre as estruturas dos dois estudos são que, por um lado, maior atenção foi dada, no presente caso, ao período anterior a 1960, com vistas a fornecer uma perspectiva histórica mais robusta para as conclusões relativas aos últimos 35 anos; por outro lado, dadas as graves lacunas nas informações disponíveis, algumas análises feitas para o Nordeste não puderam ser aqui replicadas com nível semelhante de detalhe. Em compensação, no presente trabalho, a análise sub-regional é mais aprofundada.

Desde logo, a perspectiva histórica apresentada no capítulo 2 permitiu-nos mostrar que houve uma substancial mudança de *estilo* na atuação econômica do governo central no Norte. Enquanto, de meados do século XIX até o colapso da borracha, na primeira década do presente século, o governo brasileiro se relacio-nou com a Amazônia como o teria feito com uma colônia (extração de amplos excedentes de receita fiscal líquida sem oferecer praticamente nada em troca), a partir da Segunda Guerra essa relação mudou: a União assumiu uma atitude mais positiva com respeito ao desenvolvimento amazônico. Essa atitude atingiu um ponto máximo nas décadas de 70 e 80, quando, entre outras coisas, os níveis de investimento público na Amazônia (especialmente por parte das empresas estatais) atingiram valores muito elevados, em termos nacionais.[2]

A apresentação dos dados relativos à evolução do PIB da Amazônia (total e por setores) no período 1960/95 e em sub-períodos, objeto do capítulo 3, demonstra que, nesses anos, a região apresentou um grande dinamismo. As décadas de 70 e 80 foram as mais favoráveis para a Amazônia: na primeira, o PIB regional cresceu, por ano, em média, 12,2%; na segunda, a chamada *década perdida*, para o Brasil, a economia do Norte expandiu-se a taxas médias anuais de 6,3% (relativamente muito elevadas). Setorialmente, merece ser dito que, antes de entrar em crise, nos primeiros anos da década de 90, a indústria regional passou por anos de crescimento tão intenso que sua participação no PIB amazônico chegou a superar a do setor de serviços — resultado bastante incomum em proces-

[2] A queda dos níveis de renda da Amazônia, ocorrida em 1910, reduziu também, drasticamente, a receita tributária que o governo central poderia ali arrecadar. Isso impossibilitou a continuação da drenagem de recursos fiscais da região. Seriam necessárias várias outras décadas para que União adotasse uma postura desenvolvimentista na região Norte.

sos de desenvolvimento observados em países ou regiões comparáveis.[3]

A dinâmica sub-regional é o objeto do capítulo 4. Por análise sub-regional entendemos não apenas aquela voltada para os estados amazônicos mas, sobretudo, para suas microrregiões, geralmente agrupadas em conjuntos que façam sentido, econômica e historicamente. Já que a análise foi conduzida, na maior parte dos casos, em nível microrregional, optamos por incluir, no capítulo 4, um relato dos procedimentos para a estimação dos produtos internos brutos dessas unidades geográficas. Na análise do crescimento econômico estadual, destacam-se os atuais estados de Rondônia e Roraima, mas os desempenhos do Amazonas e Pará também foram favoráveis. Por fim, quando o desenvolvimento recente da Amazônia é visto em uma perspectiva geograficamente ainda menos agregada, destacam-se os desempenhos das sub-regiões aqui denominadas Ouro do Pará (no rio Tapajós), Carajás e Rondônia. A Velha Fronteira (microrregiões de Bragantina e Salgado) revelou-se praticamente estagnada.

Na análise sub-regional dos dois principais estados da região, uma conclusão importante é o contraste entre as microrregiões que contêm, respectivamente, os municípios de Belém e de Manaus. Enquanto, de 1970 a 1993, a participação da microrregião de Belém no PIB paraense declinou (embora continue alta), o inverso aconteceu com a microrregião do Médio Amazonas (que contém o município de Manaus). Os valores estimados são eloqüentes: a microrregião de Belém teria sido responsável pela geração de 58% do PIB paraense

[3] Neste trabalho, por conveniência derivada do fato de que os dados estatísticos são geralmente agrupados por estados, a expressão região Amazônica, ou Amazônia, será tomada como sinônimo de região Norte, que atualmente engloba os estados do Acre, Amazonas, Rondônia, Roraima, Pará, Amapá e Tocantins. (Na verdade, este último estado, de criação muito recente, é excluído da maior parte das análises.)

em 1970, mas esse número havia se reduzido a 47%, em 1993. Já Manaus e os demais municípios da microrregião do Médio Amazonas detinham 81% do PIB amazonense em 1970, e nada menos do que 95% do mesmo produto, em 1993.

O capítulo 5 apresenta o marco teórico que preside a interpretação dos dados e estimativas descritos nos capítulos 3 e 4. O referencial é o mesmo adotado pelos autores no trabalho sobre a macroeconomia do desenvolvimento nordestino [Maia Gomes e Vergolino (1995)]. Em última análise, o crescimento de longo prazo do produto resulta do aumento da capacidade produtiva, ou seja, da acumulação de capital, aqui entendido em seu sentido generalizado (no qual capital é tudo aquilo capaz de gerar um fluxo de renda). Contudo, a dinâmica de longo prazo não é independente da de médio e curto prazos; nesta, não obstante as atuais e temporárias preferências da teoria econômica convencional, a demanda desempenha um papel preponderante. O referencial teórico apresentado no capítulo 5 foi fundamental não apenas para orientar a coleta e o processamento dos dados incorporados ao presente trabalho, mas também para identificar os principais fatores responsáveis pelo crescimento econômico da região Norte, nos últimos 35 anos.

Apresentados os dados básicos de crescimento do produto e o referencial teórico, nossa tarefa, nos capítulos 6 a 9, foi reunir as informações sobre fatores de oferta e de demanda capazes de explicar as tendências e oscilações do PIB regional. Nesse sentido, o capítulo 6 trata dos fluxos de comércio. Embora deva ser enfatizada a grande deficiência na base de informações — mais grave no caso do Norte do que no do Nordeste —, foi possível retirar algumas conclusões importantes. Uma destas aponta para a geração, em anos recentes (o último dado disponível refere-se a 1991), de vultosos superávits na balança comercial de bens da região amazônica, *vis-à-vis* o seu exterior, ou seja, as

demais regiões e o resto do mundo. Essas estimativas revertem uma posição tradicional de déficits comerciais da região amazônica, observáveis até 1985. Os superávits recentes sugerem que as exportações vêm desempenhando um importante papel na criação de estímulos para o crescimento do PIB regional, mas levantam a pergunta sobre o destino da renda criada com tal produção dos bens exportáveis. Há razões para crer-se que uma grande parte dessa renda tem saído da Amazônia, provavelmente por meio de déficits na balança de *serviços* e da apropriação de lucros por residentes fora da região.

O capítulo 7 estuda o investimento privado em capital físico, e utiliza informações indiretas, como as concessões de financiamento por parte do Banco Nacional do Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES) e, mais recentemente, do Banco da Amazônia S.A — BASA (com recursos do Fundo Constitucional de Financiamento do Norte — FNO), as aplicações de recursos do Fundo de Investimentos da Amazônia (FINAM) e a concessão de crédito rural para fins de investimento. Todas essas fontes de crédito de longo prazo ao setor privado são, como sabemos, governamentais. Infelizmente, não existe nenhuma possibilidade, no momento, serem obtidas estimativas diretas das parcelas do investimento privado financiadas com recursos próprios, o que talvez introduziu a mais importante dificuldade estatística do presente trabalho. Os dados disponíveis nos levam a crer, no entanto, que o investimento privado (assim como o público, discutido no capítulo 8) sofreu um importante declínio a partir do início dos anos 80, o que criou dificuldades para a continuidade do desenvolvimento amazônico na década de 90, como já vem ocorrendo e como, provavelmente, continuará a ocorrer.

O capítulo 8 discute a contribuição direta do setor público (governo e empresas estatais) para a expansão da oferta, via a formação bruta de capi-

tal fixo (FBCF), e da demanda, via investimentos (considerados como fluxos de renda) gastos em consumo e transferências a pessoas. A contribuição do Estado como empregador é, também, quantificada. O capítulo ampara-se nos dados do Sistema Integrado de Informações Financeiras do Governo Federal (SIAFI), trabalhados pelo IPEA; da pesquisa Regionalização de Transações do Setor Público, disponível para os anos de 1970, 1975, 1980, 1985, 1991 e 1992; da Relação Anual de Informações Sociais (RAIS), do Ministério do Trabalho; e do Instituto Nacional de Seguridade Social (INSS). Diante do que já foi antecipado nesta introdução, resulta pouco surpreendente constatar o papel absolutamente decisivo desempenhado diretamente pelo setor público, sobretudo o governo federal, na evolução recente da economia amazônica, seja como gerador de nova capacidade produtiva, seja como criador de demanda.

Alguns indicadores adicionais da expansão da capacidade produtiva são apresentados e discutidos no capítulo 9, infelizmente prejudicado por deficiências nas bases de dados existentes para a região Norte. Constatamos, de qualquer forma, indicações de expansão no lado da oferta, como não poderia deixar de ser, tendo em vista o longo e persistente processo de expansão do produto interno bruto amazônico, registrado, pelo menos, desde os anos 60. A escassez de dados não permitiu maior aprofundamento da análise, nesse ponto, contudo. Finalmente, o capítulo 10 reúne as conclusões mais importantes do estudo.

Este trabalho foge dos modismos de hoje (tanto os genéricos quanto os específicos da literatura sobre a Amazônia) em vários aspectos, dois dos quais merecem referência especial: não são tratados os aspectos *sociais* do desenvolvimento regional e não é abordada toda a discussão sobre o *meio ambiente*. Para colocar as coisas de forma positiva, este é um estudo do *crescimento econômico* da região Norte — obje-

to que consideramos suficientemente importante para merecer um tratamento específico.

Isso citado, não negamos a importância dos aspectos sociais ou ambientais do desenvolvimento, embora consideremos (nadando contra a correnteza) que é na economia que a sorte é lançada. Não existe nenhum caso de um país rico — ou seja, uma nação que passou por um duradouro processo de *crescimento econômico* — que tenha falhado em se tornar um país justo, sobretudo quando comparado aos países que fracassaram economicamente. Para demonstrar o ponto, basta examinar os escores das nações em termos de desenvolvimento humano, um conceito inventado pela Organização das Nações Unidas (ONU) para apaziguar seus sócios pobres, amplamente majoritários. Ano após ano, os relatórios de desenvolvimento humano repetem com fatos a lição óbvia: o único caminho que, confiavelmente, leva os povos a construírem uma sociedade justa é o que também os leva a construírem uma sociedade *rica*: o crescimento econômico duradouro. São os países mais ricos os que, numa regra com poucas exceções, exibem os melhores índices de distribuição da renda, assim como os melhores registros de eqüidade nos campos da educação, da saúde e do acesso aos serviços públicos.

Isso não equivale a dizer, ingenuamente, que o crescimento econômico, por si, produz a eqüidade. O que o crescimento econômico duradouro — estamos falando de muitas décadas — produz, e somente este pode produzir, são as condições materiais para a realização (duradoura!) dos objetivos éticos de melhoria e eqüidade social. O alcance desses objetivos pode passar, e frequentemente passa, pela luta política. Contudo, essa luta jamais será ganha nas sociedades incapazes de produzirem a sua própria riqueza.

Mesmo internamente ao Brasil, a lição aí está, podendo ser aprendida também pelos que não lêem relatórios da ONU: os indicadores sociais no

nosso país são sempre muito melhores nas regiões ricas do que nas pobres, para demonstrar que a eqüidade caminha junto com a riqueza, assim como a injustiça social é companheira inseparável do fracasso econômico. Portanto, embora o trajeto possa ser tortuoso, especialmente em sociedades que carregam uma pesada herança histórica de desequilíbrios sociais e regionais como a nossa, é somente com a promoção de crescimento econômico que podemos ter esperanças de alcançar objetivos éticos capazes de reduzir as disparidades. Temos motivos, por conseguinte, para considerar o crescimento econômico como um tema suficientemente relevante para ser tratado em sua própria dimensão.

Quanto ao meio ambiente, há uma observação preliminar a fazer, embora raramente seja abordada: muito menos que o crescimento econômico, é a explosão populacional que perturba os equilíbrios ecológicos originais. Nas sociedades submetidas a súbita aceleração demográfica, sem que, ao mesmo tempo, a tecnologia de produção seja alterada, o desastre ambiental torna-se inevitável. Uma das alternativas para recuperar o equilíbrio seria reduzir o número absoluto de habitantes. Contudo, essa é uma solução geralmente indesejável — embora, no caso da Amazônia, tentar diminuir o excessivo *crescimento* populacional não fosse má idéia. Resta intensificar a utilização de tecnologias capazes de, simultaneamente, fazer crescer a produção e utilizar mais eficiente e sustentavelmente os recursos naturais. O restabelecimento do equilíbrio ecológico perdido com a explosão populacional passa, portanto, pelo crescimento econômico. Trata-se, praticamente, na verdade, do único caminho. Também por isso, o crescimento merece ser tratado em sua própria dimensão.

As palavras finais desta introdução são de agradecimentos. Este trabalho não teria sido escrito sem o apoio de várias pessoas. Merecem menção, em especial, Aristides Monteiro Neto, do

IPEA, que é quase um co-autor; Eliana Zacca, da SUDAM; Alexandre Jatobá, da Universidade Federal de Pernambuco; Analice Amazonas e Alexandre Rands, da Datamétrica e da Universidade Federal de Pernambuco; Constantino Mendes, do IPEA; Herôdoto Moreira, da Superintendência de Desenvolvimento do Nordeste (SUDENE); e Gabriela Maia Gomes, ainda sem vinculação institucional, o que é compreensível, dados os seus nove meses de idade.

## 2 PERSPECTIVA HISTÓRICA

A Amazônia entra na história econômica brasileira, efetivamente, com o surto da borracha, quase ao final do século XIX. Contudo, há episódios anteriores, embora nem sempre lembrados. O objetivo deste capítulo é passar em revista alguns desses episódios, traçando uma perspectiva histórica mais ampla do desenvolvimento regional.

### 2.1 Primórdios (1750/1810): Prosperidade do Maranhão; Estagnação do Pará

A exploração econômica da região Amazônica tem seu ponto de partida por volta de 1750, com o estabelecimento de uma companhia de comércio apoiada pela Coroa portuguesa. Os recursos financeiros originais do empreendimento vieram da emissão de ações, adquiridas pelos comerciantes portugueses mais ricos, na época conhecidos como comerciantes de grosso trato. Com a companhia, a região passou a gerar um substancial volume de lucros à Coroa portuguesa, com a criação de um fluxo permanente de mercadorias entre a Amazônia e a metrópole — e vice-versa. A Companhia de Comércio tinha o total controle da comercialização de bens e fatores produtivos, detinha o monopólio do comércio de escravos, oriundos da África, e a exclusividade na venda de todas as mercadorias produzidas na Amazônia.

Nos anos subseqüentes a 1750, houve aumento significativo da produção agrícola e extrativa no Norte, especialmente da primeira. A atividade agrícola concentrou-se nas margens do delta dos rios Mearim e Itapecuru, no Maranhão, enquanto a produção extrativa, especialmente de cacau, localizava-se no Pará. Ao mais rápido crescimento da atividade agrícola, em relação à extrativista, correspondeu maior desenvolvimento das exportações (e, portanto, dada a natureza daquela economia em formação, também da renda) no Maranhão do que no Pará.

Os dados referentes à capitania do Pará, durante o período em análise, mostram um comportamento errático das exportações de cacau e cravo (ambos extrativos), provavelmente influenciado pela incapacidade administrativa ou por políticas discriminatórias da Companhia de Comércio [Dias (1971)]. Tanto que, após o colapso desta, em 1778, houve um incremento significativo nas exportações de cacau, o que leva a pensar que, enquanto comandou o processo, a companhia inibiu a expansão daquela atividade exportadora. No tocante aos produtos agrícolas cultivados no Pará, o quadro é semelhante. As exportações de café e arroz, que utilizavam força de trabalho escravo (e não indígena, como era o caso dos produtos do extrativismo), permaneceram em patamares baixos durante todo o período de funcionamento da companhia. Após o término das atividades da empresa, e só então, verificou-se um fortíssimo incremento nas exportações de arroz e o início das exportações de algodão.

O Maranhão, por seu turno, apresenta um quadro completamente diverso. Entre 1760 e 1778, as exportações de algodão dessa capitania cresceram 544%. O crescimento da produção de arroz também foi bastante elevado. Segundo Dias (1971), diversos fatores explicam o grande sucesso da Companhia de Comércio no Maranhão. Em primeiro lugar, as condições ecológicas especiais

da região, onde predominavam as áreas de várzea dos rios Mearim e Itapecuru, com excelentes condições para o cultivo do arroz. Em segundo lugar, a adoção, pelos fazendeiros, de novas variedades de sementes de arroz importadas da Carolina (EUA), o que gerou um enorme crescimento da produtividade do trabalho. Em terceiro lugar, a política de subsídio, somente para o arroz, criada pela Coroa Portuguesa, com o objetivo de aumentar a oferta de produtos alimentares na metrópole.

Em contraste, por que o desempenho econômico do Pará, avaliado em termos do volume exportado, apresentou-se tão aquém do da capitania do Maranhão? MacLachlan (1974) argumenta que as terras do Pará, especialmente aquelas próximas a Belém, não se prestavam para a agricultura intensiva. Além disso, os principais produtos de exportação da província — cacau e cravo — eram extrativos, o que pode ter desestimulado uma exploração mais intensiva, já que existia incompatibilidade operacional entre práticas extrativas e o uso de mão-de-obra escrava, o que conflitava com a estratégia da Companhia de Comércio, ansiosa por ampliar as importações de escravos para a Amazônia, em função do alto nível de lucratividade desse negócio. Uma última razão diz respeito ao baixo nível de capitalização dos produtores paraenses, fator que dificultava a aquisição de grandes quantidades de escravos.

Essas interpretações, embora nos ajudem a entender a dinâmica amazônica, tanto no Maranhão quanto no Pará, durante boa parte do período colonial, não esgotam o assunto. Há que considerar, também, o fato de que a Companhia de Comércio provavelmente praticou uma política de preços discriminatória contra o cacau, além de nunca haver adotado incentivos fiscais ou creditícios para os produtos extrativos, ao contrário do que fez com o algodão e o arroz. Em ambos os casos, o Pará foi prejudicado.

Em resumo, podemos afirmar que, nessas fases iniciais da exploração econômica do Norte, o produto bruto do Pará poderia ter crescido a taxas bem mais elevadas, caso houvesse prevalecido uma política diferente. Na verdade, as evidências disponíveis indicam um incremento substancial (embora não duradouro) das exportações dessa capitania após 1778, ano de extinção da companhia. Tudo leva a crer que a Companhia do Grão-Pará e Maranhão criou obstáculos a um crescimento econômico mais intenso do Pará.

## 2.2 O Período 1810/1850: A Pobreza dos Amazônidas

As evidências estatísticas acerca do comportamento dos principais indicadores de produto amazônico, no período 1810/1850, são bastante escassas. Contudo, uma pista para entender a situação econômica da região naqueles anos pode ser obtida a partir do relato de viajantes estrangeiros. De acordo com Mawe (1812), que esteve na Amazônia nesse período, a economia do Pará se caracterizava pela pobreza de sua população e, ao menos naqueles anos em que o viajante fez suas observações, pela estagnação das exportações. Mawe chama atenção para o contraste entre a situação econômica paraense e a maranhense. Enquanto a última mostrava um grande dinamismo, graças às exportações de algodão, a primeira encontrava-se completamente estagnada.[4]

Ao longo das duas décadas imediatamente posteriores à independência do país, a situação econômica da região, sobretudo das províncias do Amazonas e do Pará, não se alterou de forma significativa. Por volta de 1854, um diagnóstico sobre a situação da Amazônia foi publicado pelo Congresso dos Estados Unidos. De acordo com esse documento, a situação econômica da província do Amazonas era extremamente frágil. Não existiam alimentos para a população de Manaus e o governo provincial tinha imensas dificuldades em recrutar mão-de-obra para trabalhar na construção de prédios públicos. As condições de bem-

[4] "A cidade de Belém deve conter 10 mil habitantes, aproximadamente, os quais são em geral muito pobres, vivendo provavelmente do comércio. Os poucos produtos de exportações do Pará consistem de pouca quantidade de arroz, cacau, algumas drogas do sertão, etc., enviadas para o Maranhão, de onde são então embarcadas para a Europa. Uns poucos navios chegam a Belém, geralmente de Barbados, com destino à região de Caiena. Tudo indica que o comércio é muito fraco, dado que os habitantes são tão pobres que não têm condições de comprar os produtos ingleses, exceto os de primeira necessidade" [Mawe (1812, p. 289-290)].

estar dos habitantes da cidade eram extremamente precárias [Lewis and Lardner (1854, p. 264)]. O diagnóstico feito pelos estadunidenses é corroborado pelo Relatório do Governo Provincial do Amazonas para o ano de 1853 [Amazonas (1852)].

Para tornar as coisas ainda mais difíceis, na primeira metade do século XIX, a Amazônia foi sacudida por uma forte comoção política — a Cabanagem — que impactou negativamente a economia regional. Houve perda de população, em função dos combates entre as facções, combinada com as mortes derivadas das epidemias de febre amarela, malária e outras, que se abateram sobre o local.

### 2.3 Segunda Metade do Século XIX (1850/1910): Dinamismo e Colapso

Foi somente em meados do século passado que a economia amazônica começou a dar os primeiros sinais de dinamismo, graças a dois importantes eventos. O primeiro foi o desenvolvimento da vulcanização da borracha, iniciado por Haywarden, em 1831, e completado por Goodyear, em 1844, que patenteou o processo. O segundo foi a criação da companhia de navegação a vapor da região Norte — a partida do primeiro navio, de Manaus para Belém, ocorreu em janeiro de 1853. A combinação desses dois fatos viria a estimular a economia amazônica por um longo período de tempo. Os avanços tecnológicos ensejados por Haywarden e Good-year abriram espaço para uma grande expansão da demanda internacional de borracha, quase ao mesmo tempo em que a maior disponibilidade de transporte possibilitou maior mobilidade de indivíduos e de mercadorias no espaço regional. A borracha, de origem extrativa, logo se tornou o motor do crescimento regional; o extrativismo — forma clássica de exploração dos recursos naturais da região — consolidou-se como o setor mais importante da economia amazônica.

O funcionamento do sistema extrativista dependeu bastante da ação de três grandes atores (além, naturalmente, dos seringueiros) que sustentavam a cadeia produtiva em seu primeiro e fundamental elo: os comerciantes, os que financiavam os comerciantes e os governos, provincial e central. Os comerciantes importavam as mercadorias do Brasil e do resto do mundo, supriam as necessidades dos demandantes locais e, *pari passu*, realizavam as exportações das mercadorias produzidas na região. Os que financiavam os comerciantes — casas bancárias, bancos e companhias de seguro — eram os supridores de capital de giro. Finalmente, havia os governos provincial e central que, ao realizarem investimentos estritamente necessários para o funcionamento do sistema, contribuíam, se bem que em escala limitada, para ampliar o capital social básico da região.

A luta pela partilha dos lucros da borracha gerou um forte conflito de interesses entre as firmas exportadoras, as casas aviadoras e o governo local, e representou um dos momentos mais ricos da história social, política e econômica da região. Em síntese, o problema tinha raiz no fato de que as empresas exportadoras que operaram na Amazônia representavam os interesses dos industriais dos EUA e ingleses. Essas empresas procuravam manter o preço da matéria-prima estável e sem grandes oscilações, a fim de não comprometer os custos finais dos bens comercializados. (Por volta de 1882, 70% das exportações de borracha natural amazônica eram controlados por, no máximo, seis firmas, fortemente articuladas aos importadores estadunidense e britânicos). Do lado do governo provincial, entretanto, interessava eliminar o oligopólio das firmas estrangeiras, pois assim os preços nominais se elevariam. A demanda era maior que a oferta mundial. Com isso, a receita fiscal, derivada basicamente da borracha natural exportada, cresceria, fato que aumentava a força dos políticos locais [Vergolino (1985)]. Esse conflito permeou todo o

desenvolvimento da economia extrativa da região Norte, no período que estamos analisando. Contudo, isso não impediu uma grande expansão do extrativismo, especialmente entre 1865 e 1885, no rastro do aumento da procura mundial pela borracha.

Durou quase meio século a euforia da borracha. Mas as bases em que se assentava o crescimento da renda eram frágeis. De fato, a prosperidade da economia amazônica, nessa fase, iria ser bruscamente interrompida no início do século XX. Na descrição feita por Maia Gomes (1986, p. 37), "A história econômica dessa região (Norte, na segunda metade do século XIX e primeiras décadas do século XX) é a história da produção da borracha natural, que experimentou grande prosperidade antes que o século XIX terminasse (no período 1898/1910, a borracha respondeu por 25,7% das exportações brasileiras), mas que seria mortalmente ferida pela abrupta queda de preços que ocorreu no alvorecer do século XX. Em 1914/1918, a participação da borracha nas exportações brasileiras havia caído para 12% — não ultrapassaria os 3% em 1919/1923, e seria menor que 1% (0,8%), em 1930/1933".

Um longo período iria transcorrer, antes que a economia amazônica reencontrasse fontes de crescimento vigorosas, capazes de trazer de volta a prosperidade em bases talvez mais duradouras.

## 2.4 O Papel Negativo do Governo Central

A despeito do grande surto de expansão da economia gomífera, na segunda metade do século XIX, em resposta ao aumento da demanda externa, as evidências disponíveis [Vergolino (1985); Santos (1980)] indicam que o governo central — imperial antes de 1889 e federal, depois disso —, sobretudo por suas omissões, tornou frágeis as perspectivas de sustentabilidade do crescimento econômico da Amazônia, no longo prazo. À luz das estatísticas disponíveis, e adotando o

ano de 1850 com ponto de partida, é possível perceber que a contribuição do governo imperial em favor da região Amazônica foi extremamente reduzida. O governo estava centralizado na sede do Império. Os governadores das províncias do Pará e do Amazonas eram nomeados pelo imperador e, invariavelmente, tinham uma preocupação mínima com o desenvolvimento da região, ou com o bem-estar de seus governados.[5]

O governo central contribuiu negativamente para a sustentabilidade de longo prazo do crescimento regional por meio de um mecanismo particularmente prejudicial aos interesses dos empreendedores locais e consumidores urbanos: as persistentes mudanças nas tarifas de importação e exportação, com vistas a equilibrar o orçamento fiscal. Como a economia era altamente especializada na produção e exportação de um único bem, o quociente de importação em relação à renda regional era bastante elevado. Praticamente todos os produtos de consumo eram importados. Dessa forma, um aumento nas tarifas de importação afetava os preços das mercadorias de primeira necessidade, o que contribuía para uma queda da renda real dos consumidores. Durante o período de 1850/1890, ocorreram diversas mudanças na legislação tarifária, mas foi com a Guerra do Paraguai que o governo imperial elevou os direitos de importação, com o objetivo de fazer caixa para equilibrar o orçamento fiscal, que estava extremamente abalado por conta do aumento das despesas com a guerra.

Afora a questão das mudanças nas tarifas, há que se adicionar um segundo mecanismo de entrave ao crescimento sustentável: o grande montante de recursos líquidos transferidos da

[5] Estamos utilizando o adjetivo *sustentável* em um sentido estritamente econômico, sem qualquer alusão a implicações de ordem ambiental.

Amazônia para a capital do Império. O governo arrecadava, na região, muito mais do que ali gastava, e diga-se de passagem, gastava o mínimo necessário, de sorte que os saldos da arrecadação dos impostos eram drenados para fora da região. Os dados coletados por Condreau (1897) são sugestivos e demonstram que o governo central tributava pesadamente a Amazônia: sua arrecadação representava quase o dobro da receita das províncias do Amazonas e do Pará, tomadas em conjunto. Tributava muito e retribuía pouco, como pode ser visto pelos dados contidos na tabela 2.1, os quais fornecem uma boa indicação do processo de transferência líquida de recursos da região Amazônica, via governo central. No contexto da época, tratava-se de recursos que teriam sido vitais para a implantação de infra-estrutura econômica e social, fator fundamental para a sustentação do crescimento regional, especialmente quando a demanda internacional pela borracha eventualmente deixasse de crescer, ou declinasse.

É verdade que, com a descentralização republicana, alguns condicionantes do crescimento econômico regional se modificaram, em direção favorável. A grande mudança deu-se com a Constituição de 1891, que dotou os estados de maior autonomia fiscal. Em particular, a grande fonte de receita do governo central — o imposto de exportação — passou para a órbita dos estados. Com o incremento da receita fiscal desses últimos, especialmente daqueles grandes exportadores, derivado da apropriação do imposto de exportação, ocorreu maior estímulo à atividade econômica na região Amazônica, decorrente, sobretudo, de um aumento espetacular dos gastos dos governos estaduais em infra-estrutura econômica e social [Great Britain (1896, p. 19-24)]. Dessa forma, as governos estaduais do Pará e Amazonas foram capazes de contrabalançar parcialmente a ação negativa do governo central na Amazônia, e reali-

zaram importantes investimentos. O impacto sobre o comportamento do produto regional foi significativo, especialmente entre os anos de 1890/1910.

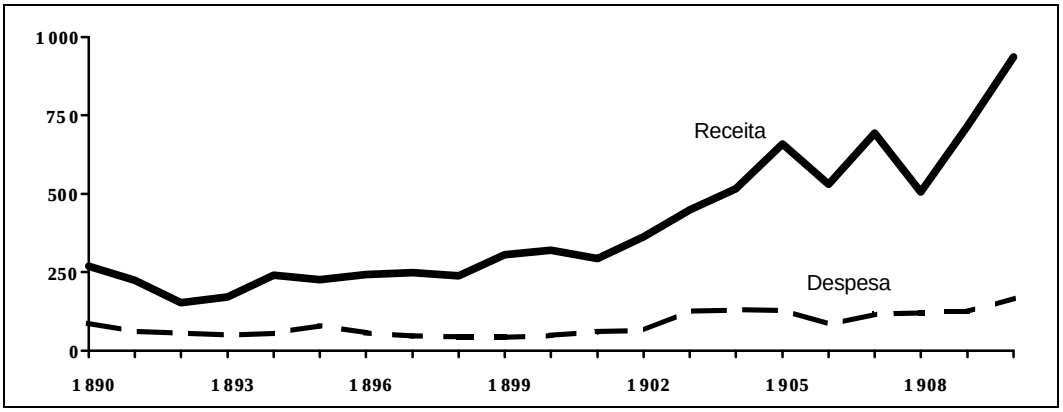
## TABELA 2.1
## Receitas e Despesas do Governo Central na Região Amazônica — 1890/1910

(Em 1000$000)

| Ano | Receita Total (Preços Constantes) | Despesa Total (Preços Constantes) | Receita/Despesa |
|---|---|---|---|
| 1890 | 267,92 | 86,6 | 3,09 |
| 1891 | 223,77 | 61,3 | 3,65 |
| 1892 | 153,40 | 56,0 | 2,73 |
| 1893 | 170,94 | 48,9 | 3,49 |
| 1894 | 241,10 | 55,3 | 3,87 |
| 1895 | 226,72 | 79,0 | 2,86 |
| 1986 | 242,36 | 57,6 | 4,20 |
| 1897 | 249,39 | 47,1 | 5,29 |
| 1898 | 237,63 | 43,9 | 5,41 |
| 1899 | 304,99 | 43,3 | 7,04 |
| 1900 | 318,97 | 48,4 | 6,59 |
| 1901 | 294,31 | 60,6 | 4,85 |
| 1902 | 362,91 | 65,5 | 5,54 |
| 1903 | 449,16 | 125,1 | 3,59 |
| 1904 | 516,71 | 129,8 | 3,98 |
| 1905 | 659,19 | 128,6 | 5,12 |
| 1906 | 530,54 | 84,0 | 6,31 |
| 1907 | 692,36 | 114,9 | 6,02 |
| 1908 | 504,75 | 120,0 | 4,20 |
| 1909 | 715,58 | 123,0 | 5,81 |
| 1910 | 936,44 | 166,0 | 5,64 |

Fonte dos dados básicos: Brasil, Congresso Nacional (1955); Love (1980); e Le Cointe (1922).

## GRÁFICO 2.1
## Amazônia
## Receita e Despesas do Governo Central na Região — 1890/1910




Fonte: Citadas na tabela 2.1.

## 2.5 A Contribuição do Setor Privado ao Crescimento Econômico Pós-1850

Ao estudar a contribuição do setor privado para o crescimento amazônico, após 1850, torna-se necessário fazer algumas qualificações, a fim de se compreender melhor a dinâmica da economia regional. O motor do crescimento era a simples extração de produtos existentes na floresta tropical. A atividade dependia, fundamentalmente, da disponibilidade de trabalhadores e de um mínimo de capital físico, para alavancar o processo. Em função das peculiaridades da atividades de extração — períodos de chuva e localização das árvores, entre outras —, o extrator era obrigado a dedicar todo o seu tempo à exploração da floresta, e ficava impossibilitado de manter outras atividades como a agricultura de subsistência. Nessas circunstâncias, para o sistema funcionar, havia a necessidade de garantir a sua sobrevivência física, suprindo-o de um conjunto de mercadorias.

A saída para resolver o problema foi a criação do sistema de *aviamento*. Esse sistema solucionava o problema de garantir a sobrevivência do extrator, e também embutia um mecanismo de apropriação dos excedentes gerados na atividade de extração, o que possibilitou a esta expandir-se em um ritmo extremamente veloz, quando o crescimento da demanda externa assim o permitiu. O excedente se originava de três fontes importantes [Santos (1980)]: *i)* da diferença entre o preço de venda ao exportador e de compra do extrator; *ii)* da transferência ao seringueiro dos custos de sua manutenção; e *iii)* da elevada margem de comercialização (estabelecida pela cadeia de comerciantes) na venda de bens de consumo ao indivíduo que coletava os produtos da floresta.

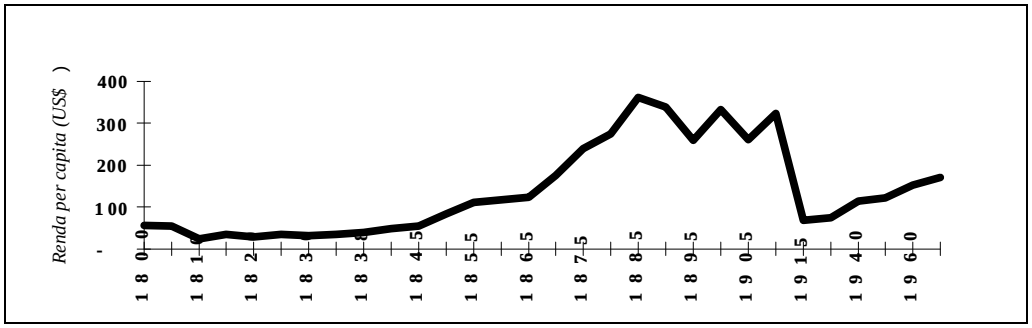
Uma vez apropriados os lucros, parte significativa era aplicada no segmento de transporte fluvial. Os empresários proprietários das casas aviadoras alocavam alta proporção de seus recursos na construção e aquisição de barcos de casco de

ferro, movidos a vapor. A razão é que a receita da casa aviadora variava diretamente com o volume de mercadorias comercializadas, o qual, por sua vez, dependia do número de embarcações disponíveis. Outra parte significativa dos lucros tomava a forma de capital de giro e destinava-se a financiar a incorporação de novos seringueiros ao sistema produtivo. Sempre que a demanda externa aumentava, era dessa forma que o sistema se expandia e gerava maior produção e exportação. O problema, naturalmente, como ocorreu em quase todos os casos de economias exportadoras dependentes de um único produto primário, é que não havia fontes internas de dinamismo. Quando as condições externas deixassem de ser favoráveis, o colapso do sistema seria inevitável.

**2.6 Depressão e Retomada: 1910/1960**

Após 1910, instala-se um período depressivo na economia regional. As estimativas elaboradas por Santos (1980) indicam que a renda *per capita* da Amazônia, em 1915, havia regredido aos níveis de 1850 — fase inicial do ciclo expansivo (gráfico 2.2). Além disso, as estimativas desse autor também sugerem que, a partir de 1920, a economia amazônica iniciou uma tênue reação. Contudo, mesmo em 1960, a renda média na região ainda encontrava-se muito abaixo do nível que havia alcançado imediatamente antes do colapso. Mais uma vez, entretanto, como que para mostrar que nada de fundamental havia se alterado, a reação esboçada a partir de 1920 foi impulsionada pela demanda externa. Ampliaram-se as exportações de castanha e madeira, principalmente [Vergolino (1985)]. De fato, o setor extrativo vegetal ainda representava o segmento-chave da economia regional.

**GRÁFICO 2.2**
**Amazônia**
**Estimativa de Renda *per Capita* — 1800/1970**
(Em US$ 1 a preços de 1972)




Fonte: Santos (1980, p. 338).

A reação iniciada em 1920 não foi capaz de reabilitar a economia amazônica. As mudanças começavam, apesar de tudo, a serem gestadas. De 1910 ao início da Segunda Guerra Mundial, o governo federal permaneceu mais ou menos passivo em relação à crise da economia amazônica. Isso iria mudar. Durante a guerra, por razões estratégicas, o governo estimulou a produção de borracha na região. Com o apoio explícito dos Estados Unidos, foi estabelecido o Banco de Crédito da Borracha (9 de julho de 1942), que deu origem ao atual Banco da Amazônia. Eram os primórdios de uma nova atitude do governo, que agora criava instrumentos e instituições para estimular o desenvolvimento. A produção de borracha natural voltou a crescer e, em dois anos, saiu de 15 mil toneladas para 28 mil toneladas. Mais importante que isso, após 1950 — e, sobretudo, 1955 — o produto industrial passou a crescer rapidamente, e comandou uma expansão bastante significativa da economia regional. É quando se inicia a construção de importantes obras de infra-estrutura, sobretudo viária, ligando o Norte a outras regiões do país. A rodovia Belém — Brasília é o exemplo maior. Também é dessa época a primeira tentativa de construção da Brasília — Acre [Costa (1992, p. 45)].

A tabela 2.2 apresenta as taxas de crescimento do PIB regional para a economia, segundo os grandes setores e em diversos períodos entre 1947 e 1963. Percebe-se que, imediatamente (1947/50)

após o conflito bélico, as taxas de crescimento foram bastante modestas, mas positivas. O grande vilão desse período foi a agricultura, especialmente o segmento extrativo, que passava por uma fase de reestruturação. No período seguinte (1950/55), as taxas de crescimento elevaram-se significativamente, e a agricultura passou a capitanear o crescimento regional. A introdução da cultura da juta no Baixo Amazonas causou melhor desempenho da agricultura regional, e é a grande responsável pela alavancagem do setor. Nos anos de 1955/60, por sua vez, ocorreu um forte crescimento da economia regional. O carro-chefe foi a indústria extrativa mineral e manufatureira, e, por rebatimento, o setor de serviços. Os investimentos na exploração de manganês da Serra do Navio, no Amapá, e a implantação da refinaria de petróleo, em Manaus, constituíram-se nos principais elementos explicadores da grande alavancagem do PIB regional no período.

**TABELA 2.2**
**Região Amazônica — Taxas Médias Anuais de Crescimento do Produto Interno Bruto Total e por Grandes Setores — 1947/1963**

(Em porcentagem)

| Período | PIB Total | Produtos Setoriais | | |
|---|---|---|---|---|
| | | Agricultura | Indústria | Serviços |
| 1947/63 | 6,4 | 4,5 | 8,4 | 6.1 |
| 1947/50 | 2,2 | 0,8 | 3,8 | 2.3 |
| 1950/55 | 4,7 | 5,7 | 4,3 | 4.6 |
| 1955/60 | 11,3 | 4,3 | 17,0 | 11.6 |
| 1960/63 | 5,1 | 6,7 | 6,2 | 3.7 |

Fonte: BASA (1967, p. 99).

As bases para um novo ciclo de desenvolvimento da Amazônia, que se iniciaria na década de 60, estavam começando a ser lançadas. Na interpretação de Monteiro da Costa, passar-se-ia de uma estratégia de "desenvolvimento nacional-costeiro" para outra de "desenvolvimento horizontal-interiorano, com abertura de novos terri-

tórios à penetração efetiva do capital e respectiva incorporação, ao mercado, de áreas economicamente ociosas ou subutilizadas" [Costa (1992, p. 45)]. Como veremos com mais detalhes nos capítulos seguintes, "o Estado foi (realmente) o agente-mór da (nova) estratégia" [Costa (1992, p. 45)].

# 3 PRODUTO INTERNO BRUTO (1960/1995)

No capítulo anterior, mostramos que a economia da região Norte experimentou uma expressiva aceleração do seu crescimento econômico na segunda metade da década de 50 (tabela 2.2). Esse processo foi momentaneamente interrompido no ínicio da década de 60, o que reflete a crise da economia nacional. Neste capítulo, apresentamos as estimativas das taxas de crescimento e dos índices de instabilidade do PIB da Amazônia, total e por setores, para o período de 1960/94 e diversos subperíodos.

## 3.1 Produto Interno Bruto Regional

De acordo com as estimativas mais recentes (citadas em Guimarães Neto, 1997), a região Norte teve uma participação, em 1995, de 4,6% no PIB brasileiro. Como o PIB alcançou R$ 658 bilhões [IBGE (1996)], deduz-se que o PIB amazônico foi de, aproximadamente, R$ 30,3 bilhões. Dada a estimativa da população para 1995, chega-se a um PIB *per capita* de R$ 2 520, para a região (o valor correspondente, estimado para o Brasil, pelo IBGE, é de R$ 4 244).[6]

[6] Existem estimativas dos PIB de todos os estados brasileiros a partir de 1939, embora as fontes variem e os dados não cubram todos os anos. Com respeito aos anos anteriores a 1975, as estimativas foram feitas pelo Centro de Contas Nacionais da Fundação Getúlio Vargas; para o período de 1975 a 1985, os dados são do Departamento de Contas Nacionais do IBGE. Até 1996, as únicas avaliações dos PIB de todos os estados (para os anos posteriores a 1985) haviam sido produzidas individualmente, por um pesquisador da Fundação Getúlio Vargas. Desde então, uma pesquisa cuidadosa de Oliveira e Silva *et alii* (1996), publicada pelo IPEA, tornou disponíveis estimativas dos produtos de todos os estados brasileiros, nos anos de 1985/1995. No presente trabalho, para esse período mais recente, utilizamos as estimativas de Oliveira e Silva *et alii* (1996).

Tomando como base de comparação o indicador mais geral, o próprio PIB, pode-se afirmar que a região Norte teve, no período 1960/1994 (para o qual se dispõe de dados mais detalhados), um comportamento macroeconômico sensivelmente melhor que o de todo o Brasil. Na verdade, como mostra a tabela 3.1, a economia nortista cresceu a uma taxa média anual excepcionalmente elevada (8,4%), contra apenas 5,2% da economia brasileira em seu conjunto. É oportuno mencionar que nem toda essa diferença traduziu-se em termos de produto *per capita*. Como a população da região Norte vem crescendo a taxas bem superiores à taxa nacional, parte do crescimento do PIB teve de ser distribuída por uma população que também cresceu rapidamente. Disso resultaram ganhos menores, por habitante. De qualquer forma, o desempenho macroeconômico agregado da região Norte, desde a década de 60, tem sido notável.[7]

**TABELA 3.1**
**Região Norte**
**Taxas Médias Anuais de Crescimento e Índices de Instabilidade do Produto Interno Bruto Real para Diferentes Períodos Compreendidos entre 1960 e 1993**

| País/Região | Período | Taxa Média Anual de Crescimento do PIB (%)* | Índice de Instabilidade** |
|---|---|---|---|
| Brasil | 1960/94 | 5,2 | 56 |
| Norte | | 8,4 | 38 |
| Brasil | 1970/94 | 3,8 | 152 |
| Norte | | 7,7 | 105 |
| Brasil | 1980/94 | 1,5 | 215 |
| Norte | | 3,8 | 268 |
| Brasil | Década de 60 | 5,6 | 58 |
| Norte | | 5,1 | 188 |
| Brasil | Década de 70 | 8,3 | 8 |
| Norte | | 12,2 | 27 |
| Brasil | Década de 80 | 1,9 | 179 |
| Norte | | 6,3 | 46 |
| Brasil | 1990/94 | 2,5 | 229 |
| Norte | | 1,3 | 843 |

[7] No período de 1970/91, a população do Norte cresceu a uma taxa média anual de 4,9%, enquanto a população brasileira experimentou um crescimento de 2,1% ao ano (dados do IBGE, censos demográficos).

Fonte (dados brutos): 1960/1970: Fundação Getúlio Vargas, Centro de Estudos Fiscais e Centro de Contas Nacionais; 1975/1980: IBGE, Departamento de Contas Nacionais; 1985/1994: Oliveira e Silva *et alii* (1996).

Notas: *Todas as taxas de crescimento constantes deste trabalho foram calculadas com ajuste, por mínimos quadrados, de funções exponenciais (lineares nos logaritmos). As estimativas obtidas por esse método geralmente diferem dos calculados como médias geométricas das taxas de crescimento observadas.

**Os índices de instabilidade são definidos pela fórmula $I = |1 - R^2| \times 1\,000$, sendo que valores menores indicam um comportamento mais estável do PIB em relação à sua tendência a longo prazo. Valores maiores do índice I refletem, ao contrário, alta instabilidade de curto prazo do produto interno, em cada período considerado.

Desagregando por subperíodos, percebe-se, na tabela 3.1, que foram as décadas de 70 e de 80 as mais favoráveis para a economia regional, sempre em termos comparativos e agregados. Na primeira, o PIB do Norte cresceu a uma taxa calculada de 12,2% ao ano, bem acima dos 8,3% estimados para o PIB brasileiro; na segunda, o Norte cresceu 6,3% ao ano, em média, contra apenas 1,9% do Brasil. Nas duas décadas extremas (a de 60 e a de 90), o desempenho da economia amazônica foi pior do que o nacional. O gráfico 3.1 dá uma idéia do que ocorreu com os PIB amazônico e brasileiro, nos anos 1960/1993: é notável a grande aceleração no crescimento da economia amazônica em comparação à brasileira, a partir de 1975, e até 1990.[8]

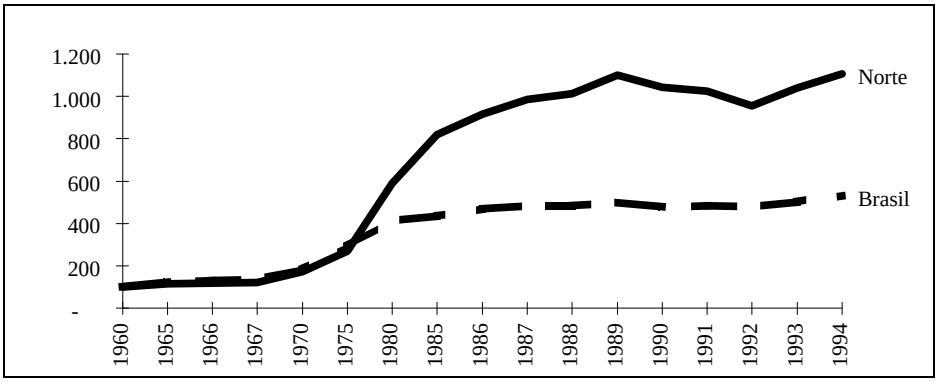
Entretanto, o crescimento da economia nortista não deve ser interpretado como independente do desempenho da economia brasileira em seu conjunto. De fato, apesar das diferentes intensidades de crescimento apresentadas pelo Norte e por todo o Brasil, deve-se observar que os sinais das variações nas taxas médias de crescimento dos PIB da região e do país são sempre os mesmos, para os períodos 1970/80, 1980/90 e 1990/93; ou seja,

[8] Um outro descritor do comportamento macroeconômico — o índice de instabilidade — apresenta fortes oscilações, tanto em termos relativos quanto absolutos. Para o período 1960/1993, os desvios em torno da trajetória de crescimento (pois é isto o que o índice de instabilidade se propõe a medir) foram mais fortes no Brasil do que no Norte. Mas há sub-períodos, como as décadas de 60 e de 70, em que o inverso ocorreu.

para esses anos, sempre que a economia brasileira passou a crescer mais rapidamente (ou mais lentamente), o mesmo ocorreu com a economia do Norte. Embora devamos ter um pouco de cautela nesse ponto, especialmente por não dispormos (para o período 1960/1985) de estimativas independentes, ano a ano, dos PIB dos estados amazônicos (tivemos de fazer interpolações das estimativas qüinqüenais), parece haver uma relação entre os desempenhos macroeconômicos do país e da região. Essa relação pode ser interpretada em termos de dois fatores: de um lado, a vinculação entre a expansão do PIB amazônico e os investimentos do setor público federal, inclusive empresas; de outro, a relação entre o crescimento (assim como as oscilações) do produto industrial do Norte, especialmente o de Manaus, e a expansão dos mercados consumidores nacionais.[9]

[9] Dito de outro modo: *(i)* um movimento de *aceleração* do crescimento econômico nacional induz (ou é induzido por — não faz diferença) maior demanda por bens duráveis de consumo, o que irá implicar uma expansão mais rápida, no curto e médio prazos, do produto da indústria instalada em Manaus (e vice-versa, para o caso da desaceleração do crescimento nacional); *(ii)* uma conjuntura de crise fiscal, que leva à contenção dos gastos públicos em investimento, desacelera tanto o crescimento econômico nacional, quanto o do PIB amazônico. Em ambos os casos (já que estamos falando em movimentos de curto ou, no máximo, médio prazo), isso acontece por razões estritamente keynesianas, ou seja, devido à contração da demanda agregada. No sentido inverso, euforias fiscais devem ter levado, no período em análise, a aumentos de investimentos estatais, com efeitos positivos semelhantes no país e no Norte. É interessante notar que o mesmo fenômeno de solidariedade nas variações de curto prazo dos PIB brasileiro e regional foi encontrado, para o Nordeste, em nosso trabalho anterior [Maia Gomes e Vergolino (1995)], conforme já havia sido anteriormente apontado por Leonardo Guimarães Neto, em vários trabalhos (por exemplo, Guimarães Neto, 1984). Ali, sugerimos que a solidariedade entre os produtos nordestino e brasileiro poderia ser explicada a partir de três pontos: *i)* a crescente *integração produtiva*, em especial na indústria de transformação, entre o Nordeste e o resto do país, mormente o Sudeste. A integração implica que variações no produto final da indústria paulista são transmitidas de uma região para outra pelas cadeias produtivas, de modo que rebatem sempre na mesma direção, na indústria nordestina; *ii)* a existência de orientações mais ou menos uniformes, no Brasil e na região, das *políticas de investimento* das empre-

**GRÁFICO 3.1**
**Brasil e Região Norte — Evolução dos PIB — 1960/1994 (1960=100)**




Fonte (dados brutos): 1960/1970: Fundação Getúlio Vargas, Centro de Estudos Fiscais e Centro de Contas Nacionais; 1975/1980: IBGE, Departamento de Contas Nacionais; 1985/1984: Oliveira e Silva *et alii* (1996).

**3.2 Produtos Setoriais** A tabela 3.2 apresenta as estimativas de taxas de crescimento e de índices de instabilidade dos produtos dos grandes setores (agropecuário, industrial e de serviços) para o Brasil e para o Norte, em diferentes períodos, compreendidos entre 1970 e 1994. O melhor período para a agropecuária nortista é a década de 70, quando seu produto cresceu 12% ao ano. Esses foram, também, os anos de ouro da indústria amazônica, que se expandiu, anualmente, à extraordinária taxa de 22% anuais. Em compensação, os anos 90/94 foram trágicos para a indústria do Norte (especialmente para a indús-

---

sas estatais, especialmente em setores como abastecimento de água e energia elétrica. Considerando que esses setores tendem a trabalhar no limite de sua capacidade produtiva, as acelerações e desacelerações de seus produtos devem estar estritamente ligadas às variações nos respectivos ritmos de investimento. Nas fases analisadas naquele trabalho (e neste), essas variações de ritmo de investimento acompanharam as oscilações na situação fiscal do setor público federal. *Grosso modo*, se havia recursos para investir, novos projetos eram conduzidos, tanto em todo o Brasil, quanto no Nordeste. Faltando recursos, a desaceleração também viria, para todas as regiões; e *iii)* finalmente, identificamos um efeito que operava diretamente via *demanda de bens finais*, e que se refletia nas variações para mais e para menos no produto, sobretudo, do comércio, no Brasil e na região Nordeste.

tria incentivada de Manaus, embora isso não possa ser inferido da tabela 3.2). Pressionada pela liberalização das exportações, a indústria amazônica declinou 9,8% ao ano, no início da presente década. Os serviços, por seu turno, cresceram persistentemente acima da média nacional nos anos 70 e 80; nos anos 90/94, praticamente estagnaram-se.

As participações relativas dos grandes setores no produto amazônico, para anos selecionados do período 1960/94 (não constantes da tabela 3.2), evidenciam o fato incomum de que, na década de 80, o grande crescimento do produto industrial da região elevou substancialmente a participação do setor secundário no PIB regional. Isso fez com que a indústria tivesse um peso maior que o dos serviços, ocorrência incomum nos países e nas regiões de economias em estágio de desenvolvimento semelhantes ao do Brasil. Depois, tal situação foi revertida.

**TABELA 3.2**
**Brasil e Norte do Brasil**
**Taxas Médias Anuais de Crescimento e Índices de Instabilidade**
**dos Produtos Agropecuário, Industrial e de Serviços para**
**Diferentes Períodos Compreendidos entre 1970 e 1994**

| País/Região | Produto | Período | Taxa Média Anual de Crescimento (%)* | Índice de Instabilidade** |
|---|---|---|---|---|
| Brasil | Agropecuário | 1970/94 | 3,6 | 212 |
| Norte | | | 6,9 | 84 |
| Brasil | Agropecuário | 1970/80 | 7,4 | 57 |
| Norte | | | 12,0 | 1 |
| Brasil | Agropecuário | 1980/90 | 0,4 | 981 |
| Norte | | | 4,2 | 150 |
| Brasil | Agropecuário | 1990/94 | 8,7 | 148 |
| Norte | | | 8,2 | 362 |
| Brasil | Industrial | 1970/94 | 4,0 | 379 |
| Norte | | | 9,4 | 321 |
| Brasil | Industrial | 1970/80 | 11,2 | 4 |
| Norte | | | 22,0 | 20 |
| Brasil | Industrial | 1980/90 | 0,8 | 859 |
| Norte | | | 4,6 | 234 |

| | | | | |
|---|---|---|---|---|
| Brasil | Industrial | 1990/94 | -0,4 | 975 |
| Norte | | | -9,8 | 193 |
| Brasil | Serviços | 1970/94 | 3,9 | 66 |
| Norte | | | 5,9 | 34 |
| Brasil | Serviços | 1970/80 | 6,5 | 11 |
| Norte | | | 8,0 | 31 |
| Brasil | Serviços | 1980/90 | 3,1 | 327 |
| Norte | | | 4,7 | 43 |
| Brasil | Serviços | 1990/94 | 3,1 | 22 |
| Norte | | | 0,8 | 614 |

Fonte (dados brutos): 1960/1970: Fundação Getúlio Vargas, Centro de Estudos Fiscais e Centro de Contas Nacionais; 1975/1980: IBGE, Centro de Contas Nacionais; 1985/1994: Oliveira e Silva *et alii*, 1996.

Notas: *Ver nota da tabela 3.1.
**Idem.

Uma análise setorial ainda mais desagregada, amparada nos dados da tabela 3.3, mostra altas taxas de crescimento para os setores *governo* (7,4% ao ano) e *aluguéis* (8,2% anuais), que têm números superiores aos valores correspondentes registrados para o Brasil. Em contraste, a intermediação financeira e os transportes e comunicações cresceram menos no Norte do que no total do país, no período que pôde ser analisado com os dados existentes, ou seja, 1970/94. O setor de comércio apresentou o maior índice de instabilidade, no Norte, no período estudado. Em contrapartida, o produto agropecuário da região apresentou um crescimento bastante estável, nos anos de 1970 a 1994.[10]

**TABELA 3.3**
**Brasil e Norte do Brasil**
**Taxas Médias Anuais de Crescimento e Índices de Instabilidade dos Setores Econômicos Integrantes do Produto Interno Bruto Real — 1970/1994**

| País/Região | Produto | Taxa Média Anual de Crescimento (%)* | Índice de Instabilidade** |
|---|---|---|---|
| Brasil | Agropecuário | 3,6 | 212 |
| Norte | | 6,9 | 84 |
| Brasil | Industrial | 4,0 | 379 |

[10] Ocorrência que contrasta bastante com o que foi encontrado para o Nordeste, onde os índices de instabilidade do produto agropecuário assumiram valores sempre muito altos e, praticamente em todos os casos, superiores aos dos demais setores [Maia Gomes e Vergolino (1995)].

| | | | |
|---|---|---|---|
| Norte | | 9,4 | 321 |
| Brasil | Comércio | -0,9 | 785 |
| Norte | | 0,9 | 909 |
| Brasil | Intermediação financeira | 7,4 | 288 |
| Norte | | 4,7 | 390 |
| Brasil | Transportes e comunicações | 3,6 | 197 |
| Norte | | 2,6 | 519 |
| Brasil | Governo | 4,3 | 90 |
| Norte | | 7,4 | 129 |
| Brasil | Aluguéis | 3,8 | 678 |
| Norte | | 8,2 | 321 |
| Brasil | Outros | 6,0 | 23 |
| Norte | | 9,4 | 28 |

Fontes (dados brutos): 1960/1970: Fundação Getúlio Vargas, Centro de Estudos Fiscais e Centro de Contas Nacionais; 1975/1980: IBGE, Departamento de Contas Nacionais; 1985/1994: Oliveira e Silva *et alii* (1996).

Notas: *Ver nota da tabela 3.1.
**Idem.

### 3.3 Contribuições Setoriais

Um outro ângulo de análise destaca a contribuição percentual dos grandes setores econômicos para o crescimento do PIB amazônico, ainda no período 1970/94. Essa contribuição é definida de uma maneira simples e é calculada a partir da multiplicação da taxa de crescimento média anual do produto setorial pela participação do setor no PIB no início do período. Em termos absolutos, tanto no Brasil quanto na Amazônia, a maior contribuição para o crescimento do PIB foi dada pelo setor de serviços, o que é explicável, predominantemente, por seu grande peso no produto total, tanto do país, quanto da região. Em termos relativos (ao país), entretanto, deve ser ressaltada a maior contribuição da agropecuária na região amazônica. A indústria, apesar de suas altas taxas de crescimento, tinha uma participação muito baixa no PIB do Norte em 1970 (15,3%, contra 30,4%, no Brasil). Como resultado, a contribuição da indústria para o crescimento do produto interno bruto regional foi sensivelmente menor do que a verificada para o país. A tabela 3.4 expõe os dados mais relevantes.

Em termos mais desagregados, a tabela 3.5 dá as estimativas das contribuições percentuais dos

vários subsetores em que se desagrega o produto interno bruto, do Brasil e da região Norte. Nessa nova subdivisão (produtos agropecuários; industriais; comerciais; de intermediação financeira; de transportes e comunicações; do governo; aluguéis; e outros) destaca-se a contribuição do setor industrial (naturalmente, devido à sua maior agregação), do governo e dos aluguéis.

**TABELA 3.4**
**Brasil e Norte do Brasil**
**Contribuição Percentual dos Grandes Setores para o Crescimento do Produto Interno Bruto do Brasil e do Norte — 1970/1994**

| Setor | Brasil | | Norte | |
|---|---|---|---|---|
| | Participação no PIB (1970) | Contribuição Normalizada* | Participação no PIB (1970) | Contribuição Normalizada* |
| Agropecuária | 11,2 | 10,5 | 18,7 | 19,7 |
| Indústria | 30,4 | 31,1 | 15,3 | 21,8 |
| Serviços | 58,4 | 58,4 | 66,0 | 58,5 |

Fonte (dados brutos): 1960/1970: Fundação Getúlio Vargas, Centro de Estudos Fiscais e Centro de Contas Nacionais; 1975/1980: IBGE, Departamento de Contas Nacionais; 1985/1994: Oliveira e Silva *et alii* (1996).

Nota: *A contribuição porcentual do setor ao crescimento total do PIB é calculada a partir da multiplicação da taxa de crescimento média anual do produto setorial pela participação do setor no PIB (início do período), e a soma das contribuições estimadas é normalizada para 100.

**TABELA 3.5**
**Brasil e Norte do Brasil**
**Contribuição Percentual dos Setores Econômicos para o Crescimento do Produto Interno Bruto do Brasil e do Norte — 1970/1994 ***

| Setor | Brasil | | Norte | |
|---|---|---|---|---|
| | Participação no PIB (1970) | Contribuição Normalizada* | Participação no PIB (1970) | Contribuição Normalizada* |
| Agropecuário | 11,2 | 10,6 | 18,7 | 22,5 |
| Industrial | 30,4 | 31,4 | 15,3 | 25,0 |
| Comércio | 17,2 | 3,9 | 23,9 | 3,6 |
| Intermediação financeira | 6,3 | 12,2 | 6,3 | 5,1 |
| Transportes e comunicações | 5,7 | 5,4 | 7,1 | 3,2 |
| Governo | 10,0 | 11,3 | 12,3 | 15,9 |
| Aluguéis | 8,8 | 8,8 | 9,1 | 12,9 |
| Outros | 10,4 | 16,4 | 7,3 | 11,9 |

Fonte (dados brutos): 1960/1970: Fundação Getúlio Vargas, Centro de Estudos Fiscais e Centro de Contas Nacionais; 1975/1980: IBGE, Departamento de Contas Nacionais; 1985/1994: Oliveira e Silva *et alii* (1996).
Nota: *Ver nota da tabela 3.4.

# 4 DINÂMICA SUB-REGIONAL

Este capítulo discute o desenvolvimento recente da Amazônia em uma perspectiva mais detalhada territorialmente. Como seria de se esperar e também acontece em outras macrorregiões brasileiras (por exemplo, no Nordeste, ver Maia Gomes e Vergolino, 1995; e Bacelar de Araújo, 1996); o grande crescimento da atividade econômica na região Norte, registrado nos últimos três decênios, não se distribuiu de forma homogênea pelo território. Detalhar essas diferenças, observando-as pelo ângulo das variações nos produtos internos brutos dos estados e de sub-regiões amazônicas, é o objetivo deste capítulo.

## 4.1 Sub-Regionalização da Economia Amazônica: da Geografia à História

No início da década de 70, ao propor as bases conceituais de um projeto para a Amazônia, Mendes (1971, p. 35) afirmou que "a ocupação humana da região amazônica foi condicionada, praticamente até os nossos dias, por fatores de ordem geográfica e histórica que lhe imprimiram um inequívoco vínculo de solidariedade interna. Esses fatores geravam a articulação das diferentes sub-Amazônias entre si, bem como o surgimento de interesses e objetivos comuns entre seus agentes econômicos e sociais". O mesmo autor relevou que a consistência interna da Amazônia ocorria graças a um conjunto de forças centrípetas que impediam o fracionamento regional, com os eventuais efeitos de deslocamento dos espaços sub-regionais.

Por volta de 1960, os grandes eixos de ocupação regional estavam definidos. Haviam sido consolidados ao longo de duzentos anos de exploração de um reduzido conjunto de produtos oriundos da floresta, tais como a borracha natural, a castanha do Pará e o cacau. A prática do extrativismo, aliada ao sistema tradicional de relações econômicas conhecido como aviamento, fez do espaço amazônico o palco de dominação dos grandes comerciantes, tipificados nas tradicionais casas aviadoras, localizadas preferencialmente em Belém e Manaus. O centro urbano de Belém tornou-se um pólo regional e ainda consolidou essa vantagem durante os tempos da Colônia, enquanto Manaus alcançou alguma significação a partir de 1870. Outros núcleos urbanos surgiram, como Marabá, no rio Tocantins, que se tornou o grande entreposto da castanha do Pará; e Santarém, na confluência do Tapajós com o Amazonas, que operou como centro aglutinador da produção pecuária do Baixo Amazonas e entreposto da produção aurífera oriunda dos garimpos do Tapajós. Já as cidades de Boa Vista (Roraima) Rio Branco (Acre), Porto Velho (Rondônia) e Macapá (Amapá) devem seu destaque ao fato de terem sido capitais dos antigos territórios federais.

Antes de 1960, as principais aglomerações humanas na Amazônia concentravam-se exclusivamente nas calhas dos grandes rios da região, especialmente do Amazonas: Manaus, na confluência do Negro com o Amazonas; Santarém, no entroncamento do Tapajós com o grande rio; e Marabá, no Tocantins. No rio Madeira, cabe destaque para a cidade de Porto Velho, bem como as cidades localizadas no delta do Rio Amazonas. Um caso especial fica por conta das cidades do Pará localizadas na região Bragantina, fortemente polarizadas pela cidade de Belém; e um conjunto de núcleos urbanos banhados pelas águas do Atlântico, localizados no extremo oriental da Amazônia.

A partir do início da década de 60, "começam a agir forças centrífugas, ao arrepio da geografia, que conduzem à desarticulação regional" [Mendes (1971, p. 35)]. A construção da rodovia Brasília — Acre, por exemplo, articulou diretamente a região ocidental da Amazônia ao núcleo dinâmico e moderno da economia brasileira; deslocou-se, assim, essa região, em relação aos principais centros de intermediação da produção daquela área (Belém e Manaus). A construção dos grandes eixos rodoviários como a Belém — Brasília; a PA-70, que ligou Marabá à Belém — Brasília e ao resto do país; a Santarém — Cuiabá; e, finalmente, a Transamazônica (em seu trecho transitável) engendrou um processo de fracionamento de porção significativa da Amazônia Ocidental, com conseqüente perda de funções dos grandes centros econômicos da região — particularmente, a cidade de Belém [Mendes (1971, p. 36-37)].

Belém, que concentrava a intermediação dos produtos consumidos por esses aglomerados urbanos, vai paulatinamente perdendo sua hegemonia. Com a construção da Belém — Brasília e da Pará — Maranhão, as grandes casas atacadistas de Belém deixaram de intermediar as vendas de produtos originários do Sudeste, os quais entravam na região pelo porto de Belém, e a comercialização passou a ser feita diretamente com as fontes produtoras. Os comerciantes de Belém perderam os mercados cativos da Zona Bragantina e das cidades que foram surgindo ao longo desses troncos rodoviários. O mesmo fenômeno aconteceu com Marabá e com os núcleos urbanos que surgiram por conta da construção da PA — 70. Os comerciantes da cidade de Manaus, entretanto, embora perdessem o controle da intermediação da região do Rio Madeira (especialmente os mercados das cidades de Porto Velho e Rio Branco), foram aquinhoados com a criação da Zona Franca de Manaus, que provocou uma forte oxigenação da atividade comercial da capital do estado. Após a reformulação do BASA (1966), da criação da

SUDAM, no mesmo ano (em substituição à Superintendência do Plano de Valorização Econômico da Amazônia — SPVEA), e da ampliação e consolidação dos incentivos fiscais, acompanhado da construção dos grandes eixos rodoviários como a Belém — Brasília e a Brasília — Acre, há o surgimento de novos pólos econômicos na região, voltados para a extração e o beneficiamento de madeiras e a exploração pecuária.

Uma visão mais detalhada dessas transformações será oferecida a seguir, a partir da análise dos diferentes ritmos em que evoluíram as economias dos estados do Norte.

**4.2 Produtos dos Estados**

No período 1970/94, o estado de Rondônia foi o que apresentou a maior taxa de crescimento médio anual na região Amazônica, como já havia observado Buarque (1995). Em média, o PIB daquele estado cresceu 11,5% ao ano. Roraima, com 10,2%, foi o segundo estado de maior dinamismo. Os estados grandes — Amazonas e Pará — tiveram taxas de crescimento muito menores (7,2% e 7,5%, respectivamente), embora também sejam elevadas. A tabela 4.1 e o gráfico 4.1 ilustram as afirmações anteriores e dão mais detalhes. Pelo seu peso muito maior na economia regional, entretanto, os estados do Amazonas e do Pará foram responsáveis pela maior parte do crescimento do PIB do Norte, como mostram as estimativas reunidas na tabela 4.2. De fato, para o período 1970/94, mais de 80% do crescimento econômico verificado na região pode ser atribuído aos aumentos dos PIB do Amazonas e do Pará.

**TABELA 4.1**
**Norte do Brasil e Estados Taxas Médias Anuais de Crescimento do PIB e Índices de Instabilidade do PIB para Diferentes Períodos Compreendidos entre 1970 e 1994**

| Regi- | Taxa Média Anual de Cres- | Índice de Instabilida- |
|---|---|---|

| ão/Estado | cimento(%)* | | | de** | | |
|---|---|---|---|---|---|---|
| | 1970-94 | 1970-80 | 1980-90 | 1970-94 | 1970-80 | 1980-90 |
| Norte | 7,7 | 12,1 | 4,0 | 105 | 28 | 278 |
| Amazonas | 7,2 | 13,1 | 2,8 | 160 | 8 | 526 |
| Pará | 7,5 | 11,8 | 3,9 | 96 | 29 | 258 |
| Roraima | 10,2 | 10,6 | 8,5 | 69 | 6 | 250 |
| Rondônia | 11,5 | 17,9 | 6,3 | 104 | 35 | 179 |
| Acre | 7,2 | 7,3 | 6,0 | 57 | 291 | 93 |
| Amapá | 7,3 | 5,1 | 6,2 | 148 | 470 | 397 |

Fonte (dados brutos): 1960/1970: Fundação Getúlio Vargas, Centro de Estudos Fiscais e Centro de Contas Nacionais; 1975/1980: IBGE, Departamento de Contas Nacionais; 1985/1994; Oliveira e Silva *et alii* (1996).

Notas: *Ver nota da tabela 3.1

**Idem.

**GRÁFICO 4.1**
**Norte do Brasil**
**Taxas de Crescimento Anuais dos PIB Estaduais — 1970/1994**

**Erro! O objeto incorporado é inválido.**

Fonte: Oliveira e Silva *et alii* (1996).

**TABELA 4.2**
**Estados da Região Norte**
**Contribuição Percentual dos PIB Estaduais para o Crescimento do PIB da Região Norte em Diversos Períodos Compreendidos entre 1970 e 1994**

| Estado | 1970-94 | | 1970-80 | | 1980-90 | |
|---|---|---|---|---|---|---|
| | Participação no PIB (1970) | Contribuição Normalizada* | Participação no PIB (1970) | Contribuição Normalizada* | Participação no PIB (1980) | Contribuição Normalizada* |
| Amazonas | 31,8 | 30,2 | 31,8 | 35,1 | 34,9 | 24,9 |
| Pará | 50,8 | 49,9 | 50,8 | 50,4 | 49,0 | 49,0 |
| Roraima | 1,5 | 7,2 | 1,5 | 1,4 | 1,3 | 2,9 |
| Rondônia | 4,8 | 5,6 | 4,8 | 7,2 | 8,5 | 13,6 |
| Acre | 5,9 | 2,0 | 5,9 | 3,7 | 3,7 | 5,6 |
| Amapá | 5,2 | 5,0 | 5,2 | 2,2 | 2,6 | 4,0 |

Fonte (dados brutos): 1960/1970: Fundação Getúlio Vargas, Centro de Estudos Fiscais e Centro de Contas Nacionais; 1975/1980: IBGE, Departamento de Contas Nacionais; 1985/1994: Oliveira e Silva *et alii* (1996).

Nota: *Ver nota da tabela 3.4.

### 4.3 Os Espaços Sub-Regionais

A divisão da Amazônia em sub-regiões, elaborada neste trabalho, procura captar os aspectos mais significativos da distribuição territorial do desenvolvimento econômico na região. A Amazônia foi dividida em oito grandes subespaços econômicos. O quadro 4.1 explicita as microrregiões constantes de cada sub-região. Definidos esses subespaços, a tarefa seguinte foi estimar seus PIB para os anos 1970/1975, 1980, 1985, 1990 e 1993.

**QUADRO 4.1**
**Região Norte**
**Sub-Regionalização Adotada Neste Trabalho**

| Sub-Região | Microrregiões |
|---|---|
| Manaus | Médio Amazonas (Microrregião que inclui Manaus) |
| Belém | Região Metropolitana de Belém |
| Rondônia | Todo o estado |
| Carajás | Microrregião de Marabá |
| Ouro do Pará | Microrregião do Tapajós |
| Velha Fronteira | Microrregiões do Salgado e Bragantina no Pará |
| Pecuária Incentivada | Microrregião do Araguaia Paraense |
| Extrativismo | Todas as demais microrregiões da Amazônia |

Fonte: Elaboração dos autores.

### 4.4 Procedimentos para Estimação dos PIB

Os procedimentos adotados para o cálculo do produto interno bruto das principais sub-regiões da Amazônia são apresentados a seguir. Fundamentalmente, procuramos obter estimativas dos PIB por municípios; em seguida, estas são agregadas em microrregiões. Como é sabido, não existem estimativas oficiais de PIB para as microrregiões ou os municípios do Brasil. A Fundação Getúlio Vargas e, posteriormente, o IBGE desagregam os valores do PIB apenas até o nível dos estados e, mesmo assim, em anos selecionados. Oliveira e Silva *et alii* (1996) produziram estimativas dos PIB estaduais para os anos 1985/1995. Essas

estimativas foram por nós utilizadas, em apoio aos cálculos dos produtos municipais.

A fim de reduzir as margens de erro, os somatórios por estado de nossas estimativas dos PIB municipais foram ajustados, de modo a tornarem-se iguais às estimativas já disponíveis para os PIB estaduais. Para dar um exemplo concreto: considere-se um caso em que a soma das nossas estimativas de PIB dos municípios de um estado A seja igual a 120. Se a estimativa (da FGV, do IBGE ou de Oliveira e Silva *et alii*, 1996) para o PIB do mesmo estado, no mesmo ano, for igual a 100, então todos os valores originalmente encontrados para os PIB municipais, nesse caso, serão divididos por 1,2 (de modo a que a soma desses PIB municipais ajustados seja igual a 100). Dessa forma, o que efetivamente fizemos foi estimar pesos, com base nos quais os produtos estaduais puderam ser rateados pelos municípios integrantes de cada estado.

Para encontrar as estimativas desejadas, adotamos procedimentos distintos para diferentes períodos, em função, fundamentalmente, da disponibilidade de dados. Para os anos de 1970, 1975, 1980 e 1985, estimamos a participação de cada município nos PIB estaduais com o uso de informações disponíveis nos censos econômicos. Para os anos posteriores a 1985, procuramos estimar os produtos a partir, sobretudo, da utilização de registros administrativos.

Para estimar os PIB das sub-regiões, nos anos de 1970, 1975, 1980 e 1985, contamos com as informações disponíveis nos censos agropecuários, em relação à indústria extrativa mineral e de transformação, e a de comércio e serviços.

*Produto da Agropecuária*

Para os anos de 1970 a 1985, extraímos dos censos agropecuários, em primeiro lugar, o valor bruto da produção (VBP) dos municípios de cada estado. O VBP refere-se às quantidades físicas da produção do setor agropecuário, devidamente va-

loradas pelos preços de mercado transacionados pelo produtor. Para o cálculo dos VBP nos anos censitários, consideramos os valores das lavouras temporárias e permanentes, extração vegetal, reflorestamento, formação de culturas permanentes, produção animal e derivados, e indústria rural. As estimativas do valor adicionado da agropecuária (que se incorporam diretamente às estimativas dos PIB), para os anos censitários já mencionados, foram obtidas a partir da dedução da parcela referente ao consumo intermediário do valor bruto da produção.

*Indústria Extrativa Mineral e de Transformação*

Adotando um procedimento semelhante ao caso da agropecuária, em relação às fontes censitárias, o produto da indústria extrativa mineral e de transformação foi calculado a partir dos valores da transformação industrial (VTI) referentes aos dois segmentos, retirados diretamente dos censos. O VTI representa o valor bruto da produção menos o consumo intermediário da indústria. Trata-se, portanto, de um valor adicionado que, como tal, se incorpora ao cálculo do PIB.

Para passarmos dos valores adicionados das indústrias extrativa mineral e de transformação para o PIB industrial, teria sido necessário dispor de estimativas dos VTI das indústria da construção civil e de serviços industriais de utilidade pública. Devido à inexistência de dados, entretanto, o cálculo do produto da atividade industrial foi elaborado considerando-se apenas os segmentos das indústrias extrativa mineral e de transformação. É extremamente difícil obter as informações adequadas, por município, para incluir a construção civil e os serviços de utilidade pública.

*Comércio*

Para medir a participação do comércio no PIB dos municípios e microrregiões, calculamos, em primeiro lugar, a margem bruta de comercialização do setor, para cada unidade da Federação, a

partir dos dados disponíveis nos censos comerciais de 1970, 1975, 1980 e 1985. A margem bruta é obtida a partir da soma do valor total das vendas de mercadorias com o valor total das transferências e o valor das receitas das atividades suplementares. A esse montante, deve ser adicionada a parte referente à variação líquida dos estoques. A partir desse total, deduzimos o valor total de compras de mercadorias mais o valor total dos recebimentos de mercadorias. A margem bruta assim definida é igual ao valor bruto da produção do setor de comércio.

O valor agregado, ou adicionado, do comércio, foi obtido a partir da dedução, no valor bruto da produção, da parte referente ao consumo intermediário. De posse do valor agregado, calculamos a razão valor agregado/total das vendas, para cada estado. O coeficiente calculado foi, em seguida, multiplicado pelo valor total das receitas do comércio dos municípios dos respectivos estados. Dessa forma, foi obtida uma aproximação para o valor agregado do comércio de cada município. Os censos econômicos registram informações, em nível municipal, apenas para o comércio e uma parcela do segmento *outros serviços*. Para computar a participação do comércio no PIB do município, desagregamos as atividades de comércio e serviços apresentadas nos censos. O censo do IBGE inclui somente as unidades atacadistas e varejistas que realizam a distribuição dos produtos. As informações disponíveis (para os municípios do Brasil) para os períodos dos censos compreendem dados sobre pessoal ocupado; total de salários e outras remunerações; despesas gerais e receitas das empresas.

A já descrita sistemática para o cálculo do valor agregado do comércio, por município e por microrregião, foi adotada devido à inexistência de informações básicas para o cálculo direto das margens de comercialização por município. No censo de 1980 não existem informações sobre a

variável *despesas totais*, de sorte que se torna impossível calcular o valor agregado do comércio no período. A ausência de determinadas informações para certos períodos censitários impediu que calculássemos o valor agregado do comércio diretamente das informações municipais.

*Serviços*

Para o cálculo da participação do setor de serviços no produto dos municípios, adotamos um procedimento semelhante ao utilizado para o segmento do comércio. O censo dos serviços inclui as atividades de serviços de reparo, manutenção, instalação e confecção sob medida; serviços pessoais e de higiene pessoal; serviços de radiodifusão, televisão e diversões, e serviços auxiliares diversos. As informações disponíveis nos censos dos serviços, para os dos municípios do Brasil, compreendem os itens relativos ao pessoal ocupado; salários totais; valores de compra e/ou recebimentos; e total da receita. Todavia, nos censos de 1970 e 1980 não existem informações sobre o valor das compras e despesas gerais, respectivamente, o que impediu, assim, a quantificação do valor agregado do setor diretamente dos dados municipais.

Para chegarmos ao valor agregado do setor de serviços por município e microrregião, calculamos, primeiramente, o valor agregado do setor no âmbito estadual. Estimamos, inicialmente, o consumo intermediário do setor, a partir da soma do valor das compras com as despesas gerais. O valor agregado é dado pela diferença entre receitas totais e consumo intermediário. Obtido o valor agregado por unidade de Federação, calculamos a razão valor agregado/total da receita, para cada estado. Para chegarmos ao cálculo, aproximado, do valor agregado do setor de serviços para os dos municípios e microrregiões de cada estado, multiplicamos o coeficiente encontrado (valor agregado/receita total) para cada estado pelo total da

receita do setor de serviços de cada município e microrregião do respectivo estado.

**4.5 O Cálculo dos Produtos para os Anos de 1990 e 1993**

A estimação dos produtos no âmbito microrregional, para os anos de 1990 e 1993 (para os quais não existem censos econômicos), foi realizada por meio do uso de um conjunto de informações diversas. Em primeiro lugar, utilizamos os produtos brutos estaduais dos setores agrícolas, indústria, serviços, governo e comércio, estimados por Oliveira e Silva *et alii* (1996). Para chegar ao cálculo dos PIB microrregionais, recorremos aos dados das pesquisas do IBGE denominadas *Produção Agrícola Municipal* e *Produção Pecuária Municipal,* de 1990 e de 1993, para encontrar a participação de cada município no produto agrícola do estado. A partir de procedimento semelhante, calculamos a participação da indústria de cada município no total estadual, por meio do uso do consumo de energia elétrica na indústria como uma *proxy* para o produto industrial municipal.

Em relação aos setores de serviços e de comércio, utilizamos como variável *proxy* do produto o número de empregados em cada município, nos anos de 1990 e 1993, disponíveis na relação da RAIS. Para estimar o produto do governo, adotamos um procedimento idêntico ao seguido no caso dos setores de serviço e de comércio. De posse desses quantitativos, realizamos as agregações e apuramos os PIB dos municípios. Posteriormente, somamos todos os produtos municipais. A partir dos valores do PIB total para o estado, calculamos a participação de cada município, normalizada pelo produto do estado calculado por Oliveira e Silva *et alii* (1996).

A tabela 4.3 apresenta as estimativas dos produtos brutos por área geoeconômica, resultantes dos procedimentos anteriormente descritos.

## TABELA 4.3
## Amazônia
## Produtos Internos Brutos por Sub-Regiões — 1970/1993

(Em US$ milhões de 1993)

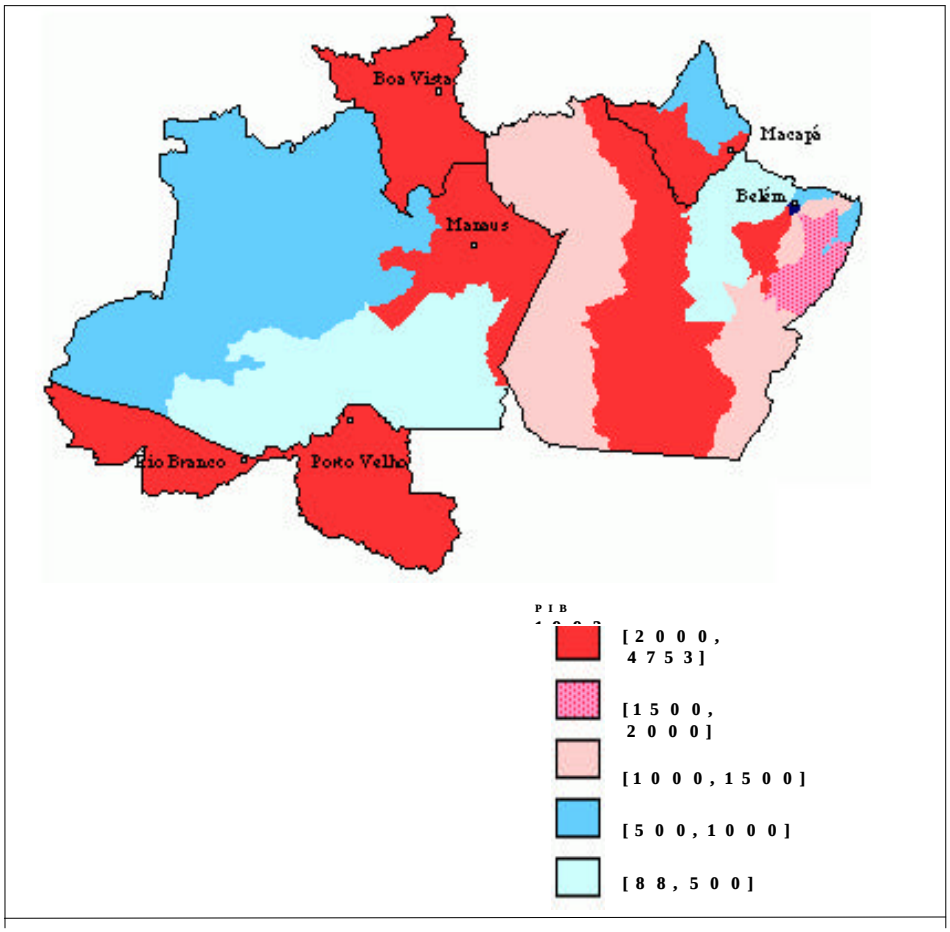
| | Anos | | | | | |
|---|---|---|---|---|---|---|
| Sub-Região | 1970 | 1975 | 1980 | 1985 | 1990 | 1993 |
| Manaus | 1 023 | 1 910 | 4 254 | 6 029 | 7 332 | 6 914 |
| Belém | 1 164 | 1 692 | 2 857 | 2 950 | 4 674 | 5 227 |
| Rondônia | 191 | 348 | 1 141 | 2 199 | 2 709 | 2 656 |
| Carajás | 37 | 65 | 270 | 476 | 738 | 545 |
| Ouro do Pará | 13 | 30 | 137 | 374 | 209 | 213 |
| Velha Fronteira | 206 | 354 | 525 | 691 | 513 | 652 |
| Extrativismo | 1 320 | 1 622 | 3 958 | 5 859 | 7 467 | 7 019 |
| Pecuária Incentivada | 26 | 75 | 193 | 271 | 293 | 296 |
| Total da Amazônia | 3 981 | 6 097 | 13 336 | 18 848 | 23 935 | 23 522 |
| Sub-Região | (Em Números-Índices, 1970=100) | | | | | |
| Manaus | 100 | 187 | 416 | 589 | 716 | 676 |
| Belém | 100 | 145 | 246 | 253 | 402 | 449 |
| Rondônia | 100 | 182 | 597 | 1 150 | 1 416 | 1 389 |
| Carajás | 100 | 175 | 727 | 1 281 | 1 987 | 1 468 |
| Ouro do Pará | 100 | 226 | 1 016 | 2 772 | 1 552 | 1 581 |
| Velha Fronteira | 100 | 172 | 254 | 335 | 249 | 316 |
| Extrativismo | 100 | 123 | 300 | 444 | 566 | 532 |
| Pecuária Incentivada | 100 | 293 | 750 | 1 050 | 1 136 | 1 147 |
| Total da Amazônia | 100 | 153 | 335 | 473 | 601 | 591 |

Fonte (dados brutos): FGV, IBGE, Oliveira e Silva *et alii* (1996).

Obs.: Elaboração dos autores.

**MAPA 1**
**Região Norte**
**PIB *per Capita* das Microrregiões — 1993**

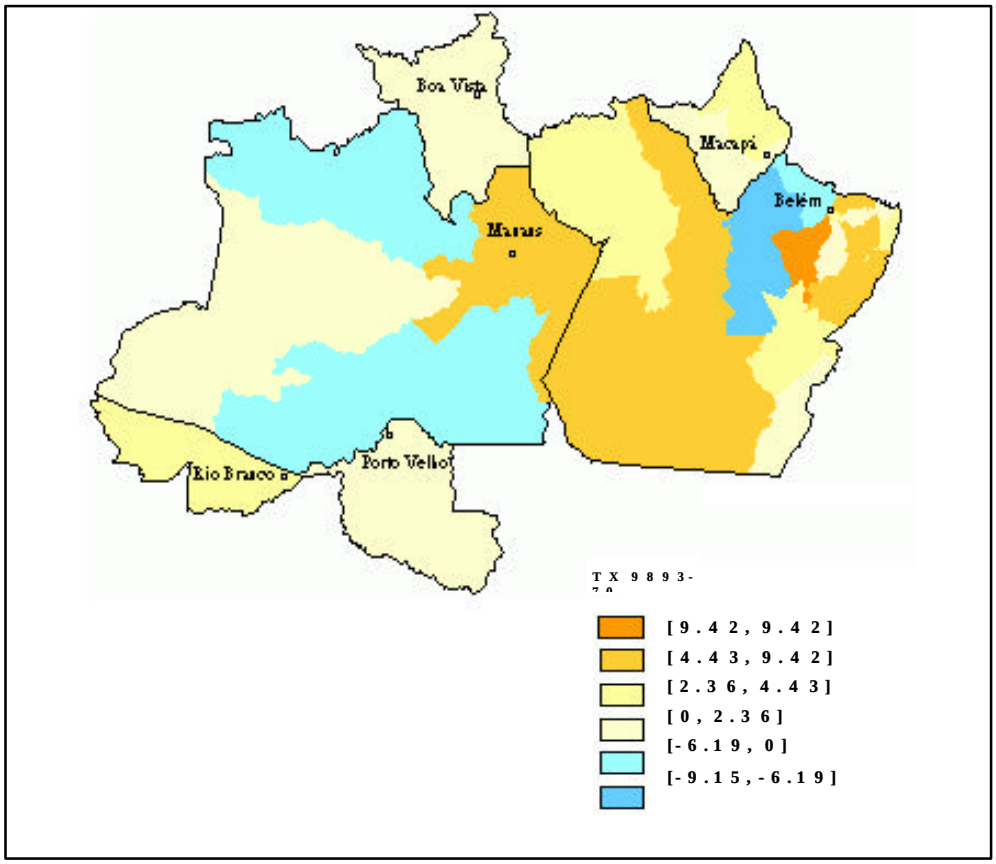
(Em US$ de 1993)




As estimativas reveladas na tabela 4.3 mostram que a economia amazônica tem quatro sub-regiões muito dinâmicas e três que apresentaram crescimento mais lento, bem abaixo da média regional. As sub-regiões de Rondônia, Carajás, Ouro do Pará e Pecuária Incentivada multiplicaram seus produtos por um fator acima de 10. Manaus cresceu menos, embora sua expansão tenha se dado acima da média regional. As sub-regiões de Extrativismo, Belém e Velha Fronteira ficaram nas três últimas posições. Esta última, em particular (constituída pelas microrregiões de Bragantina e Salgado), vem há longo tempo perdendo espaço no contexto da economia regional. Muitos dos seus municípios estagnaram ou entraram em completa

decadência, como, por exemplo, Maraparin, Maracanã e outros, localizados na região do Salgado. Na chamada Região Bragantina, a crise também foi pronunciada, especialmente depois da desativação da estrada de ferro. Municípios como Peixe-Boi, Bragança e Terra Alta, localizados na microrregião de Bragança, tiveram suas economias completamente estagnadas.

**MAPA 2**
**Região Norte**
**Taxas de Crescimento dos PIB das Microrregiões Homogêneas — 1970/93**




Em relação às sub-regiões de crescimento mais rápido, o dinamismo de Rondônia pode ser creditado aos investimentos realizados no setor agropecuário e na área de mineração (especialmente de cassiterita — matéria-prima básica na produção do estanho). O crescimento de Carajás, por

seu turno, deriva-se dos grandes investimentos realizados na hidroelétrica de Tucuruí e do complexo mineral da Companhia Vale do Rio Doce (CVRD), em Carajás. A sub-região da Pecuária Incentivada, que também se destacou, foi favorecida pela implantação de projetos parcialmente financiados pelos recursos do FINAM.

### 4.7 As Transformações Econômicas

A tabela 4.4 destaca a participação relativa de cada sub-região no produto bruto da Amazônia, para os anos selecionados, no período 1970/1993. Uma análise mais detalhada do comportamento da participação de cada área no produto sugere algumas conclusões importantes.

**TABELA 4.4**
**Norte do Brasil e Sub-Regiões Produto Interno Bruto — 1970/1993**
**(Participação Percentual)**

| | Anos | | | | | |
|---|---|---|---|---|---|---|
| Sub-Região | 1970 | 1975 | 1980 | 1985 | 1990 | 1993 |
| Manaus | 25,7 | 31,3 | 31,9 | 32,0 | 30,6 | 29,4 |
| Belém | 29,2 | 27,8 | 21,4 | 15,7 | 19,5 | 22,2 |
| Rondônia | 4,8 | 5,7 | 8,6 | 11,7 | 11,3 | 11,3 |
| Carajás | 0,9 | 1,1 | 2,0 | 2,5 | 3,1 | 2,3 |
| Ouro do Pará | 0,3 | 0,5 | 1,0 | 2,0 | 0,9 | 0,9 |
| Velha Fronteira | 5,2 | 5,8 | 3,9 | 3,7 | 2,1 | 2,8 |
| Extrativismo | 33,2 | 26,6 | 29,7 | 31,1 | 31,2 | 29,8 |
| Pecuária Incentivada | 0,6 | 1,2 | 1,5 | 1,4 | 1,2 | 1,3 |
| Total Amazônia | 100,0 | 100,0 | 100,0 | 100,0 | 100,0 | 100,0 |

Fonte (dados brutos): IBGE — Departamento de Contas Nacionais.
Obs.: Elaboração dos autores.

Considerando apenas os anos extremos da série (1970 e 1993), a sub-região de Belém diminuiu sua participação no produto bruto regional, de 29,2% para 22,2%. Contudo, uma análise mais detalhada mostra que o declínio relativo, de fato, ocorreu até 1985, quando a participação da cidade no produto amazônico teria caído a seu nível mais baixo (15,7%), em todos os anos aqui examinados. A partir de 1985, a sub-região iniciou um proces-

so de recuperação de sua participação relativa, sem, contudo, conseguir alcançar os níveis de 1970. Em relação à sub-região de Manaus, obviamente dominada pela própria capital amazonense, observa-se um aumento de participação no produto regional, no período 1970/85, e um leve declínio, entre 1990 e 1993. De um extremo a outro da série, o movimento é, inequivocamente, de maior participação relativa de Manaus no produto regional.

A queda na participação de Belém no produto bruto amazônico pode ser um efeito do fracionamento do espaço regional. A cidade de Belém sempre se caracterizou, desde os primórdios da colonização, como um centro urbano voltado para as atividades tipicamente mercantis, e polarizava uma extensa área da região amazônica. Com a abertura dos grandes troncos rodoviários, o segmento mercantil perdeu competitividade e, portanto, mercado. Os agentes econômicos dos pequenos centros que, antes dessas transformações, recorriam aos comerciantes de Belém, passaram a comercializar diretamente com os centros de produção localizados, invariavelmente, no eixo Rio — São Paulo — Minas Gerais.

Em contrapartida, a crescente participação de Manaus explica-se, sem dúvida, pela implantação da Zona Franca, que provocou um fortíssimo processo de concentração do produto amazonense naquela cidade. O grande número de unidades manufatureiras ali instaladas, em um curto período de tempo, respondeu aos fortes estímulos fiscais oferecidos pelos governos federal e estadual. A partir de 1990, contudo, ocorreu um declínio da participação da cidade de Manaus no produto bruto regional, em decorrência da redução no valor *relativo* dos incentivos fiscais, devido à abertura da economia brasileira; ou seja, na medida em que as tarifas sobre a importação foram sendo baixadas para todo o país, as vantagens (relativas) de Manaus, nesse ponto, foram se tornando cada vez menores. A indústria local não apenas deixou de crescer; seu produto, efetivamente, declinou, no

auge da crise. É provável, entretanto (embora isso não esteja documentado estatisticamente na tabela 4.5), que a crise do início dos anos 90 já tenha sido superada em Manaus, e que a cidade tenha recuperado os seus níveis anteriores de participação no PIB nortista.

Uma importante transformação econômica se processou no estado de Rondônia. A participação estadual no produto bruto regional mais que duplicou, no período 1970/1993. Em 1970, a participação era de 4,8%; em 1993, elevou-se para 11,3%. A sub-região de Rondônia (que se identifica com o próprio estado) multiplicou seu produto por um fator 13, entre 1970 e 1993. Trata-se de um desempenho destacado, que teve como principal componente o intenso crescimento do setor agropecuário. Não fossem os estrangulamentos na oferta de infra-estrutura econômica, tais como a falta de estradas pavimentadas e um suprimento deficiente de energia elétrica, o crescimento do produto bruto de Rondônia teria sido ainda mais elevado, e maior teria sido sua participação no produto bruto regional.

A sub-região de Carajás também se destaca como uma área extremamente dinâmica no espaço econômico da região. É o resultado dos efeitos dos investimentos realizados na hidroelétrica de Tucuruí e na implantação do complexo mineral-metalúrgico de Carajás. A tendência da sub-região é aumentar ainda mais essa participação, a partir da implantação do projeto de cobre do Rio Salobro, com investimentos da ordem de US$1,5 bilhão. Associando a isso as descobertas de novas minas de ouro na região do quadrilátero da CVRD em Carajás, podemos projetar um grande crescimento da sub-região, também em futuro próximo.

A sub-região de Extrativismo Clássico perdeu participação no produto bruto regional. Em 1970, detinha 33,2% do PIB amazônico — proporção que se reduziu para 29,8%, em 1993. O declínio foi menos significativo do que se poderia ter antecipado. Isso se deve ao fato de que, apesar do extrativismo da borracha e da castanha terem declinado substancialmente, aumentou a exploração de madeira em várias sub-regiões da Amazônia, bem

como a do ouro, no estado de Roraima. Além disso, o comportamento do produto bruto dessa sub-região está refletindo, também, os efeitos da exploração econômica da bauxita na região do Trombetas; do manganês, no Amapá; e do caulim, na área do Projeto Jari.

**4.8 Taxas de Crescimento**

A tabela 4.5 apresenta as taxas de crescimento no produto interno bruto real da Amazônia para o período 1970/93, segundo as sub-regiões econômicas.

**TABELA 4.5**
**Região Norte e Sub-Regiões**
**Taxas Médias Anuais de Crescimento do Produto Interno Bruto Real para Diferentes Períodos Compreendidos entre 1970 e 1993**

(Em porcentagem)

| Sub-Regiões | 1970/1993 | 1970/1980 | 1980/1990 | 1990/1993 |
|---|---|---|---|---|
| Manaus | 8,7 | 15,3 | 5,6 | -1,9 |
| Belém | 6,7 | 9,4 | 5,0 | 3,8 |
| Rondônia | 12,1 | 19,6 | 9,0 | -0,7 |
| Carajás | 12,4 | 21,9 | 10,6 | -9,6 |
| Ouro do Pará | 12,8 | 26,1 | 4,3 | 0,6 |
| Velha Fronteira | 5,1 | 9,8 | -0,2 | 8,3 |
| Extrativismo | 7,5 | 11,6 | 6,6 | -2,0 |
| Pecuária Incentivada | 11,2 | 22,3 | 4,2 | 0,3 |
| Total Amazônia | 8,0 | 12,8 | 6,0 | -0,6 |

Fonte: (dados brutos para os anos censitários) IBGE — Departamento de Contas Nacionais; para os demais anos, ver texto.
Obs.: Elaboração dos autores.

Nesse período, apenas três sub-regiões — Belém, Velha Fronteira e Extrativismo — cresceram abaixo da média da região Norte. Ainda assim, as taxas apresentadas são expressivas, quando comparadas, por exemplo, com a média do Brasil. As outras cinco sub-regiões apresentaram taxas de crescimento mais elevadas, o que reflete a materialização dos investimentos realizados pelos agentes públicos e privados nessas sub-regiões.

Observando o comportamento dos indicadores de crescimento do PIB nas sub-regiões do Norte, ao

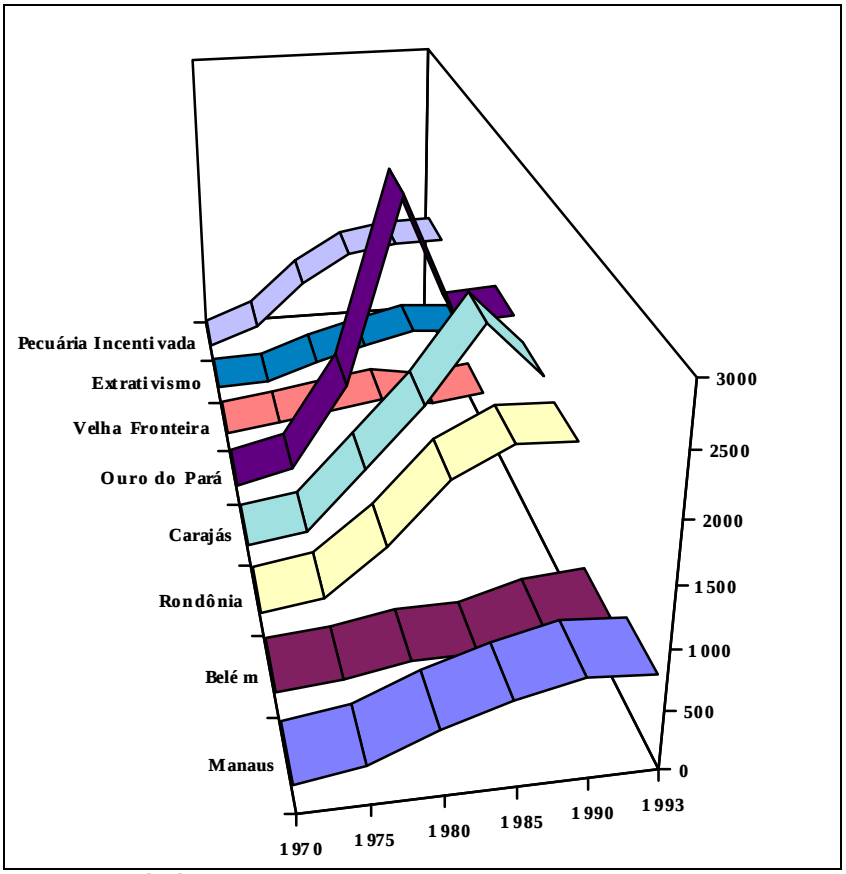
longo das décadas, constatamos uma elevada correlação com o padrão de crescimento da economia nacional. As taxas de crescimento mais elevadas, muito acima da média nacional, verificaram-se durante a década de 70, período do chamado *milagre econômico*. Apenas duas sub-regiões — Belém e Velha Fronteira — cresceram abaixo da média regional. A década seguinte caracterizou-se pelo arrefecimento da dinâmica do crescimento regional, embora este ainda permaneça muito acima da média brasileira. A região da Velha Fronteira (Bragantina e Salgado) foi a única que destoou do conjunto, pois teve taxa de crescimento negativa. Trata-se de uma sub-região que está passando por transformações no seu aparelho produtivo, com algumas áreas decadentes e outras em franco progresso. Paradoxalmente, é a região melhor dotada de infra-estrutura econômica e social do Pará. As sub-regiões de Rondônia e Carajás apresentaram a melhor *performance* em taxas, e cresceram muito acima da média da região.

Em relação ao período recente (1990/93), os resultados não são lisonjeiros. O produto bruto da região Norte decresceu à taxa anual de 0,6%. O declínio mais significativo ocorreu na sub-região de Carajás. As estatísticas refletem o processo de desativação do garimpo de Serra Pelada, na área do quadrilátero do projeto Grande Carajás, que desempregou milhares de indivíduos e, com isso, provocou uma queda significativa da demanda agregada sub-regional. A mudança recente na trajetória de crescimento da sub-região de Manaus reflete o impacto sofrido pelas indústrias da Zona Franca, diante da nova política comercial implementada pelo governo federal. A abertura comercial desestabilizou a trajetória de crescimento da sub-região de Manaus. Finalmente, as sub-regiões de Rondônia e Extrativismo foram muito afetadas pelo programa de estabilização do governo Collor, a partir de 1989.

O gráfico 4.2 apresenta a evolução dos PIB por sub-regiões para os anos entre 1970 e 1993. O gráfico 4.3 fornece as estimativas dos PIB *per capita* em

cada uma das sub-regiões definidas neste trabalho, para o ano de 1993.

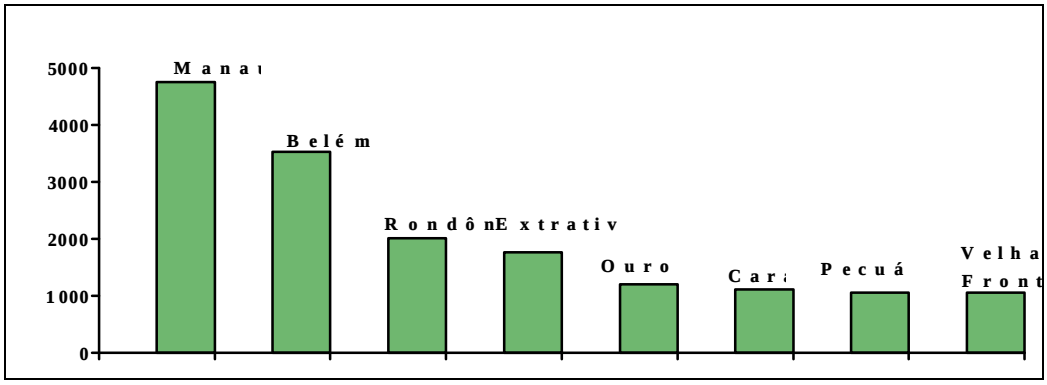
**GRÁFICO 4.2**
**Região Norte — Evolução dos Indicadores do Produto Interno Bruto por Sub-Regiões 1970/1993**




Fonte: Tabela 4.4.

**GRÁFICO 4.3**
**Produtos Internos Brutos *per Capita* das Sub-Regiões da Amazônia — 1993**

(Em US$)




Fonte (dados brutos): IBGE e registros administrativos.
Obs.: Elaboração dos autores.

### 4.9 Os casos do Pará e do Amazonas

Procuramos, neste segmento, tecer algumas considerações sobre a dinâmica econômica sub-regional dos estados do Pará e do Amazonas — principais unidades político-administrativas e de maior peso econômico na geração do produto bruto da Amazônia Clássica, no período 1970/1993. O objetivo principal é identificar a difusão do processo de crescimento que se instalou, após 1970, nos dois estados.

A importância dos dois estados deriva, como é sabido, não apenas de sua grande extensão territorial: há intensa concentração espacial de renda tanto no Amazonas quanto no Pará. Na verdade, como já havia notado Mahar (1977, p. 73-4), em estudo pioneiro: "Quando encarada no contexto intra-regional, verifica-se que a atividade econômica na Amazônia concentra-se em poucas áreas geográficas. (...) De 75% a 85% da renda regional (...) são gerados em apenas dois estados: Amazonas e Pará. Tendo em vista que esses dois estados abrangem cerca de 80% da área e população da região, o grau de concentração observado não deve surpreender muito. Entretanto, quando os dados de renda são reunidos a nível microrregional, torna-se evidente que a maior parte da atividade econômica ocorre nas capitais estaduais de Manaus (...) e Belém (...) e em torno delas.

### 4.9.1 Pará

Para captar as transformações recentes da atividade econômica nos seus territórios, desagregamos os PIB dos estados do Amazonas e Pará, segundo a regionalização preconizada pelo IBGE. Dessa forma, o Pará foi dividido em quinze microrregiões homogêneas. A tabela 4.6 apresenta os índices de crescimento dos PIB *per capita* das microrregiões paraenses, referentes ao período 1970/1993. A leitura da tabela nos fornece algumas pistas para captar os efeitos, sobre o espaço geoeconômico, dos investimentos realizados pelos agentes públicos e privados no estado. Tomando-se os anos extremos da série como elementos de identificação do processo de transformação, percebe-se, em primeiro lugar, que, no intervalo de 25 anos, somente sete das dezoito microrregiões do Pará apresentaram crescimento acima da média estadual.

**TABELA 4.6**
**Estado do Pará**
**Evolução do Produto Interno Bruto Real *per Capita*, segundo as**
**Microrregiões Homogêneas — Índice: 1970 = 100**

| Microrregiões | Índice de Produto | | | | | |
|---|---|---|---|---|---|---|
| | 1970 | 1975 | 1980 | 1985 | 1990 | 1993 |
| Total Pará | 100 | 121 | 206 | 231 | 244 | 225 |
| Médio Amazonas | 100 | 118 | 302 | 512 | 267 | 226 |
| Tapajós | 100 | 146 | 428 | 726 | 252 | 193 |
| Baixo Amazonas | 100 | 119 | 912 | 1082 | 636 | 606 |
| Xingu | 100 | 142 | 282 | 549 | 530 | 579 |
| Furos | 100 | 112 | 180 | 147 | 16 | 11 |
| Campos de Marajó | 100 | 118 | 199 | 179 | 89 | 23 |
| Baixo Tocantins | 100 | 130 | 271 | 292 | 1017 | 793 |
| Marabá | 100 | 97 | 223 | 270 | 289 | 171 |
| Araguaia Paraense | 100 | 156 | 212 | 217 | 172 | 144 |
| Tomé-Açu | 100 | 58 | 111 | 128 | 103 | 111 |
| Guajarina | 100 | 151 | 340 | 497 | 437 | 366 |
| Salgado | 100 | 317 | 335 | 361 | 349 | 369 |
| Bragantina | 100 | 125 | 162 | 196 | 122 | 150 |
| Belém | 100 | 118 | 161 | 144 | 198 | 203 |
| Viseu | 100 | 137 | 384 | 270 | 97 | 235 |

Fonte (dados brutos): IBGE, FGV e Oliveira e Silva *et alii* (1996).
Obs.: Elaboração dos autores.

As regiões mais dinâmicas do Pará, no período 1970/1993, classificadas em ordem decrescente do índice de crescimento do produto *per capita* em relação ao crescimento do PIB *per capita* médio do estado, foram: Baixo Tocantins (793); Baixo Amazonas (606); Xingu (579); Salgado (369); Guajarina (366); e, finalmente, Médio Amazonas (226). A microrregião do Baixo Tocantins (793) sempre se destacou como uma área de forte crescimento. Durante o período pombalino — segunda metade do século XVIII — foi o maior centro produtor de cacau do país, com destaque para os municípios de Cametá e Mocajuba. No século XIX, despontou como o grande núcleo produtor de aguardente e cana-de-açúcar da Amazônia (concentrava, depois de Belém, a maior oferta de escravos de toda a região). Municípios como Abaetetuba e Igarapé-Mirim tinham, na época, os principais engenhos da região. A microrregião voltou a apresentar algum destaque econômico a partir de 1980, com a construção do complexo mineral-metalúrgico da Albrás-Alunorte, localizado no município de Barcarena. Dessa forma, o motor do crescimento da região, no período recente, têm sido os investimentos, de US$ 1,4 bilhão, realizados pelo consórcio CVRD/NAAC, na construção da grande planta industrial da ALBRÁS — produtora de alumínio para exportação.

Em segundo lugar, destaca-se a região do Baixo Amazonas (606), onde está localizada a cidade de Santarém, segundo maior aglomerado urbano do Pará, depois da Região Metropolitana de Belém. Trata-se de uma área fortemente voltada para a agricultura e pecuária, e atividade de extração de madeira, bem como para o grande projeto de exploração das minas de bauxita no vale do Rio Trombetas, pela Companhia Mineração Rio do Norte, no município de Oriximiná. A microrregião do Xingu (579) também apresentou excelente desempenho, em função do crescimento da exploração madeireira e das minas de ouro ali existentes.

Com comportamentos bastante semelhantes, destacam-se as microrregiões de Guajarina (366) e Salgado (369), cujos PIB *per capita* cresceram muito acima da média estadual. Em relação à região de Guajarina, destacam-se os municípios de Paragominas e São Domingos do Capim. No primeiro, concentra-se o maior número de empresas de exploração e beneficiamento de madeira do Brasil. Este município surgiu na esteira da construção da Belém — Brasília, e a pecuária de corte constituiu a primeira grande atividade da região. No período recente, está havendo uma transformação da base produtiva da área. Foram descobertas grandes jazidas de caulim na área do rio Capim, e encontra-se em fase de implantação um grande projeto para a exploração desse mineral por meio do consórcio Mendes Junior & AKW alemã, com um investimento da ordem de 600 milhões de dólares. Observa-se, assim, uma diversificação no aparelho produtivo da microrregião. A agricultura temporária e permanente, a pecuária e a extração e beneficiamento de madeira representam os principais setores formadores do atual produto bruto da microrregião.

A região do Salgado, depois da Bragantina, é a que apresenta a melhor infra-estrutura econômica do Pará. As sedes de todos os municípios estão conectadas à cidade de Belém por estradas pavimentadas. Existe uma ampla oferta de energia elétrica e a maioria dos municípios dispõe de sistema telefônico. É uma região que vem passando por algumas transformações em seu aparelho produtivo (especialmente no setor agrícola), devido à introdução de culturas de maior valor agregado, especialmente as frutas, com vistas a abastecer à cidade de Belém e as unidades industriais processadoras. Nessa microrregião, estão localizados os principais balneários do Pará, no oceano Atlântico. Tudo leva a crer que as atividades ligadas ao turismo sejam as responsáveis pelo seu dinamismo. As cidades de Salinópolis e Marudá, dotadas de praias de grande beleza natural,

constituem-se em dois importantes pólos de lazer da população residente na Região Metropolitana de Belém.

As microrregiões que apresentaram os menores índices de crescimento do produto bruto *per capita* foram: Furos (11); Campos do Marajó (23) e Bragantina (150). Em relação à região de Furos, a provável explicação para tal comportamento é a diminuição na atividade de extração de madeira, que se concentrava na sede do município de Breves, principal núcleo urbano da área. O fraco desempenho da microrregião denominada Campos do Marajó pode estar associada à ausência de modernização do setor pecuário local, bem como ao declínio, em período recente, da agricultura permanente, especialmente no segmento de fruticultura.

A tabela 4.7 apresenta a evolução da participação das microrregiões no PIB estadual. Constata-se que, por volta de 1970, mais da metade do PIB paraense concentrava-se na Região Metropolitana de Belém — RMB (57,6%). Por volta de 1993, a participação da RMB havia declinado para 46,5%. Percebe-se, assim, a existência de um processo de desconcentração das atividades produtivas no espaço geoeconômico do estado, com um lento mas inexorável processo de descolamento das outras microrregiões, em relação à de Belém. Trata-se, evidentemente, dos efeitos dos inúmeros investimentos públicos e privados que estão sendo realizados no Pará; e, com certeza, também dos efeitos provocados pela construção dos grandes eixos rodoviários, como a rodovia Pará — Maranhão; a Belém — Brasília; a Belém — Marabá e a Transamazônica, que permitiram a conexão de um grupo de núcleos urbanos, antes articulados à cidade de Belém, ao núcleo central da economia brasileira. Nesse sentido, o comércio da cidade de Belém deixou de polarizar toda uma grande área do Rio Tapajós, centrada na cidade de Marabá, por exemplo, bem como perdeu a hegemonia econô-

mica, por razões tipicamente locacionais, das regiões cortadas pela Belém — Brasília; especialmente, os núcleos urbanos criados na região como, por exemplo, Paragominas.

A microrregião do Baixo Tocantins foi a que apresentou o maior incremento relativo, quando saltou de 5,49%, em 1970; para 14,2%, em 1993. Tal crescimento é derivado, como se destacou anteriormente, dos grandes investimentos realizados na construção de uma grande planta industrial de processamento de alumínio no município de Barcarena, que dista cinqüenta quilômetros de Belém. Evidentemente, a cidade de Belém está se beneficiando dos efeitos multiplicadores desses investimentos; particularmente, em seus setores de comércio e de serviços.

O Pará tem sido sede de importantes projetos de mineração e metalurgia, os quais têm condicionado o desempenho econômico do estado. As tabelas 4.7 e 4.8 fecham a presente subseção, e apresentam uma informação atualizada sobre os referidos projetos.

## TABELA 4.7
## Estado do Pará
## Participação Percentual dos PIB das Microrregiões no PIB do Estado
## 1970/1993

| Microrregiões | Participação do PIB das Microrregiões no PIB do Estado | | | | | |
|---|---|---|---|---|---|---|
| | 1970 | 1975 | 1980 | 1985 | 1990 | 1993 |
| Total Pará | 100 | 100 | 100 | 100 | 100 | 100 |
| Médio Amazonas Paraense | 7,51 | 6,89 | 9,64 | 13,88 | 6,45 | 5,66 |
| Tapajós | 0,67 | 1,00 | 2,09 | 4,31 | 1,92 | 1,90 |
| Baixo Amazonas | 0,97 | 1,29 | 7,76 | 8,24 | 4,56 | 4,66 |
| Xingu | 0,54 | 0,87 | 1,37 | 3,35 | 4,28 | 6,14 |
| Furos | 5,32 | 4,85 | 4,43 | 3,18 | 0,31 | 0,22 |
| Campos de Marajó | 2,17 | 1,73 | 1,38 | 1,01 | 0,43 | 0,11 |
| Baixo Tocantins | 5,39 | 5,33 | 5,93 | 5,49 | 17,34 | 14,16 |
| Marabá | 1,84 | 2,13 | 4,12 | 5,49 | 6,78 | 4,85 |
| Araguaia Paraense | 1,28 | 2,48 | 2,95 | 3,13 | 2,69 | 2,63 |
| Tomé-Açu | 2,72 | 1,38 | 1,64 | 1,59 | 1,14 | 1,27 |
| Guajarina | 3,21 | 4,23 | 5,84 | 7,59 | 6,23 | 5,57 |
| Salgado | 1,07 | 2,47 | 1,33 | 1,20 | 1,02 | 1,11 |
| Bragantina | 9,14 | 9,15 | 6,67 | 6,78 | 3,69 | 4,69 |
| Belém | 57,58 | 55,49 | 43,60 | 34,06 | 42,95 | 46,53 |
| Viseu | 0,61 | 0,73 | 1,24 | 0,69 | 0,21 | 0,50 |

Fontes (dados brutos): IBGE, FGV e Oliveira e Silva *et alii* (1996).
Obs.: Elaboração dos autores.

## TABELA 4.8
## Estado do Pará
## Projetos de Mineração e Metalúrgicos Implantados e em Implantação

| Nome do Projeto | Propriedade | Investimento (US$ milhões) | Mão-de-Obra Direta |
|---|---|---|---|
| Carajás | CVRD | 3 400 | 3 600 |
| Alumínio Trombetas | Rio Norte | 40 | 1 060 |
| Bauxita/Almeirin | CADAM | 55 | 175 |
| Calcário | J. Santos | 100 | 400 |
| Água Mineral | Indaiá | 20 | 250 |
| Alumínio | ALBRÁS S/A | 1 400 | 2 000 |
| Silício | Carmargo Correa Metais S/A | 120 | 250 |
| Cobre | CVRD/Consórcio | 1 500 | - |
| Caulim | CVRD/CADAM | 295 | - |

| | | | |
|---|---|---|---|
| Ouro | CVRD | 250 | - |

Fonte: Gazeta Mercantil, *Balanço Anual 1996/97.* Pará. Ano I. Setembro 1996.

### 4.9.2 Amazonas

A situação do estado do Amazonas é mais preocupante. Se a microrregião do Médio Amazonas (que contém Manaus) respondia por 81% do produto estadual em 1970, desde então, a concentração aumentou: nossas estimativas para 1993 indicam que nada menos de 95% do PIB amazonense concentravam-se na área de Manaus e municípios vizinhos. Todas as demais microrregiões tiveram suas participações relativas reduzidas; o caso mais dramático é o de Purus que, de uma participação de 5,2% em 1970 (a segunda maior), passou para apenas 0,3%, em 1993 (a microrregião de menor participação). As tabelas 4.9 e 4.10 dão os números.

**TABELA 4.9**
**Estado do Amazonas**
**Índices do Produto Interno Bruto Real *per Capita*, Segundo as Microrregiões Homogêneas — 1970/1993**
**Índice (1970)=100**

| Microrregiões | 1970 | 1975 | 1980 | 1985 | 1990 | 1993 |
|---|---|---|---|---|---|---|
| Total | 100 | 142 | 246 | 293 | 306 | 258 |
| Alto Solimões | 100 | 286 | 151 | 196 | 262 | 150 |
| Juruá | 100 | 120 | 98 | 146 | 108 | 111 |
| Purus | 100 | 38 | 114 | 84 | 99 | 34 |
| Madeira | 100 | 93 | 269 | 163 | 108 | 94 |
| Rio Negro | 100 | 73 | 57 | 41 | 156 | 93 |
| Solimões — Japurá | 100 | 90 | 121 | 126 | 113 | 133 |
| Médio Amazonas (Manaus) | 100 | 146 | 255 | 307 | 317 | 271 |

Fonte (dados brutos): IBGE, FGV e Oliveira e Silva *et alii* (1996).
Obs.: Elaboração dos autores.

**TABELA 4.10**
**Estado do Amazonas**
**Participação do Produto Interno Bruto das Microrregiões no PIB do Estado 1970/1993**

| Microrregiões | 1970 | 1975 | 1980 | 1985 | 1990 | 1993 |
|---|---|---|---|---|---|---|
| Total do Estado | 100 | 100 | 100 | 100 | 100 | 100 |
| Alto Solimões | 2,61 | 5,00 | 1,46 | 1,63 | 2,14 | 1,47 |
| Juruá | 2,54 | 1,96 | 0,86 | 1,00 | 0,66 | 0,78 |

| | | | | | | |
|---|---|---|---|---|---|---|
| Purus | 5,17 | 1,26 | 1,95 | 1,00 | 0,93 | 0,34 |
| Madeira | 2,74 | 1,66 | 2,55 | 1,25 | 0,75 | 0,75 |
| Rio Negro | 2,34 | 1,04 | 0,41 | 0,27 | 1,08 | 0,80 |
| Solimões — Japurá | 3,80 | 2,31 | 1,70 | 1,55 | 1,39 | 2,00 |
| Médio Amazonas | 80,80 | 86,76 | 91,08 | 93,30 | 93,04 | 94,95 |

Fonte: (dados brutos): IBGE, FGV e Oliveira e Silva *et alii* (1996).
Obs.: Elaboração dos autores.

A intensa concentração da atividade econômica amazonense em torno de Manaus precede, como já o havia notado Mahar (1973), a instalação da Zona Franca. Mas foi, sem dúvida, agravada pela ação desta. As observações feitas por esse autor, no início da década de 70, conservam, dessa forma, surpreendente atualidade: "Pela natureza da legislação fiscal destinada à Amazônia Ocidental, (...) a maioria dos benefícios limitou-se às vizinhanças de Manaus, estimulando, assim (ou pelo menos não desestimulando), maior concentração de atividade econômica dentro da sub-região. A Zona Franca de Manaus, em particular, foi sem dúvida útil na equiparação dos níveis de desenvolvimento entre Manaus e Belém, mas houve poucos efeitos observáveis de propagação às áreas rurais da Amazônia Ocidental" [Mahar (1973, p 75)].

## 5 REFERENCIAL TEÓRICO[11]

Este capítulo fornece o arcabouço teórico utilizado para interpretar os resultados macroeconômicos do desenvolvimento recente da Amazônia, apresentados, em linhas gerais, nos capítulos 3 e 4. O desenvolvimento, para nossos propósitos identificado com o *crescimento econômico*, é definido como o aumento persistente, no tempo, do PIB e da capacidade produtiva. A *interpretação* que pro-

[11] A presente seção segue, com pequenas adaptações, o arcabouço teórico estabelecido pelos autores em trabalho anterior. Ver Maia Gomes e Vergolino (1995).

curamos é, essencialmente, a explicação das taxas de crescimento do PIB, tanto em suas tendências de longo prazo, quanto em suas oscilações.

Isso comporta duas etapas. A primeira — teórica — consiste na construção de um modelo no qual o crescimento econômico é relacionado, de forma sistemática, a um conjunto de variáveis, circunstâncias e processos, que possuem correspondentes no mundo real. A segunda etapa — aplicada a uma situação particular, no nosso caso, a economia amazônica nos últimos 35 anos — consiste na identificação e medição daquelas forças, circunstâncias e processos que, combinados, produziram o crescimento, ou a falta de crescimento, do PIB da região Norte. A ênfase será esta: a explicação do crescimento econômico de toda a região Norte, embora parte das evidências empíricas reunidas a seguir seja desagregada por estados ou por sub-regiões e pode, portanto, ser utilizada para a explicação das taxas de crescimento dos seus respectivos PIB. Este capítulo descreve o modelo teórico; os capítulos seguintes (6 a 9) tratam de reunir o material empírico necessário para a explicação do crescimento econômico da Amazônia.

*Conceitos básicos*

Trabalhamos com quatro conceitos básicos:

*1) Demanda*, que é uma medida da disposição (respaldada em efetivo poder de compra) das pessoas, empresas e governo, em seu conjunto, de adquirirem bens.

*2) Investimento*, que é tanto um componente da demanda quanto, visto por outro ângulo, tudo aquilo que signifique uma adição à capacidade produtiva (ou seja, ao estoque de capital) da economia em causa. Capital está aqui entendido em seu sentido generalizado: qualquer coisa que gere um fluxo de renda ao longo do tempo [Johnson (1971)]. Naturalmente, isso inclui aumento de qualificação dos trabalhadores, inovações tecnológicas, melhorias nos sistemas de informação, além do aumento do estoque de máquinas, equipamentos e infra-estrutura, entre outros fatores.

*3) Capacidade produtiva* (ou estoque de capital, em seu conceito generalizado), que corresponde ao estoque total de ativos, materiais ou imateriais, capazes de produzir um fluxo de bens e serviços economicamente valorados.

*4) Produto*, que é o valor total dos bens e serviços finais que as unidades produtivas escolhem lançar no mercado, para um dado conjunto de circunstâncias.

**5.1 Investimento** Dada a nossa definição de capital, só existe uma maneira de se aumentar a capacidade produtiva: pelo investimento.[12] Se o investimento for feito, a capacidade pro-

[12] Estamos abstraindo aumentos ou reduções (temporárias ou permanentes) da capacidade produtiva que resultem de variações climáticas ou do mero crescimento populacional. Deve ser ressaltado, nesse ponto, que a utilização do termo investimento, nas contas nacionais e regionais, o restringe à formação bruta de capital fixo (FBCF). Nos capítulos seguintes, estaremos nos referindo a *investimento* muito mais em seu sentido restrito do que generalizado.

dutiva se expandirá. A expansão da capacidade produtiva, por seu turno, *permite* a expansão do produto, mas não garante: existe um problema de curto prazo que não deve ser ignorado (embora, freqüentemente, o seja) na teoria do desenvolvimento, especialmente porque, se o curto prazo não andar bem, o longo prazo dificilmente o fará.

O crescimento do produto, no elo seguinte da cadeia, se este acontecer, induz a expansão da demanda e, simultaneamente, provoca a geração de poupanças. Essa expansão da demanda materializa-se por três vias. A *primeira* é o efeito *renda*: o aumento do produto (e, portanto, da renda) eleva a demanda por bens finais, embora não na mesma magnitude. A *segunda* via corresponde aos efeitos de encadeamentos para trás (*backward linkages*), enfatizados por Hirschman (1958); ou seja, o crescimento da demanda por insumos e matérias-primas, necessários para a produção dos bens cuja produção está se expandindo. Finalmente, a *terceira* via, que leva da expansão do produto ao crescimento da demanda, é a dos efeitos para a frente (*forward linkages*): se o aumento da oferta de um bem intermediário estiver sendo feito a custos decrescentes, a possível redução de seu preço induzirá um crescimento da demanda por esse produto, por parte das unidades produtivas que o utilizam como matéria-prima ou insumo. Além desses efeitos sobre a demanda de bens, o crescimento do produto também gera poupanças adicionais, que poderão ser canalizadas para o financiamento de novos investimentos.

A expansão da demanda possibilita, na terceira rodada, a continuação do processo: em primeiro lugar, uma demanda maior sanciona a elevação da produção feita no período imediatamente anterior, e pode estimular novos aumentos de produto no período seguinte; em adição a isso, o crescimento da demanda, combinado com a maior disponibilidade de poupanças, induz (e possibilita) a realização de novos *investimentos*, com os quais a capa-

cidade produtiva se expandirá. *Induz e possibilita*, mas não garante. A disponibilidade de poupanças e o crescimento da demanda, gerados pela expansão anterior do produto, criam condições favoráveis a que novos investimentos sejam feitos, mas de nenhum modo asseguram que tais investimentos acontecerão. Por seu turno, os investimentos, quando efetivados, em si mesmos contribuem para nova criação de demanda; além disso, como vimos, o novo investimento se incorpora à capacidade produtiva, aumentando-a. O ciclo está completo: na nova rodada, pode-se ter mais produto, mais poupança, mais demanda, mais investimentos, mais capacidade produtiva, etc.

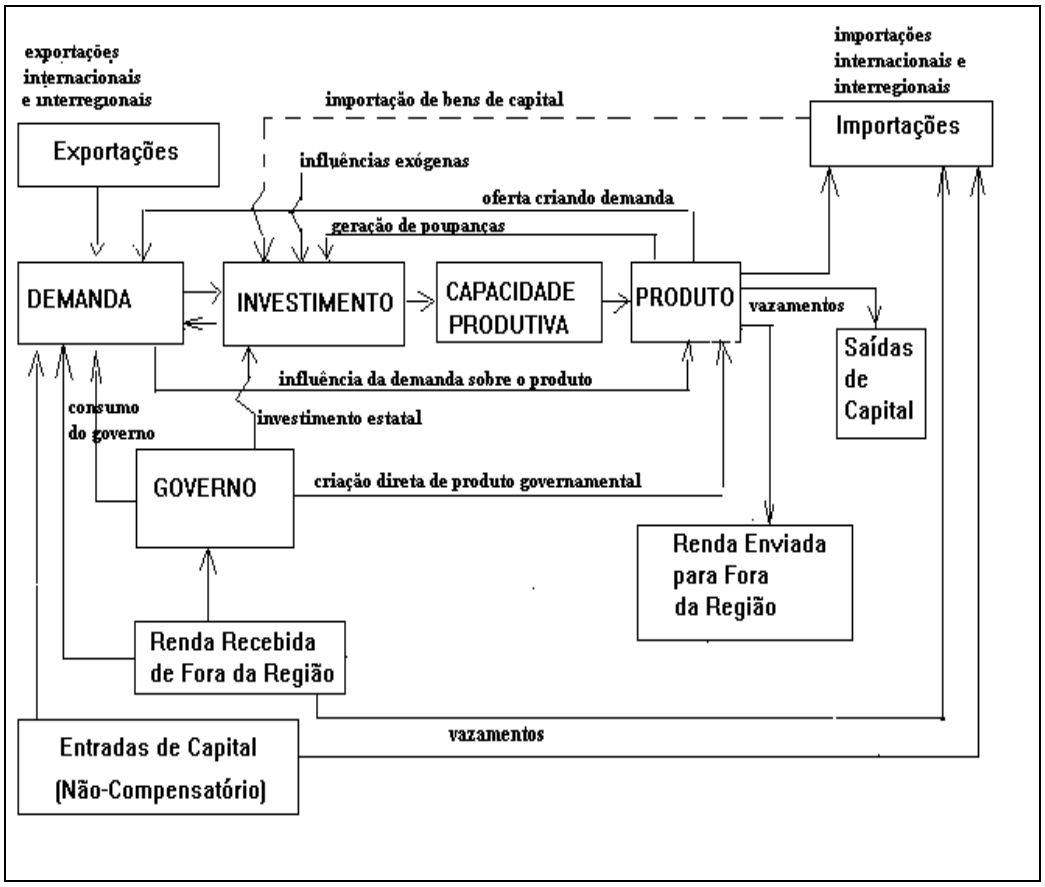
A continuação do processo de crescimento da produção, se acontecer, vai aos poucos tornando mais importante a dependência entre a expansão do produto e a capacidade produtiva. Em uma perspectiva de longo prazo, a segunda se torna condição necessária para a primeira. Além disso, as interrupções do processo de crescimento do produto, devidas a falhas de demanda (na linha teorizada por Keynes) ou de oferta (como ocorreria se os empresários reagissem ao crescimento da demanda apenas aumentando os preços, ao invés da produção), se ocorrerem de forma duradoura, fatalmente irão implicar redução da taxa de expansão da capacidade produtiva. Vale dizer: a longo prazo, e numa perspectiva *ex-post*, a expansão da capacidade produtiva não apenas se torna (o que é óbvio) uma condição necessária ao crescimento econômico; esta tende, de fato, a se tornar uma condição *suficiente*.

### 5.2 Governo e Setor Externo

A figura 5.1 agrega o governo e o setor externo (internacional e inter-regional) à discussão anterior. O governo (administração direta, indireta e empresas) entra no quadro, explicitamente, com três papéis: o de empregador, para cujo desempenho faz despesas de consumo, contribuindo para criar demanda; o de produtor de bens e de servi-

ços, pelo qual contribui diretamente para o produto; e o de investidor, por meio do qual contribui tanto para a geração de demanda quanto para a expansão da capacidade produtiva.[13]

**FIGURA 5.1**
**Representação Esquemática de um Processo de Desenvolvimento**




A incorporação do setor externo nos permite começar a discutir os problemas especificamente regionais. Na verdade, para representar uma eco-

[13] Vários outros papéis do governo podem, também, ser representados na figura 5.1. Por exemplo: o governo, como agente de transferências, será um dos principais agentes de ativação do quadro de renda recebida de fora da região (ou renda enviada para fora da região, conforme seja o caso); o governo, como regulamentador ou coordenador, pode ser um dos principais fatores *exógenos* de influência no investimento. E assim por diante.

nomia aberta, precisamos adicionar um balanço de pagamentos à nossa discussão anterior. Assim, na figura 5.1 temos uma balança comercial (exportações menos importações, tanto internacionais quanto inter-regionais) a qual, somada à renda líquida enviada ao exterior (ou recebida) dá-nos o balanço de transações correntes. As contas de capital (entrada e saída) completam o balanço de pagamentos da região, também representado na figura 5.1.[14]

Vejamos o papel que o governo pode desempenhar na economia regional representada na figura 5.1. Desde logo, o modelo considera a ação do governo como sendo determinada exogenamente. Como empregador, o governo paga salários e realiza despesas de custeio. No primeiro caso, indiretamente, e, no segundo, diretamente, este contribui para a formação da demanda. Esse efeito será tanto maior quanto maior for a parcela das despesas do governo na região (financiada por receitas tributárias pagas por contribuintes de outras regiões), e quanto maior for a proporção das despesas do governo e de seus funcionários incidente sobre a produção local. O mesmo pode ser dito para o caso do governo enquanto investidor: sua contribuição à demanda é, nesse caso, direta: se os investimentos forem financiados com recursos trazidos de outras regiões e se os gastos incidirem sobre os produtos feitos localmente, a contribuição do governo, nesse papel de investidor, para a criação de demanda dirigida à produção local, será máxima. (O investimento governamental desempenha, como os demais investimentos, não apenas um papel de criador de demanda, mas também o de criador de nova capacidade produtiva.) Finalmente, o governo, tanto a administração

[14] Infelizmente, como logo veremos, é mais fácil mapear teoricamente o problema do que encontrar dados empíricos que nos permitam dar expressão quantitativa aos conceitos. Mas, tendo uma noção clara das relações macroeconômicas relevantes, podemos, pelo menos, identificar que tipo de informação nos faz mais falta.

direta quanto a indireta e as empresas, produz bens e serviços e pode regular essa produção (contribui, pois, diretamente, para o produto) de modo independente da prévia criação de demanda. Como foi dito, o governo desempenha outros papéis. Contudo, tais papéis somente podem ser adequadamente descritos a partir do balanço regional de pagamentos. É o nosso próximo ponto.

Por uma questão de definição, se o balanço em transações correntes de um país (ou região) for deficitário, esse país recebe capitais do resto do mundo, na mesma magnitude do seu déficit em transações correntes. Em geral, há grandes dificuldades em se quantificar a balança comercial total de uma região, e ainda mais dificuldades em se obter estimativas da renda líquida enviada para (ou recebida de) fora da região. Conceitualmente, entretanto, sabemos que, entre outras coisas, deveríamos incluir, nesses movimentos de renda entre regiões: *i)* a diferença entre os gastos totais dos governos numa região e o total dos impostos pagos pelos residentes nesta mesma região (e algo análogo para as empresas estatais); *ii)* a diferença entre as contribuições previdenciárias recebidas e as contribuições pagas pelos residentes na região; e *iii)* a diferença entre os dividendos pagos a residentes por empresas de sua propriedade, mas localizadas fora da região, e os dividendos recebidos por não-residentes, correspondentes a seus investimentos na região.

A figura 5.1 mostra que a questão do recebimento ou do envio de renda entre regiões torna-se relevante na medida em que influencia a magnitude da demanda incidente sobre a produção regional. As exportações são um componente da demanda agregada; a renda recebida de fora da região e as entradas de capital (descontada a parte que vaza para fora da região e se transforma em importações) alimentam a demanda pelo produto regional. Na outra ponta, entretanto, uma parte do produto gerado transforma-se em importações, ou

em renda envia-da para fora da região, ou, ainda, em fontes de financiamento para saídas de capital. Cada uma dessas situações diminui a demanda dirigida à produção local, e reduz, portanto, o produto que poderia ser alcançado na rodada seguinte. Além disso, a demanda menor faz decrescerem os incentivos para novos investimentos e, portanto, diminui as adições à capacidade produtiva que de outro modo aconteceriam. Desse modo, reduz-se a taxa máxima de crescimento do produto (que poderia ser alcançada nos anos seguintes). É importante não limitar o problema do desenvolvimento (nacional ou regional) a uma questão da determinação keynesiana do produto, no curto prazo. Os efeitos dos vazamentos de renda sobre a demanda foram referidos; agora, devemos mencionar que, se um vazamento toma a forma da importação de um bem de capital, o efeito negativo (de redução de demanda) que esta importação tem será, provavelmente, mais do que compensado pelo efeito positivo (de expansão da capacidade produtiva) permitido pela mesma importação.

**5.3 O Modelo em Ação** Podemos, agora, indicar de que modo o referencial teórico deste capítulo nos ajuda a organizar os dados e a estruturar um argumento interpretativo para as tendências e as variações das taxas de crescimento do PIB do Norte, de seus estados e sub-regiões.

Desde logo, em termos de tendências de longo prazo, a relação fundamental é a que liga a (expansão da) capacidade produtiva ao (crescimento do) produto. A razão é que, remetendo à figura 5.1, nenhum dos outros determinantes do produto pode operar indefinidamente. Para sermos mais precisos: embora as variações de demanda possam afetar o produto, mesmo com uma capacidade produtiva fixa, é claro que essa influência não pode perdurar para sempre. Cedo ou tarde, no caso de variações positivas da demanda, o nível de produto alcançaria o máximo permitido pela dada

capacidade produtiva, após o que a influência da demanda deixaria de traduzir-se em aumentos de produto (esta passaria a gerar apenas inflação, embora isso não esteja explícito no modelo). Conseqüentemente, dado o nosso conceito de capacidade produtiva, que se identifica com o estoque de capital em seu sentido generalizado, o investimento (adições ao estoque de capital) passa a ser a variável-chave do processo de crescimento do produto.[15]

Portanto, as tendências de longo prazo da taxa de crescimento do PIB são determinadas pela velocidade com que o capital generalizado é acumulado. O problema prático com que se defrontará o pesquisador será o de conseguir obter estimativas tanto dos valores do investimento quanto da produtividade de seus diversos componentes. Se pudéssemos medir com certa precisão os valores *normais* (isto é, excluídas as flutuações aleatórias) da taxa de investimento global, que inclui todos os itens de formação de capital (e não apenas os de capital físico), deveríamos ter um excelente previsor para as taxas de crescimento do produto, a longo prazo. Embora não se trate de um problema insolúvel, é de tratamento muito difícil, em estudos como o objeto do presente trabalho, dada a carência de informações disponíveis sobre itens essenciais.

Por seu turno, a demanda agregada desempenha um papel destacado na determinação das variações de curto prazo do produto. As duas faces do problema não são independentes. Uma estagnação de longa duração da demanda certamente desestimulará de forma decisiva o investimento, impedirá a expansão da capacidade produtiva e,

---

[15] A criação direta de produto governamental também depende, no longo prazo, da expansão da capacidade produtiva. Nesse sentido, o bloco *governo*, embora esteja representado separadamente por conveniência didática, na verdade, embute uma parte da capacidade produtiva global da economia em causa.

portanto, condenará a economia a taxas muito baixas de crescimento do produto.[16]

Empiricamente, em economias abertas como são as economias regionais, precisamos fazer algum esforço para obter estimativas das influências estrangeiras sobre a demanda, tais como: estimativas das adições à demanda agregada causadas pelas exportações, pela renda recebida de fora da região, pelas entradas de capital não-compensatório e estimativas das reduções à demanda agregada (motivadas pelas importações) pela renda enviada para fora da região e pelas saídas de capital).[17]

As exportações líquidas (internacionais e inter-regionais) são um dos componentes da demanda agregada. Nessa qualidade, o crescimento das exportações líquidas pode significar um importante fator de estímulo ao crescimento do produto interno. O inverso é verdadeiro: um crescimento mais lento das exportações líquidas se refletirá em menores estímulos, via demanda, ao crescimento do produto regional. Um maior volume de renda líquida recebida do resto do país, na forma de transferências previdenciárias; um excesso de gastos do setor público, em relação ao total de impostos pagos pelos residentes na região; ou outra forma qualquer, devem traduzir-se em maior demanda e, em consequência, maiores estímulos,

---

16 Tornou-se moda, no contexto da reação conservadora que hoje domina o pensamento macroeconômico, reabilitar o argumento clássico da impossibilidade de uma estagnação duradoura da demanda. O fato de uma proposição estar *em moda* não a torna verdadeira, contudo. Mesmo porque, se a moda for o critério da verdade, praticamente qualquer proposição pode ser considerada verdadeira. Basta esperar um pouco

17 A deficiência de dados nessa área já foi comentada: nos capítulos seguintes, fazemos um esforço para quantificar a balança comercial (de bens) do Norte (em anos selecionados), e alguns dos componentes da renda líquida recebida de fora da região. Os demais componentes do balanço de pagamentos regional não puderam ser estimados, nem mesmo com todas as tolerâncias para as imprecisões que tivemos de admitir neste trabalho.

por essa via, ao crescimento do produto. As remessas de lucros e dividendos operam no sentido contrário. A entrada de capitais autonômos torna o volume de demanda agregada parcialmente independente do nível de renda regional. Vale dizer: a maior ou menor entrada de capitais do tipo FINAM, FNO ou empréstimos (líquidos de amortizações) do Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES) na região, num determinado ano, causará, *ceteris paribus*, variações no mesmo sentido na demanda agregada regional. Além disso, como esses recursos são de uso exclusivo em investimentos, mesmo os vazamentos de demanda que possam provocar serão materializados na importação de máquinas e equipamentos, o que beneficia o crescimento do produto, pela expansão da capacidade produtiva.

A partir dessa consideração das dificuldades conceituais e empíricas introduzidas pela abertura da economia, os demais componentes da demanda são os usuais: o consumo (privado e público) e o investimento (também privado e público). Observando o comportamento, no tempo, de cada um desses elementos, podemos caminhar consideravelmente na compreensão das variações das taxas de crescimento do PIB regional.

## 6 COMÉRCIO INTER-REGIONAL E INTERNACIONAL

O referencial teórico apresentado no capítulo anterior identifica vários papéis importantes do comércio inter-regional e internacional no processo de crescimento econômico de uma região. As entradas de capitais não-compensatórios e as transferências de renda também aparecem na figura 5.1, e são indicados os seus vínculos com a expansão, no longo prazo, do produto e da capacidade produtiva regionais. Neste capítulo, reunimos e analisamos as informações disponíveis so-

bre as relações externas da região Norte, especialmente o seu comércio de bens.

Pelo lado da oferta, o comércio é a via por meio da qual uma região em desenvolvimento pode obter, pela importação, os bens de capital e a tecnologia necessários à expansão de sua capacidade produtiva. Além disso, a competição com produtores estrangeiros também induz, desde que satisfeitas certas condições mínimas, o aumento da eficiência produtiva. Finalmente, o acesso a mercados externos permite a incorporação de ganhos de escala nas unidades produtivas da região. Pelo lado da demanda, a expansão das exportações pode constituir-se em um estímulo decisivo ao crescimento da produção local. Neste capítulo, reunimos e discutimos os dados do comércio inter-regional e internacional de bens da região Norte, a fim de identificar as dimensões reais da maior ou menor contribuição que esse comércio vem prestando ao crescimento econômico da Amazônia.

## 6.1 Exportações e Importações Inter-Regionais

Existe notória deficiência de informações sobre os fluxos de comércio de bens entre os estados e as regiões brasileiras. Para a região Norte, as estatísticas anuais, elaboradas pela SUDAM, começam em 1961 e se prolongam até 1977. A partir desse último ano, as informações disponíveis nos permitem ter alguma idéia sobre as importações e importações interestaduais somente para os anos de 1985 e 1991. Com a ressalva de que os dados utilizados devem ser aceitos com reservas, a tabela 6.1 e o gráfico 6.1, a seguir, mostram o comportamento das exportações e importações inter-regionais. Os valores estão expressos em milhares de dólares (a preços de 1991).[18]

[18] Para os anos de 1961 a 1977, há uma pesquisa da SUDAM (1982) que fornece estimativas do comércio da Amazônia por vias internas. Com a interrupção desses levantamentos, a exemplo do que aconteceu com o Nord-

Os dados do gráfico 6.1 e da tabela 6.1 indicam que houve, a partir de 1973, uma substancial mudança nas magnitudes relativas dos fluxos de comércio do Norte com as demais regiões do país.[19] Além disso, se os dados estiverem corretos, em algum ano entre 1985 e 1991, a Amazônia deixou de ser o que era — uma região tradicionalmente deficitária em seu comércio de bens com as demais regiões brasileiras — quando passou a apresentar superávits nesse comércio.[20]

**TABELA 6.1**
**Região Norte**
**Exportações e Importações Inter-regionais de Bens — 1961/77, 1985 e 1991**

(Em US$ mil de 1991)

| Anos | Exportações (A) | Importações (B) | Saldo (C)=(A - B) |
|---|---|---|---|
| 1961 | 29 271 | 79 919 | (50 648) |

este, a única fonte de informações sobre o comércio interregional do Norte passou a ser a *balança comercial interestadual* estimada (para 1985 e 1986) pela Secretaria de Economia e Finanças do Ministério da Fazenda (SEF), com base nas guias de informação e apuração das operações interestaduais, relativas ao (então) ICM. As estimativas do Ministério da Fazenda, a partir de informações das secretarias estaduais de Fazenda, abrangiam também as operações não-tributadas, mas tinham, entre outros problemas, uma tendência a subestimar as transações com produtos agrícolas. Em 1987, os trabalhos da SEF foram interrompidos. Desde então, a única tentativa de atualizar as informações sobre esse ponto foi feita, tendo em vista a esperada revisão constitucional de 1993, pelo Instituto de Administração Fazendária (IAF) da Secretaria da Fazenda de Pernambuco, que atuou em colaboração com as demais secretarias estaduais de Fazenda, no âmbito do projeto *A Reforma Fiscal e a Federação* [IAF (1993)]. O IAF herdou a metodologia e a maior parte dos problemas do trabalho da antiga SEF, mas sua contribuição tem um valor inestimável, ao nos permitir observar, ainda que imperfeitamente, a quantas andava o comércio inter-regional do Brasil, no início da década de 90.

19 Para efeito de clareza, o ano inicial mostrado no gráfico é 1971; dadas as diferenças de magnitudes nos fluxos de comércio anteriores e posteriores a 1973, incluir os anos 1961/1970 apenas sobrecarregaria o gráfico 6.1.

20 Naturalmente, estamos supondo que não tenham ocorrido oscilações aleatórias suficientemente fortes para alterar a tendência, na balança comercial da região Norte, entre 1985 e 1991.

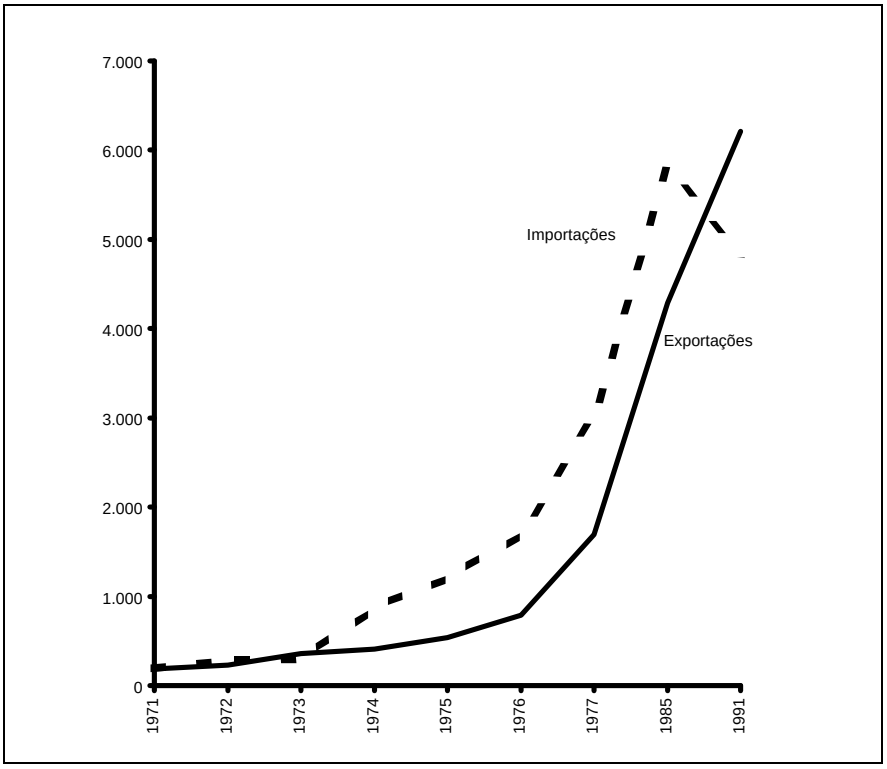
| | | | |
|---|---|---|---|
| 1962 | 37 618 | 104 134 | (66 516) |
| 1963 | 56 024 | 65 456 | (9 432) |
| 1964 | 52 824 | 92 620 | (39 796) |
| 1965 | 59 157 | 114 937 | 55 780) |
| 1966 | 102 089 | 169 706 | (67 617) |
| 1967 | 108 467 | 136 197 | (27 730) |
| 1968 | 109 973 | 158 089 | (48 116) |
| 1969 | 145 009 | 180 315 | 35 306) |
| 1970 | 171 884 | 171 519 | 365 |
| 1971 | 186 882 | 194 643 | (7 761) |
| 1972 | 233 289 | 280 907 | (47 618) |
| 1973 | 363 554 | 302 210 | 61 344 |
| 1974 | 408 240 | 872 809 | (464 569) |
| 1975 | 540 718 | 1 210 782 | (670 064) |
| 1976 | 787 661 | 1 694 885 | (907 224) |
| 1977 | 1 692 218 | 3 017 856 | (1 325 638) |
| 1985 | 4 285 734 | 5 806 403 | (1 520 669) |
| 1991 | 6 213 539 | 4 837 386 | 1 376 153 |

Fonte: (1970/77): MINTER/SUDAM (1982); *Amazônia. Comércio por Vias Internas — 1961-77* (1986): Secretaria de Economia e Finanças, Ministério da Fazenda (1991); IAF, 1993.

Nota: *Os dados foram deflacionados pelo índice de preços ao consumidor dos EUA, obtido no *Economic Report of the* President (1996, p. 343).

## GRÁFICO 6.1
## Região Norte
## Exportações e Importações Inter-Regionais — 1961/1991

(Em US$ milhões de 1991)




**Fonte: Tabela 6.1.**

**O gráfico e a tabela 6.1 ilustram o comportamento do comércio inter-regional de bens da Amazônia. Entre outras coisas, pode-se concluir, a partir da análise os dados das exportações e importações de bens do Norte para as demais regiões brasileiras que, do início dos anos 60 até 1973, o comércio inter-regional teve proporções modestas, com exportações abaixo de US$ 400 milhões (a preços de 1991) e o saldo da balança comercial** *negativo*, **para a grande maioria dos anos.**

**Em 1973, entretanto, houve uma nítida ruptura com o padrão anterior, o que também pode ser visualmente constatado no gráfico 3.1, do capítulo 3 (que mostra uma súbita aceleração do crescimento econômico na região). Argumentaremos, mais adiante, que os dois fenômenos de repentina aceleração (das importações e do PIB) estão relacionados entre si e a uma terceira evidência, a ser discutida no capítulo 8: a intensa aceleração do investimento total na região, que ocorre na mes-**

ma época. De 1973 a 1985, portanto, o comércio inter-regional do Norte acelerou-se de forma vigorosa: as exportações passaram de US$ 364 milhões (1973) para US$ 4 286 milhões (1985), com um crescimento de quase 1 200%; enquanto as importações crescem de maneira ainda mais intensa: 1 800%, entre os dois mesmos anos (passam de US$ 302 milhões, em 1973, para US$ 5 806 milhões, em 1985). Ao mesmo tempo, os déficits comerciais da região Norte com as demais regiões do país crescem muito nesse período.

Não se trata de nenhuma coincidência. Na verdade, os anos 73/85 correspondem ao período em que é mais intensa a implantação de grandes projetos de infra-estrutura e diretamente produtivos, no Norte. Os enormes saldos negativos na balança comercial inter-regional de bens refletem, dessa forma, em grande medida, a absorção pelo Norte de capital vindo de outras regiões, canalizados para a Amazônia pelos investimentos do governo, das empresas estatais, e também do setor privado, com recursos administrados pelas agências oficiais de crédito ou de fomento, como a SUDAM (créditos fiscais e, após 1974, o FINAM), o BNDES e o Banco do Brasil (crédito agrícola para investimento).[21]

Em 1985, quando a implantação dos grandes projetos parece atingir um auge (nesse ano, inaugurou-se, por exemplo, a primeira etapa da hidrelétrica de Tucuruí), tanto as exportações quanto as importações de bens alcançam a casa dos US$ 4 bilhões, com o saldo da balança comercial apresentando-se ainda negativo. A partir daí, duas coisas acontecem. De um lado, as transferências de capital para a Amazônia reduzem-se drasticamente, com a queda abrupta dos investimentos estatais e dos recursos (de origem, também, predominantemente estatal) que financiavam os inves-

[21] A base empírica para essas afirmações é exposta e discutida mais adiante, nos capítulos que tratam do governo e do investimento privado.

timentos privados. Com isso, já em 1991 (última observação disponível), as importações globais — naturalmente aí incluídas também as importações de bens de consumo — reduzem-se para níveis inferiores aos observados em 1985. De outro lado, com a consolidação do pólo industrial de Manaus, as *exportações* inter-regionais da Amazônia continuam a se expandir, e geram, pela primeira vez na história econômica da região, substanciais superávits no seu comércio com o resto do país. Em 1991, a balança comercial inter-regional da Amazônia teria sido superavitária em US$ 1,3 bilhão; quando a região vendeu para o resto do país cerca de US$ 6,2 bilhões.

Em uma primeira interpretação, as informações antes apresentadas permitiriam afirmar que, de forma crescente, a Amazônia vem-se utilizando da demanda das demais regiões brasileiras como fonte de estímulo ao crescimento do seu potencial produtivo. Dizer isso não equivale a esquecer que boa parte das exportações da Amazônia para o resto do Brasil é feita pela Zona Franca de Manaus, cuja expansão está, em uma primeira abordagem, muito mais ligada à oferta abundante de incentivos fiscais do que a uma *expansão da demanda* ocorrida no resto do país pelos produtos industriais amazônicos. As duas coisas não são contraditórias, entretanto. É pouquíssimo provável que o setor eletroeletrônico tivesse se deslocado de São Paulo para o Amazonas se o governo federal não houvesse lhe acenado, como o fez, com pesados incentivos fiscais. Contudo, também é verdade que essa mesma indústria jamais teria ido para Manaus se avaliasse que, uma vez ali sediada, a demanda pelo seu produto cessaria, como o teria feito se os benefícios fiscais tivessem sido insuficientes para compensar os maiores custos de transporte associados à nova localização. Os dois fatores — incentivos e expansão de demanda — se complementam.

Contudo, a contribuição líquida do comércio inter-regional ao crescimento econômico, pela via da demanda, não depende apenas do que esteja

acontecendo com a balança de bens. Como a figura 5.1 ilustrou, os impulsos de demanda que podem estimular a expansão do produto são alimentados não apenas pelas exportações (líquidas) de bens, mas também pelo saldo da balança de serviços não-fatores e pela renda *enviada para/recebida* do resto do país. No caso da Zona Franca de Manaus, tendo em vista a natureza do parque industrial que se implantou, temos razão para crer que uma grande parcela da renda ali gerada esteja sendo transferida para a região Sudeste, particularmente para São Paulo, onde residem os proprietários do capital instalado em Manaus. Essa transferência, que só poderia ser quantificada a partir de dados microeconômicos (no momento indisponíveis), deve estar se dando por meio de pagamentos por serviços prestados pelas próprias empresas, mas apropriados em São Paulo; e da retenção de lucros nas sedes. Isso significa que pode estar havendo substancial discrepância entre a geração de produto na Amazônia, especialmente em Manaus, e a apropriação da renda na região.[22]

Na verdade, a despeito da ressalva anterior, a importância que as exportações e importações inter-regionais vêm assumindo no total do produto nortista, ao longo do período, é notável. Como proporção do PIB, as exportações da Amazônia para o resto do país alcançaram 1,2% em 1970, e 3,5% em 1975; depois disso, aumentaram consideravelmente (19,7%, em 1985; e 23,6%, em 1991). As importações inter-regionais, como proporção do PIB, também expandiram-se rapidamente (1,2%, em 1970; 7,9%, em 1975; 26,7%, em 1985; e 23,0%, em 1991).

## 6.2 Exportações e Importações Internacionais

A tabela 6.2 mostra o comportamento dos saldos, ano

[22] Como veremos, ao examinarmos conjuntamente o comércio inter-regional e o internacional da região Norte, a Amazônia vem registrando substanciais superávits também no seu comércio com os países estrangeiros. A existência de um grande superávit global de comércio de bens levanta a pergunta: a renda correspondente está ou não permanecendo na região?

a ano, da balança comercial internacional da região, bem como as balanças comerciais inter-regional e global, para o período de 1970 a 1992.[23] Do início do período até o ano de 1987, a balança do comércio internacional foi deficitária (com exceção do ano de 1984), o que coincidiu com déficitis na balança inter-regional (pelo menos nos anos para os quais dispomos dos dados). A partir de 1988, entretanto, o comércio da Amazônia com o exterior apresentou crescentes superávits.

**TABELA 6.2**
**Região Norte**
**Exportações e Importações Internacionais e Saldos da Balança Comercial Internacional, Inter-Regional e Total — 1970/92**

(Em US$ mil de 1991)

| Anos | Exportações Internacionais (A) | Importações Internacionais (B) | Balança Comercial Internacional (C)=(A)-(B) | Balança Comercial Inter-Regional (D) | Balança Comercial Global (E)=(C)+(D) |
|---|---|---|---|---|---|
| 1970 | 677 712 | 890 817 | (213 105) | 365 | (212 740) |
| 1971 | 784 220 | 883 630 | (99 410) | (7 761) | (107 171) |
| 1972 | 724 877 | 1 123 904 | (399 027) | (47 618) | (446 644) |
| 1973 | 799 749 | 1 477 514 | (677 764) | 61 344 | (616 420) |
| 1974 | 146 886 | 1 854 866 | (1 707 980) | (464 569) | (2 172 549) |
| 1975 | 972 289 | 1 687 667 | (715 378) | (670 063) | (1 385 441) |
| 1976 | 863 784 | 2 016 331 | (1 152 547) | (907 223) | (2 059 771) |
| 1977 | 826 677 | 1 570 378 | (743 701) | (1 325 638) | (2 069 339) |
| 1978 | 898 658 | 2 627 197 | (1 728 538) | --- | --- |
| 1979 | 944 800 | 1 848 484 | (903 685) | --- | --- |
| 1980 | 1 106 763 | 1 823 566 | (716 802) | --- | --- |
| 1981 | 1 025 273 | 1 351 663 | (326 390) | --- | --- |
| 1982 | 732 757 | 1 275 378 | (542 621) | --- | --- |
| 1983 | 731 789 | 976 177 | (244 389) | --- | --- |
| 1984 | 709 059 | 611 910 | 97 149 | --- | --- |
| 1985 | 576 855 | 698 968 | (122 113) | (1 520 668) | (1 642 781) |

[23] Contrariamente às estatísticas do comércio inter-regional, não foi possível obter dados, para os anos 60, do comércio internacional da região Norte, muito embora a série esteja completa para a década de 80.

| | | | | | |
|---|---|---|---|---|---|
| 1986 | 679 401 | 1 122 617 | (443 216) | --- | --- |
| 1987 | 867 992 | 979 516 | (111 524) | --- | --- |
| 1988 | 1 039 714 | 888 253 | 151 461 | --- | --- |
| 1989 | 1 410 172 | 1 286 976 | 123 197 | --- | --- |
| 1990 | 1 432 159 | 1 221 272 | 210 887 | --- | --- |
| 1991 | 1 290 099 | 1 009 841 | 280 258 | 1 376 153 | 1 656 411 |
| 1992 | 1 340 289 | 911 681 | 428 608 | --- | --- |

Fonte: dados do comércio exterior: IBGE, Anuários Estatísticos do Brasil (vários anos); e para o comércio por vias internas (1970/77): MINTER/SUDAM (1982), *Amazônia. Comércio por Vias Internas* — 1961-77 (1986): Secretaria de Economia e Finanças, Ministério da Fazenda (1991); IAF, 1993.

Nota: *Os dados foram deflacionados pelo índice de preços ao consumidor dos EUA, obtido no *Economic Report of the President* (1996, p 343).

Há de se notar que o comércio internacional da região cresceu relativamente pouco no período; as exportações, que atingiam um total de US$ 677 milhões, em 1970, partiram passaram para o nível de US$ 1 106,7 milhão, em 1980, e, posteriormente, para US$ 1 340 milhões, em 1992, o que significa que o volume total de exportações regionais foi multiplicado por um fator menor do que 2, entre o início e o final do período. As importações, por seu turno, de US$ 1123 milhão, em 1970, partiram para alcançar o seu pico em 1989, com US$ 1 286 bilhão (declinando em seguida). Assim, nos anos mais recentes do período — de fato, a partir de 1988 (inclusive) e até 1992 (dados mais recentes não estiveram disponíveis) —, a balança comercial internacional da região Norte tornou-se crescentemente superavitária.

Existe, portanto, uma simetria entre os comportamentos do comércio da Amazônia com o resto do país e com o resto do mundo. Em ambos os casos, o Norte parte de déficits, registrados nos anos iniciais do período 1970/1991, e chega a realizar superávits. Essa simetria conta muito da história econômica recente da região. Os déficits, nos anos anteriores a 1991 (para o caso do comércio inter-regional), e 1988 (para o comércio internacional), são a contrapartida, especialmente, dos pesados influxos de capital para a região, os quais se

traduziram em importações. Essas entradas de capital somavam-se às transferências de renda corrente operadas pelo governo (que estudaremos no capítulo 8), sobretudo pela via fiscal, as quais também se refletiam em importações, sobretudo, de bens de consumo produzidos em outras regiões do país.

Financiando importações de máquinas, equipamentos e materiais de construção, os influxos de capital iam expandindo a capacidade produtiva na região Norte em duas frentes especialmente importantes, além da infra-estrutura, de uso genérico: o setor industrial *voltado para o mercado interno nacional* instalado em Manaus e os setores, como o de minérios, cujo produto se voltaria a *exportações internacionais*. Dessa forma, como resultado dos grandes investimentos das décadas de 70 e 80, a produção exportável (para as outras regiões e para o resto do mundo) da Amazônia aumentou substancialmente. Quase ao mesmo tempo, o ritmo de investimentos financiados com capitais vindos de outras regiões (ou de outros países) declinou drasticamente. As importações, portanto, declinaram; e os déficits comerciais tornaram-se superávits.[24]

Em termos do referencial teórico apresentado no capítulo 5, esse superávit global no comércio de bens da região Norte traz algumas questões im-

[24] Uma observação adicional é pertinente. Quando se estabelece uma comparação entre o volume das exportações e importações das balanças comerciais inter-regional e internacional da região verifica-se que, começando em 1970 — ano a partir do qual se podem fazer comparações — até 1975, o comércio internacional foi mais importante que o inter-regional (por exemplo, em 1975, as exportações *inter-regionais* foram de US$ 540,74 milhões e as *internacionais*, de US$ 972,3 milhões — medidas em valores constantes de 1991), e algo semelhante ocorreu com as importações. Porém, a partir de 1977, o comércio com as demais regiões do país começou a se tornar mais importante que o comércio com o exterior e tanto as exportações quanto as importações interregionais são, em volume, maiores que as suas correspondentes no comércio internacional da região. Destaque-se que, em 1985, as exportações interregionais teriam sido 7,4 vezes maiores que as internacionais.

portantes, sobretudo se levarmos em conta que (como documentaremos no capítulo 8) a região é recebedora líquida de transferências (na forma de receitas fiscais e de renda pessoal) vindas de outras regiões. A questão é essa: se o comércio global de bens, em 1991 (e, provavelmente, também nos anos seguintes), tem sido superavitário para o Norte e se a região tem recebido transferências líquidas de renda e de receita fiscal das demais regiões, como tem sido utilizada essa renda?[25]

A resposta mais provável é que dificilmente esse montante de renda tem, de fato, sido apropriado em sua totalidade por residentes na região. Relembrando a identidade (saldo do balanço de pagamentos em conta corrente) + (saldo do balanço de pagamentos em conta de capital) = (zero), temos duas possibilidades a considerar. A primeira é que esteja ocorrendo, de fato, um supéravit em *conta corrente* no atual balanço global (ou seja, internacional e inter-regional) de pagamentos da região Norte. Nesse caso, tautologicamente, a região estaria exportando capital para o resto do mundo, inclusive o resto do Brasil. Se assim for, os amazônidas estariam, em grande escala, transformando parte de suas rendas em poupanças para, em seguida, convertê-las em investimentos em outras regiões, ou países.

É possível, mas não é provável. Embora seja difícil obter evidências de fluxos de capital entre regiões, o fato de que boa parte do parque industrial da Amazônia tenha sido (e venha sendo) montada com capitais de outras regiões sugere incisivamente que a região é deficitária na conta

---

[25] As principais fontes de transferências líquidas inter-regionais — fiscais e de renda pessoal — que favorecem o Norte são as aposentadorias e pensões do INSS (líquidas dos recursos arrecadados pelo INSS no Norte); os saldos dos Fundos de Participação dos Estados e dos Municípios, do FNO e do FINAM (descontadas as arrecadações correspondentes originárias da região) e os gastos federais na região (mais uma vez, descontados da arrecadação federal no Norte). Veja, adiante, o capítulo 8.

de capital, o que constitui o oposto da hipótese considerada acima. Assim, embora em muito menor escala do que nas décadas de 70 e 80, é mais provável que a Amazônia continue recebendo capital, em termos líquidos, do resto do mundo e das demais regiões do Brasil, do que esteja transferindo capital para o seu exterior.

Ficamos, então, apenas com uma segunda hipótese. Nesse ponto, deveríamos dizer que a existência de um saldo positivo em conta corrente no balanço de pagamentos do Norte não é, de nenhum modo, garantida pela simples existência de saldos positivos na balança de comércio de bens e nas contas do INSS, do FPE, FPM, FNO, FINAM e nos gastos gerais do governo federal na região, simplesmente porque essas contas não esgotam o elenco de transações correntes. Assim, devemos considerar a possibilidade de que a região Norte seja deficitária em suas transações correntes. Isso ocorreria se a conta de serviços (*fatores e não-fatores*) fosse suficientemente deficitária para mais do que compensar o superávit no comércio de bens e o provável superávit na conta de capital.[26]

Embora, mais uma vez, seja difícil ir além de hipóteses plausíveis, nesse ponto (já que poucas das transações antes mencionadas são passíveis de estimação com as estatísticas disponíveis), há razões para acreditarmos mais nessa segunda possibilidade de *fechar* o balanço de pagamentos do Norte. Em outras palavras, parece-nos mais provável que esteja havendo forte transferência de renda para fora da região Norte (via pagamentos de serviços fatores e não-fatores), do que a exportação de capital para o seu exterior.

### 6.3 Importações Internacionais de Bens de Capital

Um aspecto importante a explorar é o da *composição* das

[26] Para a contabilidade do balanço de pagamentos, serviços *fatores* incluem pagamentos, feitos a não-residentes, de lucros, juros, aluguéis, salários e honorários. Serviços *não-fatores* incluem pagamentos (feitos a não-residentes) de fretes, seguros, assistência técnica e *royalties*, entre outros.

importações regionais. Como se viu no capítulo 5, a contribuição do comércio externo ao desenvolvimento de uma região dá-se tanto pela via da demanda quanto da oferta. Assim, ainda que uma região apresente déficits em seu comércio de bens e serviços com o resto do país, ou do mundo (e que, portanto, pela via da demanda, o comércio se constitua numa fonte de desestímulo ao crescimento), mesmo assim um excesso de importações sobre exportações pode ser benéfico ao crescimento, se parte considerável das importações for de bens de capital, ou, mais diretamente, de tecnologia. Esta seção reúne os elementos empíricos disponíveis para discutir o problema, no contexto da economia amazônica contemporânea.

Desde logo, infelizmente, os elementos empíricos não são muitos. Foi impossível obter indicações sobre o composição das importações (internacionais e inter-regionais) do Norte, nas décadas de 70 e 80, quando outras evidências sugerem que a importação de bens de capital foi intensa. Para os anos mais recentes, alguns indicadores de importações *internacionais* de bens de capital puderam ser obtidos e foram incorporados à tabela 6.3.

**TABELA 6.3**
**Brasil e Região Norte**
**Indicadores de Importações Internacionais de Bens de Capital — 1993/1995**

(Em US$ mil FOB e em porcentagens)

| Anos | Importações Totais (US$ mil) | | Importações de Bens de Capital* (US$ mil) | | Importações Bens de Capital/Importações Totais (%) | |
|---|---|---|---|---|---|---|
| | Brasil (A) | Norte (B) | Brasil (C) | Norte (D) | Brasil (E)=(C)/(A) | Norte (F)=(D)/(B) |
| 1993 | 25 256 001 | 1 984 424 | 5 854 173 | 344 249 | 23,2 | 17,3 |
| 1994 | 33 078 690 | 2 651 089 | 8 957 109 | 467 564 | 27,1 | 17,6 |
| 1995 | 49 971 896 | 4 237 652 | 14 100 816 | 766 429 | 28,2 | 18,1 |

Fonte: Sistema Alice/SECEX/Ministério da Indústria e Comércio.
Nota: *Para efeito dessa estimativa, consideramos *bens de capital* os bens incluídos nos capítulos 84, 86, 87, 88 e 89 do sistema classificatório adotado pelo Alice. São eles: reatores nucleares, caldeiras, máquinas, aparelhos e instrumentos mecânicos e suas partes (cap. 84), e materiais de transporte (demais caps.)

Os dados da tabela 6.3, apesar de sua precariedade (não incluem o comércio inter-regional e representam uma estimativa parcial das importações internacionais de bens de capital), não fornecem um quadro muito favorável para a região Norte. Em termos relativos às suas importações totais, não apenas o Brasil importa *mais* bens de capital (coluna E, comparada à coluna F), como também, nos três anos cobertos na tabela, essa diferença relativa ampliou-se consideravelmente. Em 1995, para tomar o último ano da série, o Brasil teria destinado 28,2% de seus gastos totais em importações para comprar bens de capital; a proporção correspondente para o Norte foi de apenas 18,1%. Dessa forma, à luz dos dados, embora parciais, reunidos na tabela 6.3, portanto, não parece ter o comércio internacional desempenhado, para a Amazônia, um papel excepcionalmente positivo na sua contribuição para a expansão da capacidade produtiva regional.

## 6.4 Exportações Internacionais por Estados

As considerações para a região, especialmente sobre *exportações*, nem sempre va-

lem para os estados. Para obter uma visão mais desagregada, fazemos a seguir considerações sobre a origem (dentro da região) e o destino das suas exportações internacionais, para o período de 1980 a 1996. Os dados são da Secretaria do Comércio Exterior (SECEX) do Ministério da Indústria e Comércio.[27]

A tabela 6.4 retrata a origem das exportações via participação porcentual de cada um dos seis estados no total da Amazônia. Rapidamente, salta à vista que o Pará é o maior exportador regional para o resto do mundo: sua participação aumenta de 72,9%, em 1980, para 89,6%, em 1996. Os demais estados têm uma participação pouco significativa, destacando-se que o Amazonas, que detinha 12,9% em 1980, apresentou um declínio persistente naquela participação, chegando, em 1995, a apenas 5,7% do total.

**TABELA 6.4**
**Região Norte**
**Exportações Internacionais por Estados — 1980/95**

(Em US$ 1000 FOB)

| Anos | Rondônia | Acre | Amazonas | Pará | Amapá | Roraima | Total |
|---|---|---|---|---|---|---|---|
| 1980 | 8 915 | 14 | 76 674 | 434 124 | 71 880 | 3 909 | 595 516 |
| 1981 | 10 057 | 426 | 75 176 | 498 184 | 72 476 | 4 289 | 660 608 |
| 1982 | 9 884 | 35 | 52 898 | 396 014 | 55 490 | 3 618 | 517 939 |
| 1983 | 21 272 | 1 000 | 50 330 | 442 665 | 46 354 | 536 | 562 157 |
| 1984 | 29 615 | 381 | 61 351 | 473 614 | 46 294 | 246 | 611 501 |
| 1985 | 31 996 | 220 | 52 842 | 414 014 | 39 721 | 52 | 538 845 |
| 1986 | 20 399 | 222 | 42 829 | 735 620 | 30 173 | 15 | 829 258 |
| 1987 | 31 060 | 3 061 | 46 423 | 1 092 291 | 36 282 | 36 | 1 209 153 |
| 1988 | 32 028 | 4 996 | 70 727 | 1 398 473 | 52 348 | 118 | 1 558 690 |
| 1989 | 14 145 | 2 584 | 125 926 | 1 406 413 | 42 716 | 198 | 1 591 982 |
| 1990 | 9 454 | 2 660 | 178 600 | 1 548 035 | 55 027 | 182 | 1 793 958 |
| 1991 | 19 543 | 2 211 | 106 919 | 1 574 858 | 53 315 | 270 | 1 757 116 |
| 1992 | 16 799 | 1 927 | 147 997 | 1 645 753 | 9 377 | 3 465 | 1 825 318 |
| 1993 | 30 211 | 4 094 | 144 867 | 1 781 049 | 55 891 | 65 554 | 2 081 666 |
| 1994 | 36 527 | 4 146 | 133 950 | 1 820 771 | 73 815 | 5 634 | 2 074 843 |
| 1995 | 37 762 | 5 205 | 138 350 | 2 181 437 | 65 792 | 4 357 | 2 432 903 |
| Participação Percentual de cada Estado no Total | | | | | | | |

[27] Infelizmente não foi possível obter dados sobre a origem e o destino das exportações inter-regionais, nem sobre as importações inter-regionais e internacionais. Deve-se levar em consideração, também, que os dados relatados mais adiante não são perfeitamente comparáveis com os das tabelas 6.1 e 6.2.

| | | | | | | | |
|---|---|---|---|---|---|---|---|
| 1980 | 1,50 | 0,00 | 12,88 | 72,90 | 12,07 | 0,66 | 100,00 |
| 1981 | 1,52 | 0,06 | 11,38 | 76,41 | 10,97 | 0,65 | 100,00 |
| 1982 | 1,91 | 0,01 | 10,21 | 76,46 | 10,71 | 0,70 | 100,00 |
| 1983 | 3,78 | 0,18 | 8,95 | 78,74 | 8,25 | 0,10 | 100,00 |
| 1984 | 4,84 | 0,06 | 10,03 | 77,45 | 7,57 | 0,04 | 100,00 |
| 1985 | 6,94 | 0,04 | 9,81 | 76,83 | 7,37 | 0,01 | 100,00 |
| 1986 | 2,46 | 0,03 | 6,16 | 88,71 | 3,64 | 0,00 | 100,00 |
| 1987 | 2,57 | 0,25 | 3,84 | 90,34 | 3,00 | 0,00 | 100,00 |
| 1988 | 2,05 | 0,32 | 4,54 | 89,72 | 3,36 | 0,01 | 100,00 |
| 1989 | 0,89 | 0,16 | 7,91 | 88,34 | 2,68 | 0,01 | 100,00 |
| 1990 | 0,53 | 0,15 | 9,96 | 86,29 | 3,07 | 0,01 | 100,00 |
| 1991 | 1,11 | 0,13 | 6,08 | 89,63 | 3,03 | 0,02 | 100,00 |
| 1992 | 0,92 | 0,11 | 8,11 | 90,16 | 0,51 | 0,19 | 100,00 |
| 1993 | 1,45 | 0,20 | 6,96 | 86,56 | 2,68 | 3,15 | 100,00 |
| 1994 | 1,76 | 0,20 | 6,46 | 87,75 | 3,56 | 0,27 | 100,00 |
| 1995 | 1,55 | 0,21 | 6,69 | 89,66 | 2,70 | 0,18 | 100,00 |

Fonte: MICT/SECEX.

Obs.: 1980 a 1993 — dados definitivos; 1994/95 — dados preliminares da balança comercial de jan./dez. 96.

A pauta das exportações do estado do Pará — exportador relevante no âmbito regional — é mostrada na tabela 6.5. Nota-se um aumento da participação de produtos industrializados (com predominância dos produtos semi-manufaturados) a partir de 1990, com a concomitante redução da participação dos produtos básicos no total exportado. Deve ser reconhecido que os estímulos da demanda interna-cional sobre a base produtiva desse estado têm sido bastante significativos, visto que as exportações vêm crescendo contínuamente, ao longo do período: em 1990, por exemplo, o total das exportações paraenses montava a US$ 1 548,0 milhão; em 1995, o valor total chegou a US$ 2 181,4 milhões. O crescimento, embora modesto, da participação de produtos industrializados no total das exportações é indicador de que, na base produtiva, vem aumentando a importância de bens de maior valor agregado por unidade de produto. Sobre isso, deve-se atentar para a importância do complexo mineral de Carajás como responsável por grande parte das exportações de produtos básicos (hematita, bauxita e minério de manganês) e produtos industrializados (alumínio não-ligado, ferro-gusa, etc.) do estado.

TABELA 6.5
Estado do Pará

**Exportações Internacionais por Fatores Agregados — 1980/95**
**Participação Percentual**

| Anos | Básicos | Semi-Manufaturados (A) | Manufaturados (B) | Industrializados (A+B) | Operações Especiais | Total |
|---|---|---|---|---|---|---|
| 1980 | 46,23 | 26,89 | 28,84 | 54,73 | 0,04 | 100,00 |
| 1981 | 50,98 | 24,40 | 24,51 | 48,91 | 0,11 | 100,00 |
| 1982 | 58,04 | 20,05 | 21,82 | 41,87 | 0,10 | 100,00 |
| 1983 | 56,56 | 21,02 | 22,31 | 43,32 | 0,11 | 100,00 |
| 1984 | 61,64 | 17,60 | 20,71 | 38,32 | 0,04 | 100,00 |
| 1985 | 66,40 | 18,10 | 16,42 | 34,52 | 0,08 | 100,00 |
| 1986 | 61,31 | 29,31 | 9,30 | 38,61 | 0,07 | 100,00 |
| 1987 | 56,28 | 34,97 | 8,69 | 43,66 | 0,06 | 100,00 |
| 1988 | 51,89 | 40,22 | 7,85 | 48,08 | 0,03 | 100,00 |
| 1989 | 54,31 | 37,87 | 7,80 | 46,67 | 0,02 | 100,00 |
| 1990 | 58,71 | 34,25 | 7,02 | 41,28 | 0,01 | 100,00 |
| 1991 | 58,62 | 36,26 | 6,11 | 41,37 | 0,01 | 100,00 |
| 1992 | 56,83 | 37,20 | 6,95 | 43,16 | 0,01 | 100,00 |
| 1993 | 51,33 | 39,70 | 8,97 | 48,67 | 0,00 | 100,00 |
| 1994 | 47,76 | 43,37 | 8,86 | 52,24 | 0,01 | 100,00 |
| 1995 | 46,53 | 46,66 | 6,80 | 53,45 | 0,01 | 100,00 |

Fonte (dados brutos): MICT/SECEX.

Sobre o destino das exportações internacionais da região Norte, a tabela 6.6 mostra dados para o ano de 1996. As informações confirmam a importância do estado do Pará como maior exportador regional para todos os quatro blocos econômicos apresentados. A maior parte das exportações destinou-se, naquele ano, aos países da União Européia (US$ 839,5, no total de US$ 1 262,7 milhão; ou seja, 66,5% do total); em seguida, vêm os países do Acordo de Livre Comércio Norte-Americano — NAFTA (cerca de 27,1% do total).

**TABELA 6.6**
**Região Norte**
**Exportações dos Estados para Blocos Econômicos — 1995**

(Em US$ mil)

| Blocos Econômicos | Pará | Amazonas | Amapá | Rondônia | Total |
|---|---|---|---|---|---|
| UE | 789 155 | 27 977 | 10 392 | 12 022 | 839 546 |
| NAFTA | 277 039 | 42 887 | 6 967 | 15 325 | 342 218 |
| AELC | 20 593 | 1 648 | 10 368 | 104 | 32 713 |
| MERCOSUL | 26 982 | 15 804 | 2 132 | 2 361 | 47 279 |
| Total | 1 113 770 | 88 316 | 29 859 | 29 813 | 1 261 757 |
| **Participação Percentual** | | | | | |
| UE | 94,00 | 3,33 | 1,24 | 1,43 | 100,00 |
| NAFTA | 80,95 | 12,53 | 2,04 | 4,48 | 100,00 |
| AELC | 62,95 | 6,04 | 31,69 | 0,32 | 100,00 |
| MERCOSUL | 57,07 | 33,43 | 4,51 | 4,99 | 100,00 |
| Total | 88,27 | 7,00 | 2,37 | 2,36 | 100,00 |

Fonte: MICT, 1996.
Obs.: UE — União Européia; AELC — Associação Européia de Livre Comércio; e MERCOSUL — Mercado Comum do Sul.

## 7 O INVESTIMENTO PRIVADO[28]

Na literatura revista para este trabalho, não foram encontradas estimativas, oficiais ou não, da formação bruta de capital fixo (FBCF) na Região Norte, no período de 1960 a 1995. Para o investimento público (governo e empresas estatais), a pesquisa *Regionalização das Transações do Setor Público*, conduzida pela Fundação Getúlio Vargas (a cada cinco anos, de 1970 a 1985) e pelo IBGE (que já divulgou os resultados para 1991 e 1992), fornece as informações necessárias. Contudo, não existem avaliações do investimento privado. Ocasionalmente, um estudo de caso, ou uma reportagem jornalística, traz informações sobre os valores investidos em projetos isolados, mas não uma estimativa da FBCF na região.

Sendo o investimento a variável-chave em um processo de crescimento econômico, tornou-se imprescindível suprir, de alguma forma, aquela lacuna, o que implicou estimar a FBCF pelo setor privado. Uma maneira de fazer isso, que combina estatísticas com conhecimento circunstancial, consiste em reunir informações sobre as *fontes de financiamento* do investimento privado na região. Isso foi possível para os anos 1970/1995. Nesse período, as principais fontes foram ligadas ao governo: SUDAM (FINAM), BASA (FNO, após 1989), BNDES e Banco do Brasil (crédito agrícola para investimento). Uma certa dose de *empirismo casual* sugere que, em conjunto, os recursos dessas instituições responderam por grande parte do investimento privado registrado na região Norte.

A questão é quanto significa, exatamente, essa *grande parte.* Em outras palavras, o problema consiste em saber quanto de recursos próprios os empresários privados aportaram, nos projetos autofinanciados, ou para complementar os recursos

[28] Investimento entendido em seu sentido restrito, como FBCF.

oficiais que receberam do FINAM, FNO, BNDES ou Banco do Brasil. Neste trabalho, não pretendemos dar uma resposta definitiva a tal pergunta, o que só poderia ser feito por meio de pesquisa de campo específica. Ao invés, produzimos duas estimativas, uma *pessimista* e outra *otimista*, na expectativa de que o verdadeiro valor do investimento privado na região amazônica, nos anos entre 1970 e 1995, encontre-se contido no intervalo de tais estimativas.

A estimativa pessimista estabelece o limite inferior. Nesta, supomos que os recursos das quatro fontes oficiais antes mencionadas são iguais a *dois terços* do investimento privado total na região. Isso, naturalmente, implica que, para financiar os próprios investimentos, os empresários privados teriam aportado R$0,50 de seu próprio bolso para cada R$1,00 que tivessem recebido das fontes oficiais. A segunda estimativa é a otimista, que parte do pressuposto de que, para cada R$1,00 aplicado pelas fontes oficiais, os empresários privados aplicam, na Amazônia, outro R$1,00 de recursos próprios. A estimativa encontrada com esse procedimento aparece, então, como nosso limite superior.[29]

Logo veremos que qualquer hipótese mais generosa quanto à contribuição direta dos empresários geraria estimativas pouco razoáveis. Feitas essas considerações, a tabela 7.1 apresenta os componentes de crédito oficial de longo prazo e as estimativas pessimista e otimista do investimento privado total, na Amazônia, nos anos 1970/95.[30]

---

29 Uma pesquisa feita pela SUDAM, em 1993, constatou que, em 184 projetos implantados no Sistema FINAM, o aporte de recursos próprios dos empresários foi de 26,2%. Em 155 projetos enquadrados, a previsão de aporte de recursos próprios era de 32,9%. Se esses valores puderem ser generalizados, nossa hipótese pessimista forneceria uma boa aproximação do investimento privado total. (Ver SUDAM, 1995, p. 43).

30 Aristides Monteiro Neto, do IPEA, é o principal responsável pelas estimativas da tabela 7.1. Antes de chegar aos

**números ali expostos, ele precisou passar pelos meandros de nossa criatividade fiduciária. Para se ter uma idéia das dimensões de seu problema, basta relembrar os seguintes fatos. De dezembro de 1967 a maio de 1970, nossa moeda foi o** *cruzeiro novo*; **o** *cruzeiro* **(redivivo) reinou de maio de 1970 a março de 1986, quando passamos a assinar nossos cheques em** *cruzados*. **Menos de três anos depois, em janeiro de 1989, os cruzados viraram** *cruzados novos*. **Embora os cruzados fossem novos, os idiotas (nós próprios) eram antigos. Tanto que aceitamos, em março de 1990, uma inacreditável segunda ressurreição do** *cruzeiro*. **Cruzeiro que iria se tornar** *cruzeiro real*, **em agosto de 1993, que, por sua vez, iria dar vez ao** *real*, **em julho de 1994. Se um tio Patinhas distraído tivesse guardado no colchão algumas cédulas de dinheiro brasileiro, em 1970, ele precisaria juntar 2.750.000.000.000,00 cruzeiros novos (os centavos só foram extintos em agosto de 1984) para trocar por R$1,00, hoje.**

## TABELA 7.1
## Região Norte
## Créditos Concedidos para Financiamento do Investimento Privado e Estimativas Pessimista e Otimista do Investimento Privado Total — 1970/1995

(Em US$ milhões de 1993)

| Anos | Fontes de Crédito | | | | Investimento Privado Total[5] | |
|---|---|---|---|---|---|---|
| | FINAM[1] | FNO[2] | BNDES[3] | Crédito Agrícola[4] | Hipótese Pessimista | Hipótese Otimista |
| 1970 | 121 | | 156 | 21 | 447 | 596 |
| 1971 | 100 | | 153 | 26 | 418 | 558 |
| 1972 | 84 | | 195 | 79 | 537 | 716 |
| 1973 | 77 | | 690 | 92 | 1288 | 1718 |
| 1974 | 79 | | 652 | 67 | 1197 | 1596 |
| 1975 | 135 | | 677 | 141 | 1429 | 1906 |
| 1976 | 267 | | 205 | 267 | 1108 | 1478 |
| 1977 | 224 | | 82 | 212 | 777 | 1036 |
| 1978 | 260 | | 1 337 | 278 | 2812 | 3750 |
| 1979 | 219 | | 1 034 | 304 | 2335 | 3114 |
| 1980 | 178 | | 906 | 294 | 2067 | 2756 |
| 1981 | 178 | | 821 | 202 | 1801 | 2402 |
| 1982 | 211 | | 3 536 | 142 | 5833 | 7778 |
| 1983 | 177 | | 4 832 | 124 | 7699 | 10266 |
| 1984 | 106 | | 1 143 | 50 | 1948 | 2598 |
| 1985 | 68 | | 1197 | 43 | 1962 | 2616 |
| 1986 | 115 | | *** | 193 | 463 | 618 |
| 1987 | 182 | | *** | 106 | 433 | 578 |
| 1988 | 197 | | *** | 48 | 369 | 492 |
| 1989 | 88 | 104 | 515 | 42 | 1123 | 1498 |
| 1990 | 167 | 206 | 673 | 27 | 1609 | 2146 |
| 1991 | 123 | 134 | 176 | 27 | 690 | 920 |
| 1992 | 167 | 113 | 72 | 8 | 540 | 720 |
| 1993 | 193 | 134 | 106 | 16 | 673 | 898 |
| 1994 | 143 | 158 | 121 | 176 | 897 | 1196 |
| 1995 | 270 | 212 | 231 | 142 | 1282 | 1710 |

**Fontes:** SUDAM, BASA, BNDES e Banco Central.

**Notas:** [1] Anteriormente a 1974: Fundos de Crédito Fiscal. Fonte: SUDAM, *apud* Mahar (1977, p. 239) (dados ajustados para dólares de 1993);

[2] Repasses do Tesouro Nacional;

[3] Até 1975, os valores referem-se a Operações Aprovadas; para os anos seguintes, referem-se a desembolsos (valores efetivamente liberados). Foram feitos ajustamentos para isolar os empréstimos a empresas estatais. Um problema, nessa limpeza dos dados, decorreu de que as informações sobre empréstimos às estatais referiam-se às operações aprovadas e não aos desembolsos. Supusemos que estes ocorressem uniformemente, nos quatro anos seguintes à aprovação dos financiamentos. Isso gerou uns poucos valores improváveis, nos anos de 1986, 1987 e 1988. Note-se, entretanto, que esse é um problema que afeta apenas a distribuição, dentro de um período de quatro a cinco anos, dos créditos do BNDES ao setor privado. Os totais emprestados, nesse período, estão preservados em nossas estimativas;

[4] As informações sobre crédito rural a produtores e cooperativas referem-se, exclusivamente, a investimentos (agrícolas e pecuários). Não são computados os valores de custeio;

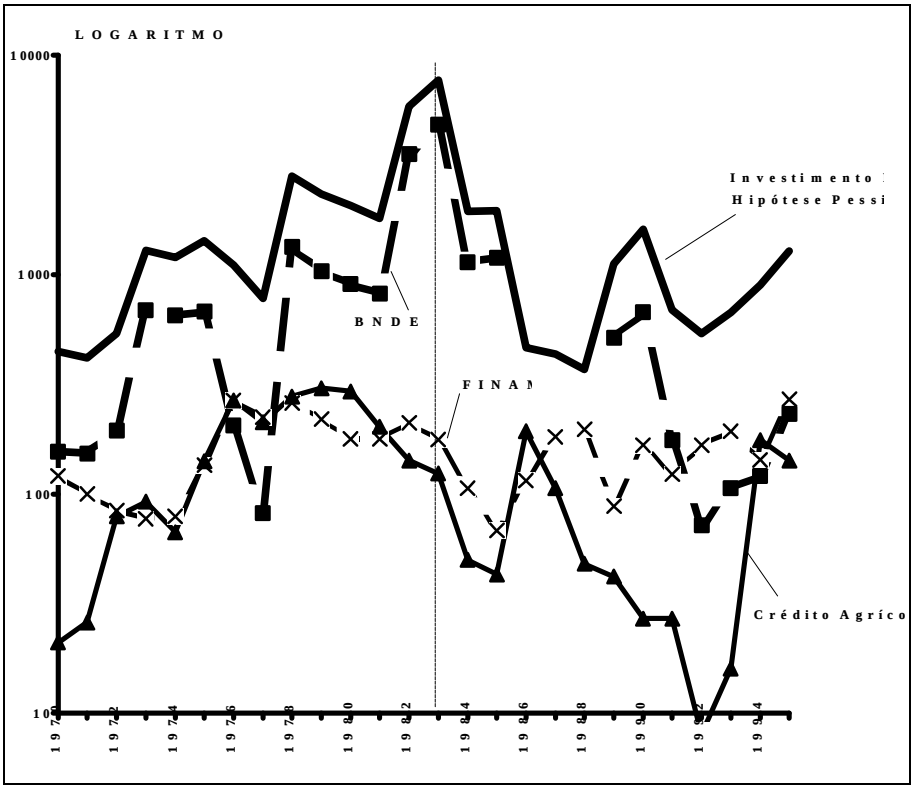
[5] O cálculo do investimento privado total foi feito admitindo-se que o aporte de recursos próprios (nos investimentos financiados com as fontes relacionadas na tabela e nos demais investimentos) correspondesse a 50% (hipótese pessimista) ou a 100% (hipótese otimista)

dos recursos totais disponibilizados pelo FINAM, FNO, BNDES e pelo crédito agrícola para investimento.

A tabela 7.1 e gráfico 7.1 põem em realce alguns fatos e tendências que merecem registro. Em grandes linhas, o comportamento do investimento privado é de crescimento, de 1970 a 1983, e de declínio, desde então, com uma leve recuperação apenas nos anos 92/95. Naturalmente, dada a forma de estimar o investimento privado, seu comportamento reflete com absoluta fidelidade o que ocorreu com os principais componentes de financiamento, que são de origem governamental. Assim é que as aplicações do BNDES para o setor privado, no Norte, crescem até 1983, e passam a cair, desde então, com alguma recuperação apenas nos três últimos anos da série. O crédito agrícola para investimento tem um comportamento um pouco diferente, e apresenta elevada instabilidade: assume valores muito altos até 1980, e cai abruptamente em seguida (depois registra, a exemplo dos créditos do BNDES, alguma recuperação entre 1992 a 1995). Finalmente, o FINAM é o componente mais estável, com leve declínio entre 1976 e 1985, e pequena recuperação, desde então.

GRÁFICO 7.1
Região Norte
Estimativa do Investimento Privado e de suas Principais
Fontes de Financiamento — 1970/1995

(Logaritmos dos valores em US$)




Fonte: Tabela 7.1.

A comparação das estimativas do investimento privado no Norte com os dados do PIB regional gera os resultados mostrados na tabela 7.2.

**TABELA 7.2**
**Região Norte**
**Estimativas Pessimista e Otimista do Investimento Privado como Porcentagens do PIB Regional — 1970/1992**

| Anos | Estimativa Pessimista | Estimativa Otimista |
|---|---|---|
| 1970 | 12,6 | 16,8 |
| 1975 | 23,4 | 34,8 |
| 1980 | 17,0 | 22,6 |
| 1985 | 10,3 | 13,8 |
| 1990 | 6,9 | 9,2 |
| 1995 | 4,8 | 6,4 |

Fontes: FGV, IBGE e Oliveira e Silva *et alii* (1996), para os PIB; para as estimativas do investimento privado, tabela 7.1.

Discutir as implicações de altas (ou baixas) taxas de investimento/PIB na região amazônica sem levar em conta o investimento estatal — do governo e das empresas públicas — é, contudo, pouco produtivo. Por essa razão, devemos interromper

nesse ponto a análise dos dados das tabelas 7.1 e 7.2, para a estes retornar no capítulo seguinte, que trata do setor público.

## 8 O GOVERNO

Em trabalhos anteriores [Maia Gomes e Vergolino (1995); Maia Gomes (1996)] os autores identificaram vários papéis importantes desempenhados pelo setor público em um processo de desenvolvimento. Entre estes estão os de supridor de serviços públicos, empregador, regulador do setor privado, agente de transferências a pessoas, investidor, financiador e supridor de fundos para o investimento privado. O setor público contribui para o desenvolvimento de uma região, em última análise, por meio da influência que pode exercer sobre a expansão da capacidade produtiva e sobre a demanda agregada incidente sobre o produto regional. Neste capítulo, fornecemos, inicialmente, uma visão ampla da atuação do governo federal como redistribuidor de renda, pela via fiscal, em favor do Norte; em seguida, examinamos quatro aspectos importantes do comportamento do setor público (União, estados e municípios) na região: o seu *consumo*, o *investimento* público (inclusive o investimento das empresas estatais), as *transferências* a pessoas, e o *emprego* público.[31]

[31] Outro aspecto de grande importância da atuação do governo foi quantificado no capítulo anterior, ao apresentarmos a contribuição dos fundos FINAM, FNO, do BNDES e do crédito agrícola (BB) para o financiamento do investimento privado.

### 8.1 Redistribuição de Renda pela Via Fiscal: Governo Federal

Ao distribuir suas despesas sem levar em conta a sua origem geográfica o governo federal promove redistribuição de renda, que pode ser mais ou menos intensa, entre as regiões. Isso, na verdade, não constitui nenhum evento excepcional, pois está na raiz dos arranjos institucionais federativos. Contudo, isso constitui, é claro, uma maneira de o governo central contribuir, positiva ou negativamente, para o desenvolvimento de uma região. Para os anos de 1970, 1975, 1980, 1985, 1991, 1992 e 1995, podemos fazer estimativas dessas transferências inter-regionais de renda efetivadas pela via fiscal. A tabela 8.1 expõe os principais elementos que embasam as conclusões sobre essas transferências.

**TABELA 8.1**
**Região Norte**
**Participação Percentual nas Receitas e Despesas do Governo Federal, no PIB e na População do Brasil**
**1970, 1975, 1980, 1985, 1991, 1992 e 1995**

| Anos | 1970 | 1975 | 1980 | 1985 | 1991 | 1992 | 1995 |
|---|---|---|---|---|---|---|---|
| Receitas Norte/receitas Brasil (%) | 1,4 | 1,4 | 1,7 | 2,1 | 1,8 | 1,3 | 2,3[1] |
| Despesas Norte/despesas Brasil (%) | 3,5 | 3,5 | 2,9 | 3,7 | 3,9 | 2,5 | 5,7[2] |
| PIB Norte/PIB Brasil (%) | 2,2 | 2,1 | 3,3 | 4,1 | 4,6 | 4,2 | 4,6 |
| População Norte/população Brasil (%) | 3,9 | 4,5 | 4,7 | 5,6 | 6,9 | 7,1 | 7,9 |

Fonte: (dados fiscais brutos): para 1970/1985: FGV; para 1991/1992, IBGE: *Regionalização das Transações do Setor Público*; para 1995: Sistema Integrado de Arrecadação Financeira do Governo Federal (SIAFI), elaborados por Galvão *et alii* (1997); dados de PIB: FGV (até 1985) e IBGE, Contas Nacionais; dados de população: IBGE, com interpolações nossas.

Notas: [1] Estimado pelos autores como igual a 50% da participação do PIB nortista no PIB brasileiro (de 1995), o que corresponde, muito aproximadamente, ao que foi registrado nos demais anos da tabela;

[2] Este dado, extraído de Galvão *et alii* (1996) não é inteiramente comparável com os demais da série, devido a diferentes conceituações de *despesas públicas*.

Uma observação preliminar deve ser feita, antes de interpretarmos os dados da tabela 8.1. Alguns estudos dos impactos regionais das finanças

públicas partem de comparações entre os gastos do governo nas várias regiões com os tributos *arrecadados* nessas mesmas regiões; outros estudos aprofundam a análise, para estimar a *incidência* regional dos impostos, o que estabelece uma diferença entre os impostos arrecadados numa região e os impostos efetivamente pagos por seus residentes. Neste trabalho, não fazemos estimativas de incidência, mas indicamos que a diferença entre o valor dos impostos federais *arrecadados* numa região e o valor dos impostos federais *efetivamente pagos* pelos seus residentes depende, em grande medida, da região ser superavitária ou deficitária em seu comércio inter-regional.[32]

O argumento, desenvolvido em Maia Gomes (1990), pode ser exposto da seguinte forma. Seja:

$TA_i$ = a receita tributária federal *arrecadada* na região *i*;

$TP_i$ = o total de impostos federais efetivamente *pagos* pelos residentes da região *i*;

$C_i$ = o valor total da produção de bens finais da região *i* (a produção é consumida na própria região);

$X_i$ = o valor total das exportações de *i* para outras regiões;

$M_i$ = o valor total das importações inter-regionais de *i*;

$t_x$ e $t_y$ = as alíquotas dos impostos indireto e direto;

$Y_i$ = a renda dos residentes em *i*.

Em uma representação simplificada:

$$TA_i = t_xC_i + t_xX_i + t_yY_i \qquad (1)$$

$$TP_i = t_xC_i + t_xM_i + t_yY_i \qquad (2)$$

---

[32] Os estudos de incidência freqüentemente apelam para hipóteses arbitrárias, que introduzem distorções nas estimativas e pouco contribuem para esclarecer as questões analisadas.

Combinando (1) e (2), segue-se que:

$$TP_i - TA_i = t_x (M_i - X_i) \qquad (3)$$

A expressão (3) mostra, como foi antecipado, que, para qualquer região *i*, o total de impostos efetivamente pagos por seus residentes será maior que o total de impostos ali arrecadados, sempre que $M_i$ for maior que $X_i$; ou seja, sempre que a região for deficitária em seu comércio com as demais regiões. Como temos razões para acreditar (ver tabela 6.1) que a região Norte suportou déficits comerciais na maior parte dos anos de 1961 a 1991 (exclusive), as inferências sobre recebimento líquido de renda por vias fiscais devem ser parcialmente descontadas (mas não inteiramente, pois a existência do déficit comercial pressupõe uma forma de financiá-lo, e um visível candidato para essa *forma* é a transferência inter-regional de renda promovida pelo governo federal).

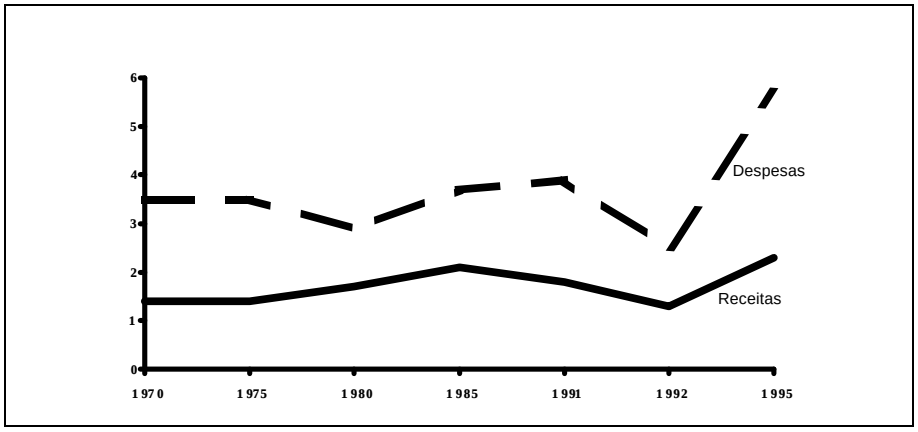
Mais uma vez, entretanto, se as estimativas sobre fluxos de comércio inter-regional para 1991 estiverem razoavelmente corretas, e se as tendências detectadas de 1985 a 1991 tiverem se mantido, desde então (o que é provável, devido à consolidação da Zona Franca de Manaus), a Amazônia seria, hoje, uma região superavitária em seu comércio com o resto do país. Isso significa que, para os anos mais recentes, as inferências sobre recebimento líquido de renda pelas vias fiscais, feitas com base na comparação entre gastos federais e arrecadação de impostos federais na região, devem estar subestimadas.

O gráfico 8.1 mostra algumas das relações expostas na tabela 8.1. Note-se, desde logo, que em todos os anos da série, em termos relativos, o governo federal gastou bem mais na Amazônia do que ali arrecadou.[33] Com as ressalvas metodológi-

[33] Na verdade, o gráfico 8.1 mostra que a despesa da União no Norte, em relação à despesa total da União, é consistentemente maior do que a proporção da receita do governo federal arrecadada no Norte (em relação à receita federal total). Em todos os anos considerados, entretan-

cas antes expostas, esses números demonstram que o governo federal tem efetuado, pela via fiscal, transferências de renda (quase sempre maiores do que 2% de sua despesa total regionalizável) para o Norte. Se compararmos os gráficos 8.1 e 2.1 (do capítulo 2, Perspectiva Histórica) veremos as posições invertidas: enquanto, de 1890 a 1910, as receitas do governo central na Amazônia foram sempre superiores às suas despesas na região, no período posterior a 1970 (para os anos entre 1910 e 1970 os dados correspondentes não estiveram disponiveis), ocorreu exatamente o inverso.

**GRÁFICO 8.1**
**Região Norte**
**Receitas e Despesas da União na Amazônia como Proporções das Receitas e Despesas Totais da União — 1970/1995**



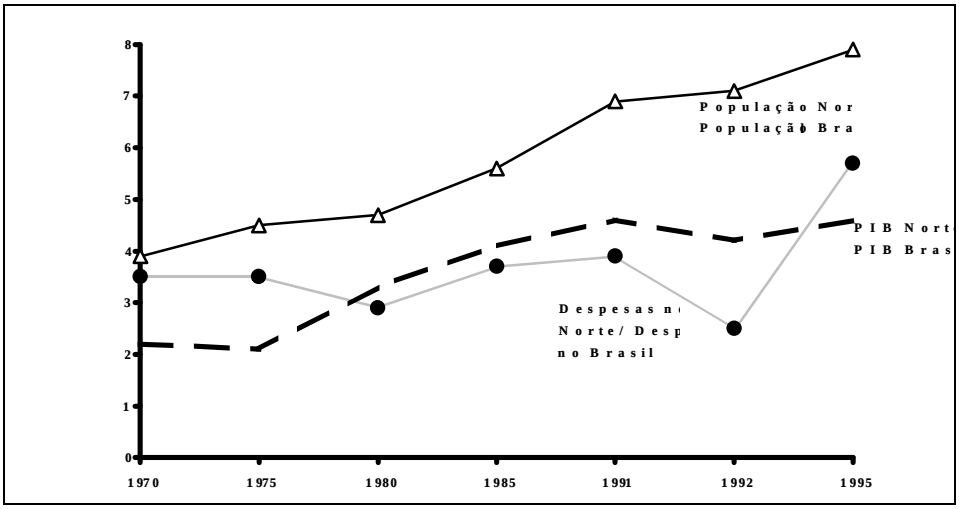

Fonte: Tabela 8.1.

O gráfico 8.2 revela uma faceta importante desse processo de transferências de renda. Observe-se que, em todos os anos, as despesas da União no Norte (relativas à suas despesas totais) são *menores* do que a participação da população amazônica na população brasileira. Além disso, para quatro dos sete anos analisados, as despesas relativas da

to, as receitas regionalizáveis e as despesas regionalizáveis foram aproximadamente iguais, o que justifica a afirmação feita no texto.

União no Norte também são inferiores à participação do PIB amazônico no PIB brasileiro. Isso mostra que o segredo das transferências de renda para o Norte, pela via fiscal, reside muito mais na baixa arrecadação de tributos federais naquela região do que no volume dos gastos da União na Amazônia. Embora os dados anteriormente mostrados não nos permitam ir muito além desse ponto, é uma hipótese provável que as pesadas isenções ou reduções de impostos concedidas pela Superintendência da Zona Franca de Manaus (SUFRAMA) e pela SUDAM, para os projetos aprovados por esses dois órgãos de desenvolvimento regional, explicam pelo menos parte das posições relativas das curvas mostradas nos gráficos 8.1 e 8.2 — e podem constituir uma das principais razões para a existência de transferências líquidas de renda, via governo federal, para a região Norte, na atualidade.[34]

**GRÁFICO 8.2**
**Região Norte**
**Despesas do Governo Federal na Região, PIB e População Regionais como Proporções Totais Nacionais — 1970/1995**




Fonte: Tabela 8.1.

[34] Outra via importante de transferências, especialmente nos anos 1975/85, foram as empresas estatais, que investiram pesadamente no Norte, com poupanças geradas em outras regiões.

**8.2 Consumo do Governo (União, Estados e Municípios)**

Como *supridor de serviços públicos*, o governo põe à disposição da comunidade serviços de saúde, segurança pública e educação, entre outros, os quais são consumidos pela população sem a contrapartida de um pagamento direto. Para estimar o valor desses serviços, identificados na contabilidade social como Consumo do Governo, o procedimento usual consiste em somar o valor dos salários pagos com o valor das compras para o custeio das operações públicas. Neste trabalho, nossa fonte para os dados de consumo do governo, tanto no Norte quanto em todo o país, foram os relatórios da pesquisa *Regionalização das Transações do Setor Público* (FGV/IBGE). O item *consumo* desagrega-se nas despesas de pessoas e compras de bens e serviços e inclui (no caso dos dados da tabela 8.1) os gastos da União, dos estados e dos municípios (administração central e descentralizada).[35]

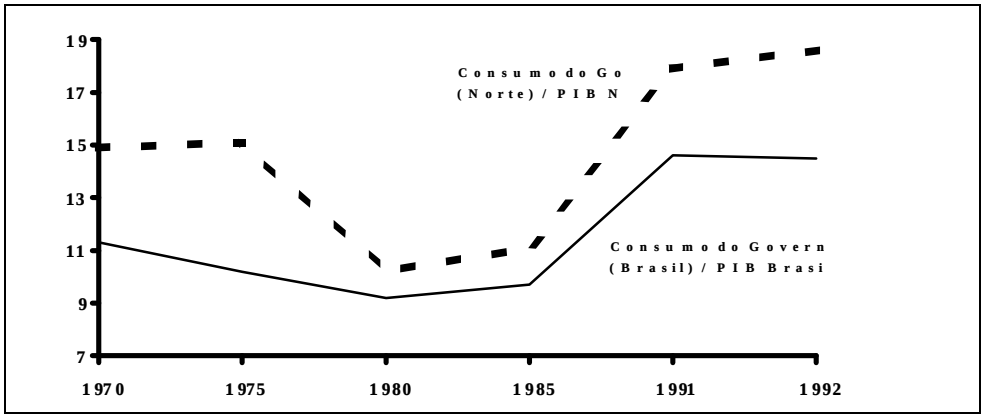
**TABELA 8.2**
**Brasil e Norte do Brasil**
**Consumo do Governo — 1970, 1975, 1980, 1985, 1991 e 1992**
**(Valores Absolutos e Relativos aos PIB)**

| Anos | Consumo em Valores Absolutos (Cr$ milhões correntes) | | Consumo do Norte como (%) do PIB do Norte | Consumo do Brasil como (%) do PIB do Brasil |
|---|---|---|---|---|
| | Brasil | Norte | | |
| 1970 | 21143 | 610 | 14,9 | 11,3 |
| 1975 | 101328 | 3161 | 15,1 | 10,2 |
| 1980 | 1139398 | 41603 | 10,2 | 9,2 |
| 1985 | 13799485 | 648138 1 | 11,1 | 9,7 |
| 1991 | 22772724 | 1288872 | 17,9 | 14,6 |
| 1992 | 25108262 8 | 1358289 8 | 18,6 | 14,5 |

[35] É claro que a utilização desse método só se justifica pela impossibilidade de se medir diretamente o valor dos serviços públicos consumidos pela população, em um dado ano. Se pudéssemos supor que o setor público sempre atua de forma eficiente, então a medição indireta dos serviços públicos (via gastos com pessoal e compras de bens e serviços) poderia gerar resultados satisfatórios. Se houver excesso de emprego público, ou pagamento de salários acima dos preços de mercado, ou ainda ineficiência na compra de bens e serviços, poderemos estar medindo uma coisa (os gastos) pensando estar medindo outra (os serviços). Contudo, não há outra forma de fazer as contas.

Fonte: (dados básicos): FGV e IBGE, *Regionalização das Transações do Setor Público* e Contas Nacionais; para o PIB do Norte: Oliveira e Silva *et alii* (1996).

**GRÁFICO 8.3**
**Brasil e Região Norte**
**Consumo do Governo como Porcentagem do PIB — 1970/1992**




Fonte: Tabela 8.2.

A tabela 8.2 e o gráfico 8.3 mostram que o consumo do governo tem sido uma proporção persistentemente maior do PIB no Norte do que em todo o país, o que evidencia, também por essa via, a especial importância do setor público (nesse caso, como gerador de demanda e ofertador de serviços) na economia amazônica. As oscilações também são coerentes, no Norte e em todo o Brasil. Tais fatos refletem os anos de crise fiscal mais profunda, e as tentativas de ajustamento no início dos anos 1980.

## 8.3 Formação de Capital do Setor Público

Na tabela 8.3 e no gráfico 8.4, estão mostrados os dados da FBCF do setor público (inclusive empresas estatais), no Brasil e no Norte, e da participação do PIB do Norte no PIB nacional. Fica claro que o setor público tem investido no Norte uma proporção bastante, maior de seu investimento total, do que a participação do PIB regional no PIB do Brasil. Essa discrepância atingiu o seu máximo em 1985. Note-se que o investimento favorece o crescimento, tanto no curto prazo, ao sustentar a demanda agregada, quanto no longo

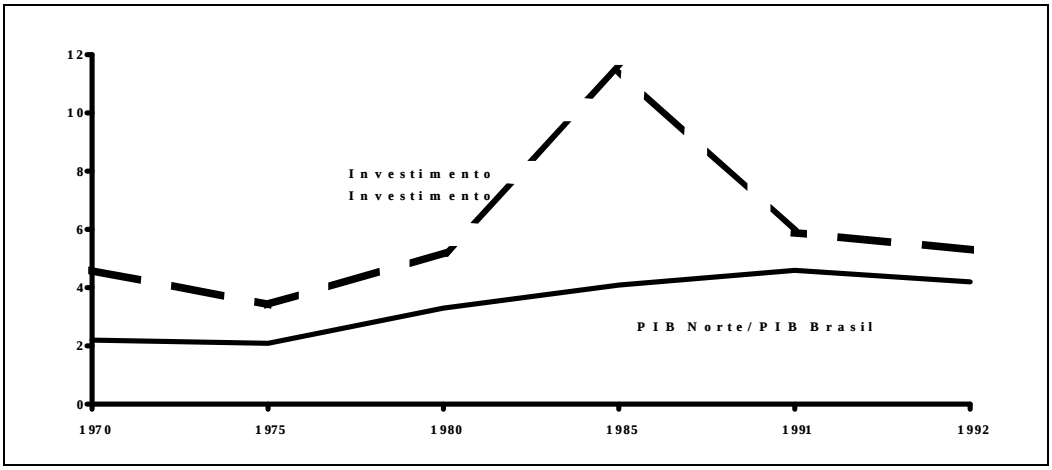
prazo, ao expandir a capacidade produtiva da região.

**TABELA 8.3**
**Brasil e Norte do Brasil**
**Formação Bruta de Capital Fixo do Setor Público e das Empresas Estatais* — 1970, 1975, 1980, 1985, 1991 e 1992**
**(Valores Absolutos e Relativos)**

| Anos | FBCF em valores absolutos (Cr$ milhões correntes) | | FBCF do Norte como (%) do FBCF do Brasil | Participação (%) do PIB do Norte no PIB do Brasil |
|---|---|---|---|---|
| | Brasil | Norte | | |
| 1970 | 16 202 | 750 | 4,6 | 2,2 |
| 1975 | 106 697 | 3 589 | 3,4 | 2,1 |
| 1980 | 1 303 149 | 67 391 | 5,2 | 3,3 |
| 1985 | 87 834 002 | 10 128 623 | 11,5 | 4,1 |
| 1991 | 12 656 080 | 741 441 | 5,9 | 4,6 |
| 1992 | 136 612 815 | 7 152 521 | 5,3 | 4,2 |

Fonte: (dados básicos): IBGE/DPE/DCN.
Nota: * O *setor público* inclui a administração central e a descentralizada, na União, nos estados e nos municípios; *empresas estatais* são as empresas cujo controle acionário pertença à União ou aos estados.

**GRÁFICO 8.4**
**Investimento Estatal na Amazônia como Porcentagem do Investimento Estatal no Brasil e PIB da Região Norte como Porcentagem do PIB do Brasil — 1970, 1975, 1980, 1985, 1991 e 1992**




Fonte: Tabela 8.2.

**8.4 Investimento Público e Privado**

Podemos agora combinar, na tabela 8.4 e no gráfico 8.5, as informações sobre investimentos públicos e privados na Amazônia, para os anos de 1970, 1975, 1980, 1985, 1991 e 1992. Os dados mostram que, se tomarmos a hipótese pessimista para o investimento privado, o investimento do setor público (governos e empresas estatais, federais, estaduais e municipais) chegou a representar 89,6% do investimento total na região (1992). A menor proporção registrada para o investimento público, nos anos da tabela 8.4, ocorreu em 1975 (60,9%). Tanto o investimento público quanto o privado apresentam um comportamento primeiramente crescente, a partir de 1970, e depois decrescente. Contudo, o declínio do investimento privado começou antes (em 1980), enquanto o investimento público alcançou seu máximo em 1985, e passou a decrescer desde então.

Entretanto, a importância do setor público no processo de formação de capital na região Norte,

nos últimos anos, não pode ser captada apenas pelas comparações anteriormente feitas. É preciso lembrar duas coisas mais. A primeira é que uma grande parcela do investimento *privado* (dois terços, na hipótese pessimista) é financiada com recursos *públicos* (FINAM, FNO), operados pelo sistema *estatal* de crédito (BASA, BNDES e Banco do Brasil). As condições (em geral, muito atraentes) em que esses recursos são oferecidos constituem razão suficiente para explicar a decisão dos empresários privados em investirem em projetos localizados na Amazônia (assim como, incidentalmente, no Nordeste).

O segundo fato a ser lembrado é que o surto de investimento no setor industrial da região, registrado no período coberto pelos dados antes apresentados, ocorreu especialmente em Manaus e teve como motivação principal (quiçá a única) a pletora de incentivos fiscais *à produção* administrados pela SUFRAMA, dos quais os mais importantes foram a isenção do Imposto de Importação, para os insumos industriais; e do Imposto sobre Produtos Industrializados, para os bens finais produzidos na Zona Franca. A estes somaram-se incentivos estaduais, de isenção ou redução do ICM (depois ICMS) devido pelos novos empreendimentos. Os projetos também se beneficiaram, não apenas em Manaus, mas em toda a Amazônia, de isenção por dez anos (prorrogáveis e prorrogados) do Imposto de Renda de Pessoa Jurídica. Como é claro, a oferta desses incentivos fiscais também constituiu política pública, decidida e administrada pelos governos.

**TABELA 8.4**
**Região Norte**
**Formação Bruta de Capital Fixo do Setor Público (Governo e Empresas Estatais) e do Setor Privado — 1970/1992**

(Em US$ milhões de 1993 e em porcentagem)

| Anos | Investimento Público | Investimento Privado ($) | Investimento Total ($) | Investimento Público como (%) do Investimento Total |
|---|---|---|---|---|

| | ($) | Hipótese Pessimista | Hipótese Otimista | Hipótese Pessimista | Hipótese Otimista | Hipótese Pessimista | Hipótese Otimista |
|---|---|---|---|---|---|---|---|
| 1970 | 1506 | 447 | 596 | 1953 | 2102 | 77,1 | 71,6 |
| 1975 | 2228 | 1429 | 1906 | 3657 | 4134 | 60,9 | 53,9 |
| 1980 | 4730 | 2067 | 2756 | 6797 | 7486 | 69,6 | 63,2 |
| 1985 | 8274 | 1962 | 2616 | 10236 | 10890 | 80,8 | 76,0 |
| 1991 | 5167 | 690 | 920 | 5857 | 6087 | 88,2 | 84,9 |
| 1992 | 4635 | 540 | 720 | 5175 | 5355 | 89,6 | 86,6 |

**Fonte:** FGV, IBGE, SUDAM, BASA, BNDES e Banco Central.

**Obs.:** Os procedimentos para o cálculo do investimento privado são explicados nas notas da tabela 7.1. A existência de duas estimativas para o investimento total decorre do fato de que fizemos duas estimativas para o componente *investimento privado*. Na hipótese pessimista, o investimento privado é igual à soma dos financiamentos concedidos ao setor privado, em cada ano, na região Norte, pelo FINAM, FNO, BNDES e pelo Banco do Brasil (crédito agrícola). Na hipótese otimista, os empresários aportam recursos próprios em igual montante ao das fontes antes citadas, de modo que o investimento privado ficaria igual a duas vezes a soma dos financiamentos do FINAM, FNO, BNDES e Banco do Brasil (crédito agrícola para investimento).

**GRÁFICO 8.5**
**Região Norte**
**Investimento Público (Governo + Estatais) e Investimento Privado nas Hipóteses Pessimista e Otimista — 1970/1992**

(Em US$ milhões de 1993)

Fonte: Tabela 8.3.

**Além da importância do investimento público,** *em relação ao privado*, **não podemos perder de vista que o investimento total na região amazônica atingiu (sobretudo nos anos de 1970 a 1985) valores extremamente elevados, em relação ao produto interno bruto regional, como mostra a tabela 8.5.**

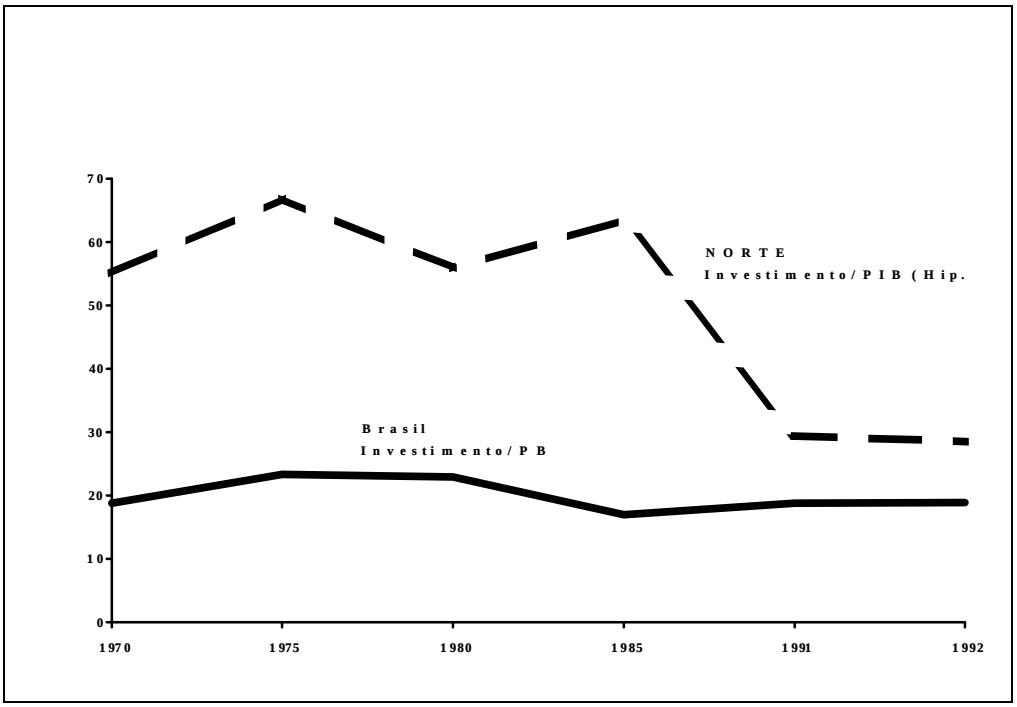
**TABELA 8.5**
**Região Norte**
**Investimento Total como Porcentagem do PIB Regional — 1970/1992**
**(Estimativas Pessimista e Otimista do Investimento Total)**

| Anos | Estimativa Pessimista (%) | Estimativa Otimista (%) |
|---|---|---|
| 1970 | 55,0 | 59,1 |
| 1975 | 66,8 | 75,4 |
| 1980 | 55,8 | 61,4 |
| 1985 | 63,5 | 67,5 |

| | | |
|---|---|---|
| 1991 | 29,4 | 30,5 |
| 1992 | 28,5 | 29,2 |

Fonte: Tabela 8.4.

**GRÁFICO 8.6**
**Brasil e Região Norte**
**Investimento como Proporção do PIB — 1975/1992**




Fonte: Tabela 8.3.

Os dados da tabela 8.5 e do gráfico 8.6 indicam (considerando apenas a hipótese pessimista) que o investimento total na Amazônia pode ter assumido valores próximos a 67% do PIB regional (1975), embora tenha declinado, em termos relativos, desde então, de modo que, em 1991 e 1992, a mesma relação teria atingido niveis inferiores a 30%. O fato de a economia do Norte, *grosso modo*, entre 1970 e 1985, ter sido impulsionada por taxas de investimento superiores a 55% representa um dado fundamental para entender a dinâmica do PIB amazônico.

## 8.6 O Estado como Agente de Transferências a Pessoas

Por meio do INSS, o governo federal transferiu, em

1996, em termos líquidos (ou seja, deduzida a arrecadação da previdência na própria região), R$ 331 milhões para o conjunto dos estados do Norte. Para um PIB da Amazônia estimado em R$ 30,3 bilhões (1995), deduz-se que a transferência líquida de recursos de outras regiões, para a região Norte, via Previdência Social, situa-se muito próxima a 1% do PIB amazônico. Esse montante acrescenta-se diretamente à renda disponível dos habitantes da região, e eleva, conseqüentemente, na mesma magnitude, a demanda agregada local.

**TABELA 8.6**
**Região Norte e Estados**
**Arrecadação e Pagamentos de Benefícios do INSS — 1996**

(Em R$ mil)

| Estado | Arrecadação | Benefícios | Benefícios/Arrecadação |
|---|---|---|---|
| Amazonas | 344 404 | 259 150 | -85 253 |
| Pará | 378 826 | 673 965 | 295 138 |
| Acre | 31 160 | 71 116 | 39 956 |
| Amapá | 27 826 | 25 562 | -2 263 |
| Rondônia | 77 220 | 108 902 | 31 681 |
| Roraima | 24 701 | 15 452 | -9 249 |
| Tocantins | 46 233 | 107 422 | 61 189 |
| Total Norte | 930 374 | 1 261 573 | 331 198 |

Fonte: INSS.

Deve ser reconhecido que o montante das transferências líquidas feitas para o Norte, por intermédio da previdência, não é demasiadamente grande, sobretudo em comparação ao que ocorre com a outra região pobre do Brasil, o Nordeste. Duas razões concorrem para isso. Uma é que a população rural do Norte é diminuta, em termos relativos. Essa é a população que, mais que qualquer outra, recebe benefícios sem contribuir para a receita do INSS. De outro lado, no estado do Amazonas, o grande peso da Zona Franca de Manaus, com seu alto porcentual de emprego formal (e que,

portanto, contribui para a receita da Previdência Social) faz com que ali se gere um significativo superávit para as contas do INSS. De qualquer forma, embora em menor magnitude, relativamente ao que ocorre no Nordeste, a previdência é um canal de transferência líquida de renda de outras regiões para a Amazônia.

**8.7 O Estado como Empregador**

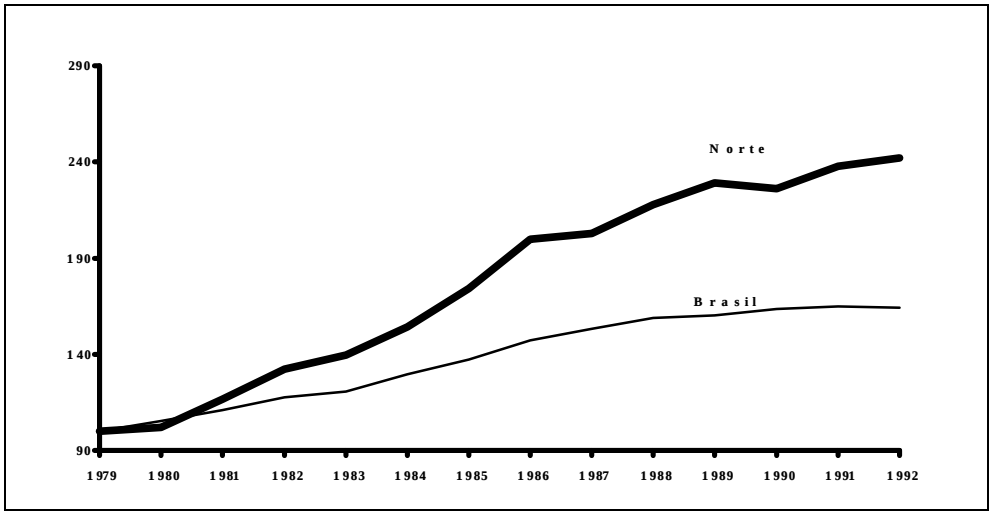
Em princípio, o emprego público é a outra face do *consumo do governo*: é empregando pessoas que o governo pode prestar os serviços públicos que são de sua responsabilidade. Em nosso contexto, entretanto, a principal vinculação do emprego (ou do consumo do governo) com o crescimento econômico regional dá-se pelo lado da demanda; ou seja, ao expandir seu número de empregados e o pagamento de salários, o governo contribui para a expansão da demanda agregada na região, e gera estímulos de curto prazo para o investimento. Conseqüentemente, há expansão da capacidade produtiva e do produto.

Os dados da tabela 8.7 e dos gráficos 8.7 e 8.8 revelam que, também em sua função de empregador, o setor público tem desempenhado papel relevante, na região amazônica. Atribuindo índices iguais a 100 para o emprego público no Brasil e no Norte, em 1979, chegamos, em 1992 (o último ano para o qual os dados estiveram disponíveis), a índices de emprego iguais a 164,1, para o Brasil, e a 241,9, para o Norte. Isso demonstra que o aumento relativo do emprego público no Norte foi uma vez e meia maior do que no Brasil. O dado, sem dúvida, constitui mais um elemento indicativo da grande presença do Estado na região, embora deva, também, ser dito que a expansão absoluta do emprego público tem caminhado paralelamente ao rápido crescimento da população no Norte.

De fato, como a população da região amazônica quase dobrou, entre 1979 e 1992 (passando de 5,3 milhões para 10,6 milhões, com taxa de cresci-

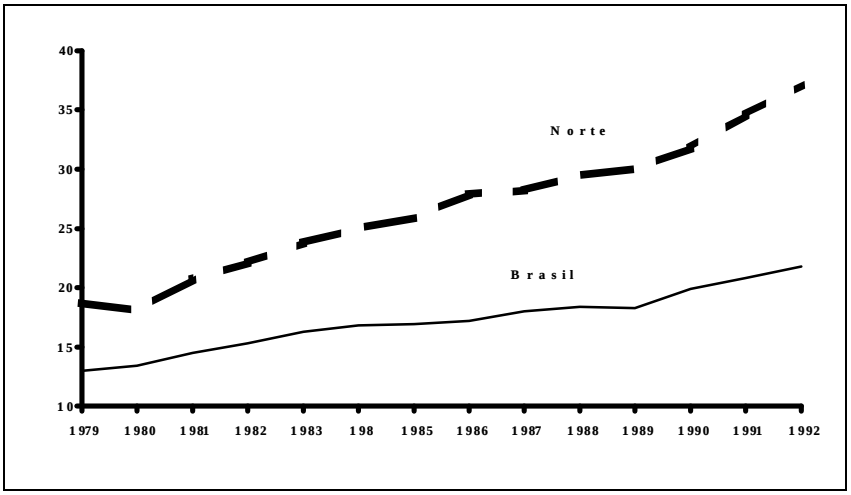
mento anual de 5,5%), enquanto a população brasileira cresceu apenas 28%, entre os dois mesmos anos (era de 116,8 milhões, em 1979; passou a 149,6 milhões, em 1992, com crescimento anual de 1,9%), o resultado é que, *como proporção da população total,* o emprego público no Norte cresceu menos do que em todo o Brasil (a partir de índices iguais a 100, para o Norte e para o país, em 1979; em 1992, os índices alcançaram 121 (Norte) e 128 (Brasil).

**GRÁFICO 8.7**
**Brasil e Norte do Brasil**
**Evolução do Emprego Público — 1979=100**




Fonte: Ministério do Trabalho, RAIS.

## GRÁFICO 8.8
## Brasil e Norte do Brasil
## Proporções do Emprego Público sobre o Emprego Formal Total — 1979/1992




Fonte: Ministério do Trabalho, RAIS.

## TABELA 8.7
## Região Norte e Estados
## Indicadores do Peso Relativo e da Evolução do Emprego Público — 1979/1992

(Em porcentagens e números-índices)

| Anos | Emprego Público/Emprego Formal Total (Dados Globais) (%) | | Emprego Público/Emprego Formal Total (Painel Fixo) (%) | | Índices do Emprego Público Total (Dados Globais) (1979=100) | |
|---|---|---|---|---|---|---|
| | Norte | Brasil | Norte | Brasil | Norte | Brasil |
| 1979 | n.d. | n.d. | 18,7 | 13,0 | 100,0 | 100,0 |
| 1980 | n.d. | n.d. | 18,1 | 13,4 | 102,2 | 105,5 |
| 1981 | n.d. | n.d. | 20,7 | 14,5 | 116,7 | 111,1 |
| 1982 | n.d. | n.d. | 22,1 | 15,3 | 132,4 | 117,8 |
| 1983 | n.d. | n.d. | 23,8 | 16,3 | 139,6 | 120,6 |
| 1984 | n.d. | 23,1 | 25,0 | 16,8 | 154,4 | 129,5 |
| 1985 | 36,9 | 22,6 | 25,9 | 16,9 | 174,1 | 137,4 |
| 1986 | 34,9 | 22,0 | 27,9 | 17,2 | 199,8 | 147,3 |
| 1987 | 37,1 | 22,8 | 28,2 | 18,0 | 202,8 | 153,2 |
| 1988 | 38,5 | 22,7 | 29,5 | 18,4 | 217,8 | 158,8 |
| 1989 | 36,2 | 21,3 | 30,0 | 18,3 | 229,2 | 160,3 |
| 1990 | n,d, | 21,7 | 31,8 | 19,9 | 226,1 | 163,4 |
| 1991 | n,d, | 21,5 | 34,6 | 20,8 | 237,8 | 164,9 |
| 1992 | n,d, | 21,8 | 37,1 | 21,8 | 241,9 | 164,1 |

Fonte: Ministério do Trabalho, RAIS (Anuários: Dados Globais e Painel Fixo). O emprego público foi calculado considerando-se 100% do emprego no setor de administração pública, e 80% do emprego em serviços industriais de utilidade pública.

Obs.: Os *dados globais* referem-se ao universo total pesquisado pela RAIS. Como mostra a tabela, as estimativas assim obtidas divergem bastante das obtidas com uso do Painel Fixo.

Se, como se ressaltou no parágrafo anterior, o crescimento do emprego público (relativamente ao crescimento da população total) foi menor no Norte do que no Brasil, o mesmo não pode ser dito com respeito à participação do emprego público no emprego formal total. O gráfico 8.8 e a tabela 8.7 mostram não apenas que essa participação (emprego público/emprego formal total) já era maior no Norte do que no Brasil em 1979, mas também que a diferença cresceu muito entre 1979 e 1992. Nesse último ano, em particular, o emprego público chegou a responder por 37,1% do emprego formal total, no Norte do país. O valor nacional correspondente foi de 21,8%.

## 8.8 Observações Finais

A quantificação antes feita de como o governo tem exercido os seus vários papéis no Norte, nos anos recentes, deixa poucas dúvidas quanto à influência decisiva do setor público no crescimento econômico regional. Remetendo à figura 5.1, o governo tem contribuído destacadamente para a expansão da capacidade produtiva amazônica, por meio de seus investimentos diretos, e do financiamento e estímulo fiscal ao investimento privado. Quando os dois fatores são ajuntados — investimentos públicos e os recursos de origem governamental (aí incluídas as isenções ou reduções fiscais) colocados à disposição dos investidores privados —, estes explicam quase 100% do investimento total ocorrido na região Norte, nas últimas décadas. Como argumentamos no capítulo 5, quando dizíamos que o investimento é a variável explicativa chave para o processo de crescimento, fica claro por que afirmamos que o governo tem sido o agente crucial no crescimento econômico amazônico.

O governo também tem exercido um importante papel de *fonte de demanda* para as atividades econômicas do Norte. Em termos de emprego, pagamentos de salários e outros gastos de custeio — o consumo do governo —, o setor público tem sido, sempre, muito

mais ativo no Norte do que em todo o país; pelo lado da despesa, o investimento governamental tem declinado, mas ainda mantém-se alto, em relação ao PIB regional. Além disso, o governo federal tem sido uma importante fonte canalizadora de transferências de renda para o Norte, tanto por meio do INSS, quanto dos Fundos de Participação de Estados e Municípios, do FINAM e do FNO. A estimativa de que o emprego público responde por até 37% do emprego formal total na região também deve ser referida aqui. Tudo isso aponta para uma conclusão irrefutável: o governo, com suas empresas e seus fundos financeiros, tem sido o principal fator de manutenção e expansão de demanda na região Norte.

Dessa forma, na lógica do crescimento econômico amazônico recente, tanto os fatores determinantes de longo prazo (a expansão da capacidade produtiva) quanto as circunstâncias favoráveis de curto prazo (a expansão da demanda) estão diretamente vinculadas à ação do Estado. Nessas condições, não há exagero em dizer que, tal como existe hoje, a economia amazônica é, em grande medida, uma *invenção* do governo.[36]

## 9 EXPANSÃO DA CAPACIDADE PRODUTIVA

A constatação, feita no capítulo anterior, de que as taxas de investimento no Norte atingiram valores de até 67% do PIB regional indicam claramente que o estoque de capital físico na região expandiu-se aceleradamente, nos últimos 35 anos. Infelizmente, não existem dados disponíveis suficientes para gerar as estimativas do *estoque de capital,* de que necessitaríamos aqui. Não dispusemos mesmo nem do estoque em seu sentido restrito que, como vimos, não corresponde ao melhor conceito

[36] Incidentalmente, o mesmo pode ser dito para o caso do Nordeste, como já havíamos comprovado em estudo anterior [Maia Gomes e Vergolino (1995)].

de capital, em uma teoria do crescimento econômico. Em todo caso, a inferência de que o estoque de capital físico da região expandiu-se consideravelmente, nos últimos anos, é segura e preserva a proposição básica do nosso referencial teórico: a de que, em última análise, o crescimento econômico é uma função da expansão da capacidade produtiva.

### 9.1 Indicadores do Estoque de Capital Físico

Em adição às taxas de investimento discutidas no capítulo anterior, outros indicadores da expansão do estoque de capital físico serão apresentados em seguida. As tabelas 9.1, 9.2 e 9.3 fornecem os dados.

A área colhida das lavouras é um indicador da extensão de terras utilizada como capital, ou seja, como recurso produtivo. Em termos absolutos e como porcentagem do total brasileiro, a área colhida das lavouras permanentes e temporárias no Norte do Brasil tem-se elevado persistentemente, desde o início do período coberto por este estudo: em 1960, as terras da região Norte utilizadas para lavouras permanentes ou temporárias somavam 432 mil hectares e representavam 1,5% do total brasileiro; 32 anos depois, em 1992, a área utilizada produtivamente no Norte (para lavouras) havia se elevado para 1 919 mil hectares, ou 3,7% do total nacional.

**TABELA 9.1**
**Brasil e Região Norte**
**Área Colhida de Lavouras Permanentes e Temporárias**
**(Anos Selecionados do Período 1960 a 1992)**

(Em mil hectares)

| Anos | Norte | Brasil | (%) NO/BR |
|---|---|---|---|
| 1960 | 432 | 28712 | 15 |
| 1970 | 613 | 34081 | 18 |
| 1980 | 925 | 49104 | 19 |
| 1985 | 1275 | 51824 | 25 |
| 1990 | 1596 | 53152 | 30 |
| 1992 | 1919 | 52276 | 37 |

Fonte: Anuário Estatístico do Brasil, FIBGE (vários números).

Um componente importante do estoque total de capital é a capacidade de produzir e tornar disponível energia, particularmente energia elétrica. Os dados sobre produção e consumo de energia elétrica no Norte (aqui utilizados como *proxies* da oferta potencial desse insumo) revelam, igualmente, a grande expansão desse componente do estoque de capital físico na região.

A comparação entre as produções de energia elétrica no Brasil e no Norte somente é possível, com base nos dados da tabela 9.2, para os anos entre 1980 e 1992: a produção de energia elétrica na região Norte, que respondia por 2% da produção nacional, em 1980, passou a representar 8,4%, em 1992. Em termos de consumo — variável que permite comparações com anos mais distantes entre si —, o Norte detinha 0,6% do consumo brasileiro de energia elétrica, em 1960. Trinta e dois anos mais tarde, em 1992, a participação do Norte no consumo nacional de energia elétrica havia se elevado para 5%. Apesar de tanto a produção quanto o consumo no Norte terem aumentado

muito, é importante assinalar que a região tornou-se exportadora de energia elétrica.[37]

**TABELA 9.2**
**Brasil e Região Norte — Produção e Consumo de Energia Elétrica (GWH)**
**Anos Selecionados do Período 1960 a 1992**

| Período | Produção | | | Consumo | | |
|---|---|---|---|---|---|---|
| | Norte | Brasil | (%) NO/BR | Norte | Brasil | (%) NO/BR |
| 1960 | -- | -- | -- | 101 | 18 346 | 0,6% |
| 1970 | | -- | -- | 365 | 37 673 | 1,0% |
| 1980 | 2 783 | 139 307 | 2,0 | 946 | 120 521 | 0,8% |
| 1985 | 8 539 | 195 878 | 4,4 | 3 869 | 172 015 | 2,2% |
| 1990 | 19 195 | 235 703 | 8,1 | 8 803 | 205 310 | 4,3% |
| 1992 | 21 232 | 253 071 | 8,4 | 10 877 | 218 636 | 5,0% |

Fonte: Anuário Estatístico do Brasil, FIBGE (vários números).

Um terceiro indicador do estoque de capital físico, e de suas variações, na região Norte é aqui apresentado: a densidade de rodovias pavimentadas. A extensão das vias rodoviárias pavimentadas, por unidade de área territorial, aumentou no Norte, entre os anos de 1985 e 1988. Não houve

[37] Na verdade, o que queremos medir é o componente da capacidade produtiva que poderia ser descrito como "a capacidade de tornar disponíveis para as empresas instaladas no Norte tantos gigawatts-hora de energia elétrica". Vamos chamar isso de *variável X*. Em um sentido importante, o fato de o Norte ser exportador de energia deveria constituir prova suficiente de que a variável X expandiu-se adequadamente, naquela região, nos anos que estamos examinando, de modo que a escassez de oferta de energia elétrica não se constituiu em um bloqueio ao crescimento do produto amazônico. Isso parece demonstrado pelos dados, mas não esgota a questão, pois uma correta definição da variável X teria de incluir também os sistemas de transmissão e distribuição de energia. Mesmo com o Norte, em seu todo, produzindo mais energia elétrica do que consome, é ainda possível (teórica e praticamente) que, em várias localidades da região, potencialidades econômicas tenham permanecido inexploradas devido ao fato de que, naquela localidade específica, a energia elétrica não está disponível, em condições razoáveis de custo. Essas considerações apenas mostram, para o caso específico da energia elétrica, as dificuldades que cercam a quantificação da capacidade produtiva de uma região, ou de um país.

dados mais recentes para serem analisados. O intervalo de tempo mostrado na tabela 9.3 é insuficiente, mas parece bastante provável que a disponibilidade de rodovias pavimentadas, no Norte, tenha crescido mais do que no Brasil em seu conjunto. Para possibilitar comparações, são apresentados os dados também para as demais regiões do país.

**TABELA 9.3**
**Brasil e Regiões**
**Extensão de Rodovias Pavimentadas por Área**

(km/1000km²)

| Brasil e Regiões | 1985 | 1986 | 1987 | 1988 |
|---|---|---|---|---|
| Norte | 1,22 | 1,24 | 1,26 | 1,55 |
| Nordeste | 20,27 | 21,20 | 21,17 | 21,93 |
| Sudeste | 32,73 | 34,18 | 35,68 | 36,90 |
| Sul | 33,68 | 35,64 | 36,90 | 38,00 |
| Centro-Oeste | 7,54 | 8,66 | 8,95 | 8,71 |
| Brasil | 11,49 | 12,17 | 12,47 | 12,90 |

Fonte: Ministério dos Transportes, GEIPOT, *apud* IPEA, *Atlas Regional das Desigualdades.*

## 9.2 Indicadores do Estoque de Capital Humano

A tabela 9.4 contém informações sobre a evolução da população total, da população economicamente ativa (PEA) e da população alfabetizada da região Norte e do Brasil. Desde logo, deve ser observado que, entre 1960 e 1991, enquanto a população brasileira dobrou, a população do Norte foi multiplicada por um fator (quase) quatro. Uma descrição mais eloqüente desse diferencial é dada pelo gráfico 9.1.

**TABELA 9.4**
**Região Norte**
**População, População Economicamente Ativa e População Alfabetizada — 1960/1970/1980/1991**
**(Proporções dos Totais Nacionais e Números-Índices)**

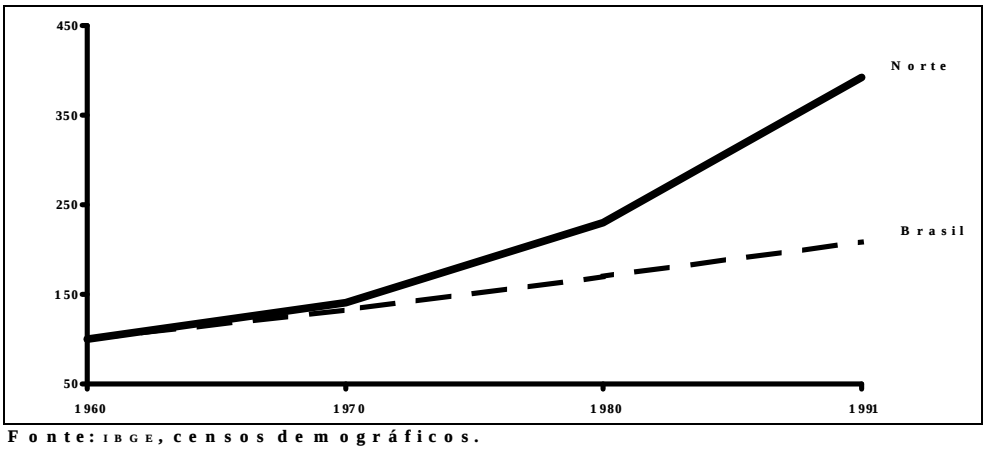
| | 1960 | 1970 | 1980 | 1991 |
|---|---|---|---|---|
| População Norte/população Brasil | 3,6 | 3,9 | 4,9 | 6,8 |

| (%) | | | | |
|---|---|---|---|---|
| PEA Norte/PEA Brasil (%) | - | 3,0 | 5,6 | 6,1 |
| Pop. Alfabetizada Norte/pop. alfabetizada Brasil (%) | - | 3,4 | 4,2 | 5,3 |
| População Brasil (1960=100) | 100 | 133 | 170 | 209 |
| População Norte (1960=100) | 100 | 141 | 230 | 392 |

Fonte: IBGE, censos demográficos.

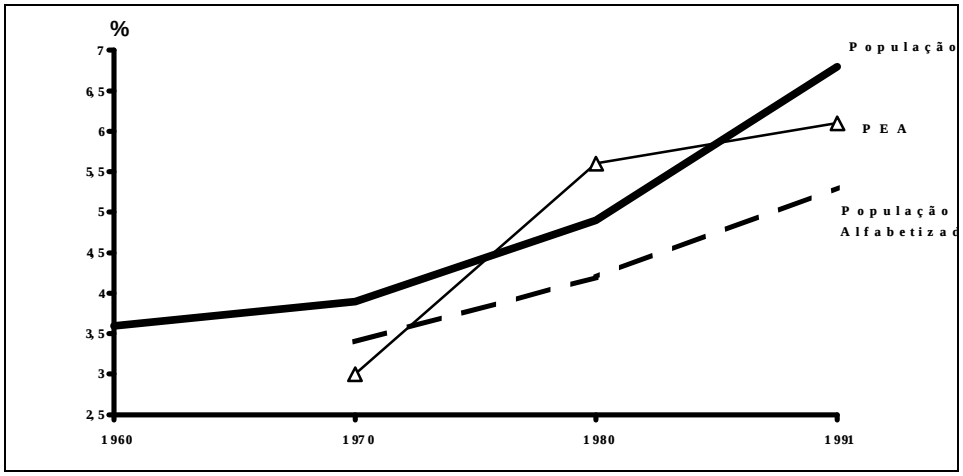
Naturalmente, a quantidade total de pessoas residentes em uma região constitui um indicador muito grosseiro do estoque de capital humano nessa região. Os dados da PEA e da população alfabetizada (do Norte, em relação ao Brasil), também constantes da tabela 9.4, fornecem algumas informações a mais, embora ainda incompletas. O gráfico 9.2 mostra que, de 1960 (ou 1970, para os casos da PEA e da população alfabetizada) a 1991, em termos relativos ao Brasil, não só a população total, mas também a população economicamente ativa e a população alfabetizada do Norte aumentaram substancialmente.

GRÁFICO 9.1
Brasil e Região Norte — Evolução da População Total (1960=100)




Fonte: IBGE, censos demográficos.

GRÁFICO 9.2
Região Norte — População, PEA e População Alfabetizada
Como Porcentagens dos Totais Nacionais




Fonte: IBGE, censos demográficos.

## 10 AS EVIDÊNCIAS PASSADAS E AS PERSPECTIVAS FUTURAS

### 10.1 As Evidências Passadas

No período histórico anterior a 1960, o desempenho da economia amazônica teve fases de dinamismo e de estagnação: reflexos das condições prevalecentes, em cada época, nos mercados internacionais de seus produtos de exportação, em especial a borracha. De qualquer forma, até o colapso do início do século XX, houve muita geração de renda, no Norte, com base no extrativismo. Nessas fases de elevada criação de renda, o governo central utilizou a região como fonte de receita para financiar gastos que apenas em pequena porcentagem eram feitos na própria região. Para dizê-lo em outras palavras, os períodos de prosperidade da borracha propiciaram ao governo central (imperial até 1889 e depois federal) a oportunidade de extrair elevadas receitas tributárias da região (muito pouco dessa receita retornou), na forma de gastos públicos.

Com a estagnação pós-1910 (e até a Segunda Guerra), a Amazônia ficou, em grande medida,

esquecida do governo central. Como a geração de renda na região reduziu-se a níveis muito baixos, também reduziu-se a capacidade do governo central de auferir receitas tributárias líquidas significativas, na Amazônia. Mas também não se nota, nesse interregno, nenhuma ação efetiva do governo federal para estimular o crescimento econômico da região.

Durante a Segunda Guerra, razões de segurança fizeram redespertar o interesse do Brasil (e do continente) pela Amazônia. Inaugurou-se, então, uma fase mais positiva para o desenvolvimento regional. Os dados disponíveis indicam ter havido reaceleração do crescimento do PIB regional já no imediato pós-Guerra. Um pouco mais adiante, com a criação do BASA (transformado do antigo Banco de Crédito da Amazônia), da SUDAM e da SUFRAMA, o governo federal passou a desempenhar papel realmente importante no desenvolvimento regional.

Os dados para os anos de 1960 a 1995, examinados neste trabalho, revelam que a região Norte teve grande dinamismo econômico, tanto em termos absolutos, quanto em comparação ao Brasil. As décadas de 1970 e 1980, em especial, foram muito significativas para a região. É verdade que, no segundo caso, as vantagens foram mais relativas do que absolutas; ou seja, como a década de 80 foi a década perdida para o Brasil, e como isso ocorreu em muito menor proporção na Amazônia, em termos relativos, o Norte encurtou suas distâncias econômicas com o restante do país, nos anos 80, apesar de, em termos absolutos, seu desempenho ter sido bem inferior ao que havia sido registrado na década anterior.

Em uma perspectiva territorialmente mais desagregada, as sub-regiões aqui denominadas de Ouro do Pará, Carajás e Rondônia foram, dentro do espaço amazônico, as que tiveram melhor desempenho, nos anos de 1970 a 1996. No outro extremo, a Antiga Fronteira (microrregiões de Bra-

gantina e Salgado) estiveram praticamente estagnadas. Internamente aos dois principais estados, é notável a assimetria entre a concentração cada vez maior da atividade econômica do Amazonas em torno de Manaus, de um lado, e a relativa desconcentração observada no Pará, onde a participação da microrregião de Belém no PIB estadual vem declinando desde 1970.

No comércio inter-regional e internacional da Amazônia, a despeito da prudência que devemos ter ao anunciar conclusões nesse terreno, dada a notória precariedade de dados, há sinais de ter havido uma notável reversão das posições relativas das exportações e das importações da região. De região predominantemente deficitária, em seu comércio com o resto do Brasil e mundo, o Norte parece ter assumido um vultoso superávit nos anos 90. Tal superávit sugere que as exportações têm desempenhado um importante papel no crescimento regional, ao estimular a demanda pelo produto amazônico. Deve ser notado, porém, que os dados, além de precários, referem-se apenas ao comércio de *bens*. Pode estar havendo substancial déficit no comércio de *serviços* (ou em outros itens de transações correntes do balanço regional de pagamentos), o que significaria que uma parcela considerável dos benefícios de estímulo à demanda gerados pela expansão das exportações de bens pode estar sendo neutralizada pela grande importação de serviços, tanto fatores, quanto não-fatores.

O papel do governo (ou do setor público, em geral), enquanto contribuinte para a demanda agregada e para a expansão da capacidade produtiva, foi, também, ressaltado. O setor público canaliza, pela via fiscal, quantidades substanciais de renda líquida para o Norte. Observou-se que o consumo do governo, em todos os seus níveis, tem assumido proporções significativas na região. (A relação consumo do setor público sobre o PIB, no Norte, foi sempre maior que a mesma relação no Brasil,

para os anos considerados.) E também pôde ser constatado que o investimento do setor público na Amazônia (sobretudo nos anos 70 e, ainda mais, nos anos 80) assumiu, em termos relativos, valores muito superiores aos verificados para o país em seu conjunto. Mais do que isso, o investimento público, do governo e das empresas estatais, respondeu por até 89% do investimento total realizado no Norte, em alguns anos estudados neste trabalho. Na verdade, a evidência estatística mais importante do estudo pode ter sido, exatamente, esta: o enorme papel do setor público na explicação do crescimento econômico amazônico.

**10.2 As Perspectivas** Para uma discussão sobre as perspectivas do crescimento econômico da região Norte, vamos partir das evidências resumidas em quatro gráficos: 3.1 (Brasil e Região Norte: Evolução dos PIB — 1960/1994); 6.1 (Região Norte: Exportações e Importações Inter-regionais — 1961/1991), 8.5 (Região Norte: Investimento Público e Investimento Privado — 1970/1992); e 8.6 (Brasil e Região Norte: Investimento como Proporção do PIB — 1975/1992).

Juntos, esses gráficos contam, resumidamente, a seguinte história: De 1960 a 1975 (gráfico 3.1), as taxas de crescimento dos PIB do Brasil e da Amazônia são aproximadamente iguais, com pequena vantagem para o Brasil. *É a partir de 1975 que a economia do Norte passa a crescer a uma velocidade substancialmente maior que a da economia brasileira*, o que se revela, no gráfico 3.1, pelo *descolamento* das duas curvas (que traduzem índices dos PIB, sendo que tanto o PIB brasileiro quanto o regional assumem índices iguais a 100, em 1960).

Contudo, o gráfico 3.1 também revela, numa análise mais detalhada, que o grande ímpeto de crescimento do PIB amazônico ocorre de 1975 a 1989. Segue-se um declínio absoluto do produto regional, de 1989 a 1992, e uma recuperação, entre 1992 e 1994.

Os dados de *investimento* (gráficos 8.5 e 8.6), os quais, deve ser lembrado, foram obtidos de fontes independentes, em relação às estatísticas de produto, apresentam um comportamento coerente com o desempenho do produto. Existe uma clara *aceleração* do investimento na região amazônica entre 1970 e 1975 (dados para anos anteriores não puderam ser estimados). Essa aceleração do investimento reflete-se na aceleração do crescimento econômico regional. A partir de 1975 e até 1985, o investimento continua a crescer, em termos absolutos, mas se mantém constante, em proporção ao PIB regional. O crescimento do PIB, correspondentemente, se mantém alto, mas não aumenta de velocidade. Finalmente, com alguma defasagem, em relação à queda do investimento, o PIB começa a declinar, a partir da década de 80.

Antes de voltar à relação entre o investimento (em capital físico) e o crescimento econômico da região Norte, devemos nos referir ao gráfico 6.1, que mostra o comportamento das exportações e importações inter-regionais. Também aqui, apesar de as estimativas de comércio terem sido obtidas de fontes outras e independentes das estimativas de crescimento do PIB ou do investimento, a coerência entre os vários conjuntos de observações deve ser enfatizada. Desde o início da década de 60 até 1974, o comércio inter-regional do Norte apresentou pequena magnitude: há um nítido salto, registrado no gráfico 6.1, neste último ano. As importações, na verdade, disparam primeiro; somente alguns anos depois é que as exportações inter-regionais passam, também, a crescer.

Este súbito crescimento das importações inter-regionais, a partir de 1974, representa, com toda probabilidade, o reflexo no comércio da *súbita aceleração do investimento e do crescimento econômico* regionais, ocorrida na mesma época. Por trás do crescimento das importações, está o crescimento das importações de bens de capital, que viabilizou a obtenção de taxas inusitadamente altas de formação bruta de capital

fixo no Norte, a partir de meados da década de 70. Um pouco mais adiante, quando (especialmente) instalam-se as primeiras indústrias em Manaus, sobem, também, as exportações do Norte para as demais regiões.

A reversão da tendência de crescimento das importações inter-regionais, em 1985, parece, portanto, inteiramente explicável pela brusca redução nos investimentos, também ocorrida em torno do mesmo ano. (Como os dados, tanto de comércio, quanto de investimento, têm lacunas para vários anos, não podemos precisar exatamente quando ocorrem as reversões.) *O comércio inter-regional foi, portanto, a via que possibilitou a aceleração do crescimento econômico regional, de 1975 a 1985 (ou 1989).* Contudo, também foi o comércio que registrou, em seu movimento, a desaceleração, primeiro dos investimentos regionais; depois, do crescimento da Amazônia.

Os dados do comércio ajudam, portanto, a compor um quadro coerente sobre a dinâmica da economia amazônica, nos anos recentes. A análise mais acurada da *composição* do investimento, entretanto, revela o fato já ressaltado na discussão anterior: o papel absolutamente dominante do setor público.

As perspectivas futuras do crescimento econômico amazônico não podem, dessa forma, ser dissociadas do que vier a acontecer com o setor público e com sua capacidade de investir, diretamente, ou tornar disponíveis recursos financeiros capazes de viabilizar o investimento privado. Nada parece indicar que o investimento privado tenha adquirido, na região Norte, um mínimo de autonomia em relação às iniciativas governamentais. As tendências universais, reais ou simplesmente ideológicas, que apontam para menor papel do Estado na economia colocam, dessa forma, nuvens, no mínimo, ameaçadoras sobre a continuidade do crescimento econômico da região Norte, nos próximos anos.

# LISTA DE TABELAS, GRÁFICOS, MAPAS E FIGURAS

## Tabelas

**Tabela 2.1 Receitas e Despesas do Governo Central na Região Amazônica, 1889/1910** *19*

**Tabela 2.2 Região Amazônica — Taxas Médias Anuais de Crescimento do Produto Interno Bruto Total e por Grandes Setores — 1947/1963 (em porcentagem** *22*

**Tabela 3.1 Região Norte — Taxas Médias Anuais de Crescimento e Índices de Instabilidade do Produto Interno Bruto Real para Diferentes Períodos Compreendidos entre 1960 e 1993** *24*

**Tabela 3.2 Brasil e Norte do Brasil — Taxas Médias Anuais de Crescimento e Índices de Instabilidade dos Produtos Agropecuário, Industrial e de Serviços para Diferentes Períodos Compreendidos entre 1970 e 1994** *27*

**Tabela 3.3 Brasil e Norte do Brasil — Taxas Médias Anuais de Crescimento e Índices de Instabilidade dos Setores Econômicos Integrantes do Produto Interno Bruto Real — 1970/1994** *28*

**Tabela 3.4 Brasil e Norte do Brasil — Contribuição Percentual dos Grandes Setores para o Crescimento do Produto Interno Bruto do Brasil e do Norte — 1970/1994** *29*

**Tabela 3.5 Brasil e Norte do Brasil — Contribuição Percentual dos Setores Econômicos para o Crescimento do Produto Interno Bruto do Brasil e do Norte do Brasil — 1970/1994** *29*

**Tabela 4.1 Norte do Brasil e Estados — Taxas Médias Anuais de Crescimento do PIB e Índices de**

**Instabilidade do PIB para Diferentes Períodos Compreendidos entre 1970 e 1994** *32*

**Tabela 4.2 Estados da Região Norte — Contribuição Percentual dos PIB Estaduais para o Crescimento da Região em Diversos Períodos Compreendidos entre 1970 e 1994** *33*

**Tabela 4.3 Amazônia — Produtos Internos Brutos por Sub-Regiões — 1970/1993 (em milhões de dólares de 1993)** *38*

**Tabela 4.4 Norte do Brasil e Sub-Regiões — Produto Interno Bruto — 1970/1993 (participação percentual)** *41*

**Tabela 4.5 Região Norte e Sub-Regiões — Taxas Médias Anuais de Crescimento do Produto Interno Bruto Real para Diferentes Períodos Compreendidos entre 1970 e 1993 (em porcentagem)** *44*

**Tabela 4.6 Estado do Pará — Evolução do Produto Interno Bruto Real, segundo as Microrregiões Homogêneas. Indíce 1970=100** *47*

**Tabela 4.7 Estado do Pará — Participação percentual dos PIB das Microrregiões no PIB do Estado — 1970/1993** *50*

**Tabela 4.8 Estado do Pará — Projetos de Mineração e Metalúrgicos Implantados e em Implantação** *50*

**Tabela 4.9 Estado do Amazonas — Índices do Produto Interno Bruto Real, segundo as Microrregiões Homogêneas 1970/1993. Índice 1970=100** *51*

**Tabela 4.10 Estado do Amazonas — Participação do Produto Interno Bruto das Microrregiões no PIB do Estado — 1970/1993** *51*

**Tabela 6.1 Região Norte — Exportações e Importações Inter-Regionais de Bens — 1961/77, 1985 e 1991 (em US$ mil de 1991)** *61*

**Tabela 6.2 Região Norte — Exportações e Importações Internacionais e Saldos da Balança**

**Comercial Internacional, Inter-Regional e Total — 1970/92 (em US$ mil de 1991)** *65*

**Tabela 6.3 Brasil e Região Norte — Indicadores de Importações Internacionais de Bens de Capital — 1993/1995 (em US$ mil FOB e em porcentagens)** *69*

**Tabela 6.4 Região Norte — Exportações Internacionais por Estados — 1980/95 (em US$ mil FOB)** *70*

**Tabela 6.5 Estado do Pará — Exportações Internacionais por Fatores Agregados — 1980/95 — Participação percentual** *71*

**Tabela 6.6 Região Norte — Exportações dos Estados para Blocos Econômicos — 1995 (em US$ mil)** *72*

**Tabela 7.1 Região Norte — Créditos Concedidos para Financiamento do Investimento Privado e Estimativas Pessimista e Otimista do Investimento Privado Total — 1970/1995 (em US$ milhões de 1993)** *74*

**Tabela 7.2 Região Norte — Estimativas Pessimistas e Otimistas do Investimento Privado como Porcentagens do PIB regional — 1970/1992 (em porcentual)** *76*

**Tabela 8.1 Região Norte — Participação Porcentual nas Receitas de Despesas do Governo Federal, no PIB e na População do Brasil — 1970, 1975, 1980, 1985, 1991, 1992 e 1995** *77*

**Tabela 8.2 Brasil e Norte do Brasil — Consumo do Governo — 1970, 1975, 1980, 1985, 1991 e 1992 (Valores Absolutos e Relativos aos PIB)** *81*

**Tabela 8.3 Brasil e Norte do Brasil — Formação Bruta do Capital Fixo (FBCF) do Setor Público e das Empresas Estatais — 1970, 1975, 1980, 1985, 1991 e 1992 (Valores Absolutos e Relativos)** *83*

**Tabela 8.4 Região Norte — Formação Bruta de Capital Fixo do Setor Público (Governo e Empresas Estatais) e do Setor Privado — 1970/1992 (Em US$ milhões de 1993 e em porcentagem)** *85*

**Tabela 8.5 Região Norte — Investimento Total como Porcentagem do PIB Regional — 1970/1992 (Estimativas Pessimista e Otimista do Investimento Total)** *86*

**Tabela 8.6 Região Norte e Estados — Arrecadação e Pagamentos de Benefícios do INSS — 1996 (em R$ mil)** *87*

**Tabela 8.7 Região Norte e Estados — Indicadores do Peso Relativo e da Evolução do Emprego Público — 1979/1992 (em porcentagens e números-índices)** *90*

**Tabela 9.1 Brasil e Região Norte — Área Colhida de Lavouras Permanentes e Temporárias (mil hectares) (Anos Selecionados do Período de 1960 a 1992)** *92*

**Tabela 9.2 Brasil e Região Norte — Produção e Consumo de Energia Elétrica (GWh) (Anos Selecionados do Período de 1960 a 1992)** *93*

**Tabela 9.3 Brasil e Região Norte — Extensão de Rodovias Pavimentadas por Área (km/1000 km²)** *94*

**Tabela 9.4 Região Norte — População Economicamente Ativa e População Alfabetizada — 1960/1970/1980/1991 (Proporções dos Totais Nacionais e Números-Índices)** *94*

**Gráficos**

**Gráfico 2.1 Amazônia — Receitas e Despesas do Governo Central na Região — 1890/1910** *19*

**Gráfico 2.2 Amazônia — Estimativa da Renda** *per capita* **— 1800/1970 (em US$ 1,00 a preços de 1972)** *21*

**Gráfico 3.1 Brasil e Região Norte — Evolução dos PIB — 1960/1994 (1960=100)** *26*

**Gráfico 4.1 Norte do Brasil — Taxas de Crescimento Anuais dos PIB Estaduais — 1970/1994** *33*

**Gráfico 4.2 Região Norte — Evolução dos Indicadores do Produto Interno Bruto por Sub-Regiões — 1970/1993** *45*

**Gráfico 4.3 Produtos Internos Brutos** *per Capita* **das Sub-Regiões da Amazônia — 1993 (US$)** *46*

**Gráfico 6.1 Região Norte — Exportações e Importações Inter-Regionais, 1961/1991 (US$ milhões de 1991)** *62*

**Gráfico 7.1 Região Norte — Estimativas do Investimento Privado e de suas Principais Fontes de Financiamento — 1970/1995 (logaritmos dos valores em US$)** *75*

**Gráfico 8.1 Região Norte — Receitas e Despesas da União na Amazônia como Proporções das Receitas e Despesas Totais da União — 1970/1995** *79*

**Gráfico 8.2 Região Norte — Despesas do Governo Federal na Região, PIB e População Regionais como Proporções dos Totais Nacionais — 1970/1995** *80*

**Gráfico 8.3 Brasil e Região Norte — Consumo do Governo como Porcentagem do PIB — 1970/1992** *82*

**Gráfico 8.4 Investimento Estatal na Amazônia como Porcentagem do Investimento Estatal no Brasil e PIB da Região Norte como Porcentagem do PIB do Brasil — 1970, 1975, 1980, 1985,1991 e 1992** *83*

**Gráfico 8.5 Região Norte — Investimento Público (Governo + Estatais) e Investimento Privado nas Hipóteses Pessimistas e Otimistas — 1970/1992 (em US$ milhões de 1993)** *85*

**Gráfico 8.6 Brasil e Região Norte — Investimento como Proporção do PIB — 1975/1992** *86*

**Gráfico 8.7 Brasil e Norte do Brasil — Proporção do Emprego Público sobre o Emprego Formal — 1979/1992** *89*

**Gráfico 8.8 Brasil e Norte do Brasil — Evolução do Emprego Público (1979 = 100)** *89*

**Gráfico 9.1 Brasil e Região Norte — Evolução da População Total (1960 = 100)** *95*

**Gráfico 9.2 Região Norte — População, PEA e População Alfabetizada, como Porcentagem dos Totais Nacionais** *96*

**Mapas**

**Mapa 1 Região Norte — PIB *per Capita* das Microrregiões — 1993 (em US$ de 1993)** *39*

**Mapa 2 Região Norte — Taxas de Crescimento dos PIB das Microrregiões Homogêneas — 1970/1993** *40*

**Figuras**

**Figura 5.1 Representação Esquemática de um Processo de Desenvolvimento** *55*

**Quadros**

**Quadro 4.1 Regionalização da Região Norte Adotada Neste Trabalho** *34*

## REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS


AMAZONAS. Relatório que, em seguida ao do Exmo. Sr. Presidente da Província do Pará e em virtude da circular de 11 de março de 1848, fez sobre o Estado da Província do Amazonas depois da instalação dela e de haver tomado posse o seu 1º Presidente o Exmo. Sr. João Batista de Figueiredo Tenreiro Aranha.— Amazonas: Tipografia de M. da S. Ramos, 1852.

BACELAR DE ARAÚJO, Tânia. Nordeste, Nordestes, que Nordeste? *In*: AFFONSO, Rui de Britto A. e BARROS SILVA, Pedro Luiz (orgs.) *Desigualdades regionais e desenvolvimento*.— São Paulo: FUNDAP, 1995.

BASA. *Desenvolvimento econômico da Amazônia*.— Pará: Editora UFPA, 1967.

BRASIL. Congresso Nacional. *Documentos parlamentares, política econômica*: defesa da borracha, 1906-1914.— Rio de Janeiro: Tip. Jornal do Comércio, 1915.

BRASIL. Ministério do Interior/SUDAM. *Amazônia — comércio por vias internas, 1961-77*.— Belém: 1982.

____. *Avaliação da política de incentivos fiscais ao desenvolvimento regional na área da SUDAM*.— Belém: Jul. 1995.

BUARQUE, Sérgio C. *et alii*. Integração fragmentada e crescimento da fronteira norte. *In*: AFFONSO, Rui de Britto A. e BARROS SILVA, Pedro Luiz. (orgs.) *Desigualdades regionais e desenvolvimento*.— São Paulo: FUNDAP, 1995.

CARNEIRO, Dionísio D. e MODIANO, Eduardo. Ajuste externo e desequilíbrio interno: 1980-1984. *In*: *A ordem do progresso* — cem anos de política econômica republicana, 1889-1989. Organizado por Marcelo de Paiva Abreu.— Rio de Janeiro: Campus, 1992.

CONDREAU, Henry. *Voyage au Tocantins - Araguaya, 31 december 1896 - 23 mai 1817*.— Paris:. A. Lahuse, 1897.

CONDREAU, Henry A. *Les français en Amazonie*.— Paris: Alcide Picard et Kann Editeurs,. 1887.

COSTA, José Marcelino M. Impactos econômico-territoriais do atual padrão de ocupação da Amazônia. *In*: COSTA, J. M. M. da (coord.) *Amazônia*: desenvolvimento ou retrocesso.— Belém: Edições CEJUP, 1992.

DIAS, Manuel Nunes. *A Companhia do Grão-Pará e Maranhão (1755-1778)*.— S. Paulo: 1971.Tese de Doutorado. Universidade de São Paulo.

GALVÃO, Antonio Carlos F.; RODRIGUEZ, Maria Lélia F. e ZACKESKI, Nelson F. *Perfil regional dos dispêndios federais*.— Brasília: IPEA/ Diretoria de Política Regional e Urbana, fev. 1997. Versão Preliminar. mimeo

GREAT BRITAIN. Consular Report. *Brazil. Report on the productions, commerce and finances of the states of Amazonas and Pará*, n. 397. F. Office. 1896. (Miscellaneous Series, p 19-24)

___. Diplomatic and Consular Reports. *Brazil. Report for the year 1897 on the trade of Pará and District*, n. 2140, p. 30, 1898.

GUIMARÃES NETO, Leonardo. *Dinâmica regional no Brasil*.— Brasília: IPEA/ Diretoria de Política Regional e Urbana, fev. 1997. Versão preliminar. Texto de circulação interna.

___. Evolução recente da economia do Nordeste: produto e formação de capital. *In*: SEPLAN, SUDENE e BNB. *Aspectos gerais da economia e da socieade do Nordeste*. — Recife: SUDENE, 1984. (Série Projeto Nordeste, v. 2)

HIRSCHMAN, Albert O. *The strategy of economic development*.— New Haven: Yale University Press, 1958.

IAF — Instituto de Administração Fazendária. *Balança comercial interestadual, operações tributadas*.— Recife: 1993. mimeo

IBGE. Contas consolidadas para a Nação: revisão dos anos 1990-94 e atualização de 1995. *Indicadores IBGE*, Rio de Janeiro, out. 1996.

JAMES, F. Cyril. *Cyclical fluctuations in the shipping and shipbuilding industries*.— Philadelphia: 1927. Ph.D. Dissertation. University of Pensylvania.

JOHNSON, Harry. Towards a generalized capital accumulation approach to economic development. *In*: BLAUG, Mark (ed.) *The economics of education*, I.— London: Penguin Books, 1971.

LE COINTE, Paul. *L'Amazonie brésilienne*.— Paris: Agustin Challamel Editeur, 1922. Vols. 1 e 2.

LEWIS, W. M. H. e LARDNER, Gibbon. *Exploration of the Valley of the Amazon, made under direction of the Navy Department*.— Washington: 33th Congress 1st. session. House of Representatives, 1854, p.264. (Executive, n.53)

LOVE, Joseph. *São Paulo in the Brazilian Federation*. Stanford University Press, 1980.

MAHAR, Dennis. *O desenvolvimento econômico da Amazônia*.— Rio de Janeiro: IPEA, 1977.

___. *Desenvolvimento econômico*: uma análise das políticas governamentais. — Rio de Janeiro: IPEA, 1978. (Série Pesquisa)

McCLACHLAN, Colin M. African slave trade and economic development in the Amazonia, 1700-1800. *In*: *Slavery and race relations in Latin America*. Editado por Robert Toplin.— London: Greenwood Press, 1974.

MAIA GOMES, Gustavo. *The roots of state intervention in the brazilian economy*.— New York: Praeger, 1986.

___. *O Estado e a economia no Nordeste*: reflexões em três tempos.1996. mimeo. Trabalho apresentado ao Seminário Internacional A Reforma do Estado e o Desenvolvimento do Nordeste na Economia Globalizada, patrocinado pelo governo do estado da Bahia, Banco Mundial e IPEA, realizado em Salvador, outubro de 1996.

___. *A estrutura regional das finanças públicas federais*. Fundação Joaquim Nabuco, 1990. mimeo

___. e VERGOLINO, José R. *A macroeconomia do desenvolvimento nordestino*: 1960/1994.— Brasília: IPEA, 1995. (Texto para Discussão, n.372)

MAWE, J. *Travels in the interior of Brazil, particularly in the Gold and Diamond districts of that country, by authority of the Price Regent of Portugal*. — London: Prited for Longman, Hurte Rees, 1812.

MENDES, Armando Dias. Um projeto para a Amazônia. *Revista Econômica*, Belém, BASA, v.1, n.4,: p.35-38, set./dez.1971.

OLIVEIRA E SILVA, A. Braz *et alii*. *Produto interno bruto por unidade da Federação*.— Rio de Janeiro: IPEA, 1996. (Texto para Discussão, n.424)

PERROUX, François. O conceito de pólos de crescimento. *In*: FAISSOL, Speridião. *Urbanização e regionalização*: relações com o desenvolvimento econômico.— Rio de Janeiro: IBGE, 1975.

SANTOS, Roberto. *História econômica da Amazônia*: 1800-1920.— São Paulo: T. A. Queiroz Editora, 1980.

SMITH, Adam. *An inquiry into the wealth of nations*.— New York: Ed. Edwin Canaan. The Modern Library, 1973.

VERGOLINO, José Raimundo (1985). *Regional unequal development*: the case of the Amazon Region: 1750-1940.— Illinois: 1985. Ph.D. dissertation. University of Illionis at Urbana-Champagn.

WEINSTEIN, Barbara. *The Amazon Rubber Boom*: 1850-1920.— California: Stanford University Press, 1983.

WILEMAN, J. P. *The Brasilian Year Book*.— Rio de Janeiro: 1908.

A PRODUÇÃO EDITORIAL DESTE VOLUME CONTOU COM O APOIO FINANCEIRO DA ASSOCIAÇÃO NACIONAL DE CENTROS DE PÓS—GRADUAÇÃO EM ECONOMIA — ANPEC.